



**UFAM**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO SOCIEDADE E CULTURA NA  
AMAZÔNIA**

**OS SENTIDOS DO TRABALHO:  
As representações sociais em uma rádio comunitária**

FERNANDA LÚCIA PEREIRA COSTA

MANAUS  
2010



**UFAM**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO SOCIEDADE E CULTURA NA  
AMAZÔNIA**

FERNANDA LÚCIA PEREIRA COSTA

**OS SENTIDOS DO TRABALHO:  
As representações sociais em uma rádio comunitária**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas – Instituto de Ciências Humanas e Letras, como requisito para obtenção do título de mestre em Sociedade e Cultura da Amazônia

Linha de Pesquisa: Redes, processos e formas de conhecimento

Orientador: Prof. Dr. Antônio Carlos Witkoski.

MANAUS  
2010

Ficha Catalográfica  
(Catalogação realizada pela Biblioteca Central da UFAM)

<i>C837s</i>	<p>Costa, Fernanda Lúcia Pereira Os sentidos do trabalho: as representações sociais em uma rádio comunitária / Fernanda Lúcia Pereira Costa. - Manaus: UFAM, 2010. 103 f.; il. color. Dissertação Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia) — Universidade Federal do Amazonas, 2010. Orientador: Prof. Dr. Antônio Carlos Witkoski 1. Rádios comunitárias 2. Comunicação social 3. Trabalho I. Witkoski, Antônio Carlos II. Universidade Federal do Amazonas III. Título CDU 316.772.4:331(043.3)</p>
--------------	---



**UFAM**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO SOCIEDADE E CULTURA NA  
AMAZÔNIA**

FERNANDA LÚCIA PEREIRA COSTA

**OS SENTIDOS DO TRABALHO:  
As representações sociais em uma rádio comunitária**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas – Instituto de Ciências Humanas e Letras, como requisito para obtenção do título de Mestre em Sociedade e Cultura da Amazônia.

Aprovada em, 05 de Julho de 2010.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Presidente e Orientador: Prof. Dr. Antônio Carlos Witkoski  
Universidade Federal do Amazonas

---

Membro Titular: Dra. Denise Machado Duran Gutierrez  
Universidade Federal do Amazonas

---

Membro Titular: Dra. Iraildes Caldas Torres  
Universidade Federal do Amazonas

*Aos meus pais, Fernando Costa e Maria de Lourdes que,  
pelas suas histórias de vida, me ensinaram a valorizar as  
pessoas e a buscar enfrentar as situações adversas;  
A todos que buscam pelo esforço da sua ação construir  
relações de respeito às individualidades;  
Aos que lutaram e aos que continuam lutando pela  
manutenção das rádios comunitárias no Brasil.*

## AGRADECIMENTOS

Esse trabalho marcou a minha vida pelo aprendizado que me proporcionou não só como acadêmica, mas também pelas relações que estabeleci durante o processo de sua elaboração. Dessa forma, não posso deixar de agradecer:

A todos os participantes da rádio “A Voz das Comunidades” pela seriedade com que receberam e participaram da minha pesquisa e se mostraram sempre muito disponíveis. Com eles, tive verdadeiras lições de vida.

Ao meu orientador Prof. Dr. Antônio Carlos Witkoski, a quem serei sempre muito grata, foi através das suas orientações que o meu trabalho se estruturou. Não posso deixar de reconhecer que suas indicações de leituras me inseriram num universo conceitual complexo, desafiador, mas fascinante quando se questiona a realidade visando melhor compreendê-la.

Mesmo não estando mais entre nós, gostaria de registrar os meus eternos agradecimentos ao Prof. Dr. Narciso Júlio Freire Lobo, um ser humano admirável, com quem durante quase dois anos partilhei ideias e a quem devo a possibilidade de acreditar que discorrer sobre o tema proposto traria aprendizado e contribuições. Vê-lo caído naquele dia 15 de maio de 2009 me deixou a certeza de que ele seguiria sua vida em um mundo diferente. E, mesmo depois da sua partida, continuou me ensinando, pois foi nesse momento que conheci a dimensão dos seus feitos. Ensinou-me quando me fez lembrar por diversas vezes que eu precisava confiar que a conclusão do mestrado era possível. Apeguei-me ao seu otimismo e a confiança nas orientações do Prof. Antônio Carlos para seguir em frente.

Quero agradecer aos meus colegas da turma de mestrado com quem durante o ano de 2008 partilhei momentos de descontração e os de angústia. Através deles, aliviei minhas tensões por perceber que as dificuldades faziam parte do processo.

Meus agradecimentos também a todos os professores do programa de Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia, especialmente ao Prof. Dr. Renan Feitas Pinto e a Profa. Iraildes Caldas Torres, pela disponibilidade de participarem da minha qualificação e pelas valiosas contribuições, que me permitiram visualizar melhor aspectos da pesquisa. Agradeço também aos professores Dr. João Bosco Ladislal e a Dra. Selda Vale pela presteza em se colocarem como os suplentes na minha banca de qualificação.

O meu reconhecimento e agradecimento às professoras Dra. Izabel Valle e Dra. Therezinha Fraxe pelos momentos de aulas riquíssimas que, em muito, contribuíram para a minha formação acadêmica.

Agradeço às minhas colegas de trabalho Profa. Mestre Alda Luiza Galvan e Profa. Nália de Paula Oliveira pelo incentivo na conquista do título de mestre.

Agradeço, em especial, à Profa. Sônia Maria Lemos que se mostrou uma companheira, me amparou em momentos difíceis e se prontificou durante muitos momentos a fazer a leitura do meu trabalho.

Sou muito grata também ao colega Joel Cabral que, ainda na condição de meu aluno, teve a maturidade de me ouvir numa apresentação prévia para o exame de qualificação, e, na mesma condição de escuta, agradeço a Dra. Eleilza de Castro Litaiff que, prontamente, se disponibilizou como aluna de psicologia e como pesquisadora a fazer uma leitura crítica do meu trabalho.

E para finalizar agradeço ao meu esposo Rene Mielke, aos meus pais Fernando Costa e Maria de Lourdes, ao meu irmão Fábio Costa e aos amigos Carlos Henrique, Vanusa Jardim e José Adailton que sempre demonstraram confiança em mim e não mediram esforços para dizer sempre palavras estimulantes que me motivaram a concluir a escrita do meu trabalho.

Agradeço a todos e peço a Deus que me mantenha cercada de grandes pessoas.

*A busca de sentido para a vida é fundamental como resposta à  
contradição entre cotidiano e modernidade na formação da produção e  
da reprodução do indivíduo socializado nos marcos da sociedade  
capitalista.*

(BOCAYUVA E VEIGA, 1982, p. 271)

## RESUMO

Essa pesquisa buscou analisar os sentidos do trabalho realizado no espaço de uma rádio comunitária na cidade de Manaus/AM, a rádio “A Voz das Comunidades”, por ser a primeira rádio comunitária reconhecida legalmente no Brasil. O estudo foi realizado a partir de entrevistas, pesquisa documental e observação participante com a pretensão de compreender a realidade vivenciada pelos participantes da rádio visando o entendimento de aspectos psicossociais que remetem às Representações Sociais da rádio e perpassam a relação entre trabalho remunerado e o não remunerado no mundo capitalista e globalizado. Portanto, o levantamento de aspectos socioeconômicos e do modo como os participantes estabelecem suas relações no contexto da referida rádio comunitária, se fizeram necessários. Foi necessário, também, a busca do entendimento dos elementos motivacionais que permitem o trabalho não remunerado em um espaço público. A rádio comunitária funciona pela participação voluntária de seus membros e está vinculada ao Movimento Comunitário pela Cidadania (MOCOCI), organização não governamental, criada por incentivo da Igreja Católica. Enquanto um “aparelho privado de hegemonia”, isto é, instituição produtora de cultura e de ideologias que fazem parte da construção social. Sendo, portanto, a rádio um projeto da sociedade civil, é representada socialmente como uma conquista decorrente da luta pela democratização da comunicação e manutenção de espaços alternativos. Mas, mesmo sendo uma conquista, os dados da pesquisa revelaram que há dilemas que marcam o funcionamento da rádio, principalmente, em função da rotatividade dos seus participantes. Revelaram também que as atividades realizadas no contexto da rádio são representativas de ações políticas significadas na condição de “aparecimento” na esfera social. Apesar dos sentidos do trabalho na rádio comunitária estarem associados a conteúdos representacionais positivos, verificamos que a rádio continua sendo pouco conhecida pelos moradores de sua área de abrangência. Mas, por outro lado, o lugar social já conquistado pela rádio representado através dos seus programas e consequentemente dos seus participantes, reforça os fundamentos da existência das rádios comunitárias, sendo esses: a orientação à ação política, a solidariedade social e a divulgação da cultura.

**Palavras- Chaves:** Rádio Comunitária, Trabalho, Representações Sociais

## ABSTRACT

This study aimed to analyze the meaning of the work done within a community radio station in Manaus / AM, the radio "Voice of the Communities" for being the first community radio legally recognized in Brazil. The study was conducted through interviews, archival research and participant observation with the intention of understanding the reality experienced by the participants of the radio toward an understanding of the psychosocial aspects that relate to the social representation of the radio and permeate the relationship between paid and unpaid work in capitalist world. Therefore, the socioeconomic survey and how the participants establish their relations in the context of that community radio, was made necessary. It was also necessary to seek the understanding of the motivational factors that allow unpaid work in a public space. The community radio station run by voluntary participation of its members and is linked to the Community Movement for Citizenship (MOCOCA), non-governmental organization created at the instigation of the Catholic Church. As a "private apparatus of hegemony," ie, producing institution of culture and ideologies that are part of social construction. Thus, as a radio project of civil society is represented socially as a result of winning the struggle for democratization of communication and maintenance of alternative spaces. But even as a conquest, the survey data revealed that there are dilemmas that characterize the functioning of the radio, mainly due to the rotation of its participants. They also revealed that activities in the context of radio are representative of political actions meant the condition of "appearance" in the social sphere. Although the meanings of work in community radio are associated with positive representational content, we find that radio remains little known by the residents of their area. But on the other hand, the social place ever won by radio represented through its programs and consequently, participants reinforced the foundations of the existence of community radio stations, these being: a guide to political action, social solidarity and dissemination of culture.

**Key Words:** Community Radio, Work, Social Representations.

## **LISTA DE FIGURAS**

Figura 1 – Área Missionária São Francisco	32
Figura 2 – Centro Pastoral Jorge Galhani e a Casa do Povo	33
Figura 3 – Primeiro Editorial publicado pela PASCON	35
Figura 4 – Ficha de adesão da ANARC	37
Figura 5 – Título de Associado da ANARC	38
Figura 6 – Reunião dos comunitários antes da abertura da rádio	40
Figura 7 – Comunitários na frente da rádio no início do seu funcionamento	41
Figura 8 – Momento de Oficina de Formação	42

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1 – PROGRAMAÇÃO ATUAL DA RÁDIO

43

## **LISTA DE GRÁFICOS**

GRÁFICO 1 - SEXO, IDADE E RELIGIÃO DOS PARTICIPANTES	56
GRÁFICO 2 - A ESCOLARIDADE, ESTADO CIVIL E RENDA FAMILIAR DOS PARTICIPANTES	61

## LISTA DE SIGLAS

ABRAÇO	- Associação Brasileira de Rádio Comunitária
ACPO	- Ação cultural e popular
AESP	- Associação das Emissoras de Rádio e TV
AMARC	- Associação Mundial de Comunicação Comunitária
ANATEL	- Agência Nacional de Telecomunicações
ANCARC	- Associação Nacional Católica das Rádios Comunitárias
DDH	- Defesa dos Direitos Humanos
CNBB	- Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
ECAD	- Empresa de Arrecadação de Direitos Autorais
FNDC	- Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação
MOCOICI	- Movimento Comunitário pela Cidadania
PASCOM	- Pastoral da Comunicação
RADCOM	- Associação Nacional das Rádios Comunitárias
SERTES	- Sindicato das emissoras de Rádio e TV
UFAM	- Universidade Federal do Amazonas

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	15
<b>CAPÍTULO I - A GÊNESE E A FORMAÇÃO DA RÁDIO “A VOZ DAS COMUNIDADES”</b>	
1.1 O Surgimento da Radiodifusão no Mundo e no Brasil: breve histórico	20
1.2 Das Rádios Livres as Rádios Comunitárias	23
1.3 Legalização das Rádios Comunitárias	27
1.4 O Movimento de Rádio Comunitária em Manaus: A Experiência da Rádio ‘A Voz das Comunidades’	31
1.4.1 A Programação da Rádio	42
1.4.2 A Rádio “A Voz das Comunidades” no “ar”	46
<b>CAPÍTULO II- OS SENTIDOS DO TRABALHO NA RÁDIO “A VOZ DAS COMUNIDADES”</b>	
2.1 Os participantes e a rádio: a formação de um espaço público	53
2.2 As motivações para as atividades na rádio “A Voz das Comunidades” e o aparecimento na esfera pública como o sentido do trabalho.	64
<b>CAPÍTULO III- A UTOPIA DA RÁDIO “A VOZ DAS COMUNIDADES”</b>	
3.1 Definindo Utopia	78
3.2 A rádio “A Voz das Comunidade”: um projeto da sociedade civil	80
3.2 O programa “Construindo Cidadania” e a orientação à ação política e a solidariedade social como fundamentos da utopia da rádio comunitária	87
3.3 O programa “Terra Cabocla” e as transmissões de elementos culturais	93
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	98
<b>REFERÊNCIAS</b>	103
<b>ANEXOS</b>	

## INTRODUÇÃO

O trabalho como meio de satisfazer necessidades pela conquista de bens de consumo é uma das representações inquestionavelmente presente na vida cotidiana atual. Essa representação é fortemente influenciada pelo processo de industrialização, pelo ideário de uma política econômica globalizada e pelos avanços tecnológicos.

Reconhecemos que, em decorrência dos avanços do capitalismo, a organização social, principalmente nos contextos urbanos, tem passado por mudanças estruturais e de mercado, que promovem condições de trabalho caracterizadas por relações competitivas, exigindo dos trabalhadores motivações para buscar qualificação e, na maioria das situações, desprendimento para exercer mais de uma atividade diariamente. Essa realidade revela que o trabalho vem sendo subordinado ao capital o que traz como consequência a divisão social hierarquizada e a necessidade preeminente de atividades remuneradas, que faz do 'trabalho remunerado' uma ação que está indubitavelmente na ordem usual do sistema.

Porém, mesmo sendo o trabalho remunerado uma condição do capitalismo, outras atividades também fazem parte da vida social e parecem ser uma ação diferenciada da ordem capitalista, mas permitida por ela. Referimos-nos às atividades de trabalho realizadas sem remuneração, estimuladas por concepções ideológicas políticas, bem como por crenças e vinculações religiosas.

Dessa forma, mesmo a força de trabalho assumindo forma de mercadoria na sociedade capitalista, as ações humanas não podem ser entendidas apenas como se dando na relação de trocas financeiras, primando a produção de riqueza. Nessa concepção, sem deixar de considerar o desemprego estrutural e o forte estímulo do sistema capitalista às condições de consumo, o objeto principal do estudo ficou delimitado em buscar os sentidos das atividades desenvolvidas por participantes de uma rádio comunitária que se concretizam a partir do trabalho sem remuneração.

A escolha por uma rádio comunitária como *lócus* da pesquisa se deu por considerar que, no contexto de mudanças políticas e das demandas da sociedade por um processo de democratização, as rádios comunitárias surgem como uma conquista mobilizada por ideologias políticas, interesse de classes, movimentos sociais e motivação religiosa, colocando-se como uma conquista de organizações da sociedade civil<sup>1</sup>. No entanto, atualmente, o que parece estar na ordem dos discursos sobre os meios de comunicação é que o uso desses espaços no Brasil está permeado de controvérsias, ou seja, os espaços construídos em contraposição aos mecanismos de alienação promovidos pelo sistema capitalista parecem ficar à mercê desse.

A partir dos aspectos destacados e tomando a realidade da rádio “A Voz das Comunidades”, cujo funcionamento se faz predominantemente pela participação voluntária se estabeleceu como questões norteadoras da investigação: quais sentidos do trabalho realizados na referida rádio comunitária? E, quais as representações sociais que perpassam o processo de fundação e seu funcionamento até os dias atuais? Essa última questão foi tratada como aspecto transversal na pesquisa com a finalidade de apresentar não só os sujeitos entrevistados, mas, também, o contexto onde estão inseridos e, tomando esse, como a materialização de fenômenos ideológicos. Partimos da pressuposição de que há conceituações a respeito da rádio que são partilhadas socialmente e podem ser estudadas como representações sociais.

A já citada rádio foi fundada como consequência de mobilizações em prol das rádios comunitárias no Brasil, que marcaram o início do século XXI, período em que não se divulgavam muito as manifestações de massas, como se dava na segunda metade do século passado e pelo fato de que durante os anos de funcionamento tem se mantido com um número de 50 participantes voluntários de diferentes idades, sendo apenas dois técnicos remunerados.

Para apresentar os dados coletados o trabalho foi organizado em três capítulos. O primeiro construído a partir do objetivo de etnografar a gênese e a formação da rádio “A Voz das Comunidades”; o segundo elaborado com base no levantamento de dados quanto a aspectos socioeconômicos e as motivações dos participantes para as atividades na rádio, o que permitiu a discussão do sentido do trabalho nesse contexto, por fim, o terceiro capítulo que partiu da análise do lugar ocupado pela rádio e, conseqüentemente seus participantes, na comunidade, sendo a rádio estudada como exemplo de “aparelho privado de hegemonia”, portanto uma produção da sociedade civil.

---

<sup>1</sup> Considerando o conceito de sociedade civil a parti das ideias de Gramsci discutido no capítulo três desse trabalho.

O estudo foi baseado numa pesquisa de campo com ênfase qualitativa, sendo os dados coletados a partir do uso de entrevistas, levantamento de informações registradas em documentos e a observação participante por parte da pesquisadora no espaço da rádio.

É válido justificar que a proposta de pesquisa se deu em função de questionamentos levantados a partir das experiências vivenciadas pela pesquisadora em uma Unidade de Atenção Básica à Saúde localizada em um bairro da Zona Leste da cidade de Manaus. A experiência profissional aqui referida é executada pelo desenvolvimento de trabalhos junto às pessoas de diferentes comunidades, e, em alguns momentos, o contato com representantes da rádio comunitária foi de extrema valia, o que provocou a reflexão quanto à valoração dada à rádio pelos comunitários para a organização dos grupos e instituições. Por outro lado, surgiu o interesse em estudar o significado do trabalho realizado nesse espaço, considerando as contradições ideológicas a ele atribuídas, bem como o momento de crise do trabalho remunerado numa sociedade de consumo.

O interesse para estudar o significado do trabalho no contexto de uma rádio foi mobilizado pelo contato estabelecido com participantes da rádio “A Voz das Comunidades”, pois, através desse, observou-se que as ocupações trabalhistas dos participantes estavam, em sua maioria, ligadas às atividades informais, e que a formação para atuar como apresentadores era limitada aos cursos de formação (oficinas) promovidos pelo conselho diretor.

Partindo dos aspectos elencados como justificativa ao interesse pelo desenvolvimento da pesquisa, é que se enfatiza que a análise dos sentidos do trabalho no espaço de uma rádio comunitária pôde contribuir para o entendimento da realidade atual vivenciada por seus participantes, bem como auxiliou na compreensão de aspectos psicossociais que perpassam a relação entre trabalho remunerado e o não remunerado no mundo capitalista e globalizado.

A coleta de dados foi realizada a partir de entrevistas abertas junto a participantes que estiveram envolvidos com a rádio desde a sua fundação, pelo uso da pesquisa documental, da observação participante que se deu pela presença da pesquisadora nos espaços da rádio em horários diferenciados para que se pudesse registrar e vivenciar a dinâmica e relações estabelecidas no contexto da rádio o que auxiliou na descrição do *locus* da pesquisa e pelo uso do roteiro de entrevista semiestruturada aplicado individualmente a 10 (dez) participantes vinculados a rádio há mais de 6 meses independente do sexo, idade, religião, estado civil, escolaridade, renda familiar e suas profissões.

Para análise dos dados o procedimento adotado seguiu os estabelecidos pela análise de conteúdo temática o que favoreceu a discussão dos resultados a partir do referencial teórico levantado.

Os dados estão apresentados nos três capítulos e foram interpretados visando o desvelar dos sentidos do trabalho no espaço da rádio comunitária. No primeiro estão os dados relacionados aos aspectos de surgimento das práticas de radiodifusão dando ênfase ao surgimento dessas em contextos de comunidades urbanas no Brasil, ao seu reconhecimento legal, tendo, como foco principal, a descrição histórica de uma experiência em Manaus. Com isso, objetiva-se apresentar tal prática como uma das formas de organização da sociedade civil, que vem sendo justificada pela necessidade de acesso à informação pelos grupos minoritários, com a possibilidade de questionar, de atuar e de exigir seus direitos.

Neste capítulo, estão depoimentos de alguns responsáveis pelo projeto de fundação e legalização da Rádio e da sua manutenção atual, que, em momentos de entrevistas abertas, se permitiram reviver e relatar suas lembranças relacionadas à fundação da rádio. De antemão, afirmamos que os dados coletados se confundem com a história de vida de seus participantes, ao mesmo tempo em que estão ligados à história de desenvolvimento de comunidades localizadas no bairro da Cidade Nova em Manaus, área de abrangência da rádio “A Voz das Comunidades”.

No segundo capítulo estão os dados que evidenciam os participantes da rádio “A Voz das Comunidades” e quais os sentidos atribuídos ao trabalho realizado nesse espaço. Os dados que compõem este capítulo foram levantados a partir de entrevistas individuais realizadas com 10 (dez) participantes, onde a inclusão na pesquisa se deu em função da disponibilidade em estabelecer diálogo e falar sobre si e sobre sua inserção e permanência na rádio e ter idade acima de 21 anos. Ressalta-se que o número total de participantes na rádio é de 50 (cinquenta), sendo 10 (dez) indígenas ou menores de 21 anos. Os participantes entrevistados apresentam um tempo de permanência nas atividades entre 8 (oito) meses a 9 (nove) anos.

O terceiro capítulo foi construído com base nas observações realizadas nele a rádio é apresentada com base nos conceitos de sociedade civil e é discutida como um aparelho privado de hegemonia, essa fundamentação foi escolhida, pois, nesse espaço do trabalho descreve exemplos das mensagens transmitidas pela rádio a partir das gravações de dois dos seus programas: Construindo Cidadania e Povos Caboclos.

Ao apresentar as mensagens dos dois programas, evidenciaram-se discussões tais como: a formas de relações estabelecidas via a radiodifusão, considerando tempo e espaço, bem como esse meio de comunicação como divulgador de cultura.

Para reforçar o lugar das representações sociais no trabalho ressalta-se que, nos três capítulos, se buscou atingir quais as representações sociais da rádio construídas pelos seus

participantes, buscando as “teorias” elaboradas coletivamente sobre a rádio, seu papel na comunidade e na sociedade e a necessidades de seu funcionamento.

## CAPÍTULO I

### A GÊNESE E A FORMAÇÃO DA RÁDIO “A VOZ DAS COMUNIDADES”

#### **1.3 O Surgimento da difusão e a História do Rádio no Brasil: breve histórico**

A história da rádio difusão no mundo e no Brasil está associada ao desenvolvimento tecnológico que marcou a comunicação através do uso de fios condutores ou de ondas eletromagnéticas. As mudanças ocorridas nos meios de comunicação ao longo dos anos permitiram o uso da radiodifusão para diferentes fins ocasionando mudanças socioculturais.

Ratificando as mudanças decorrentes do surgimento da difusão, Thompson (1995), afirma que essa abriu uma nova era na história da transmissão cultural. De acordo com o autor, a base técnica para a difusão foi inicialmente desenvolvida por Marconi no final do século XIX, quando a possibilidade de usar energia elétrica para fins de comunicação, momento em que a primeira linha telegráfica foi estabelecida com sucesso nos Estados Unidos.

Mas a invenção de Marconi, empregando ondas eletromagnéticas e dispensando a necessidade de fios de transmissão, aumentou o potencial desse meio e transformou a natureza da comunicação por eletricidade. Marconi registrou uma patente inglesa em 1896 e estabeleceu o *Marconi Wireless Telegraph and Signal Company* em 1897, e, em 1899, ele conseguiu enviar mensagens através do canal inglês. No ano de 1901, os sinais foram emitidos através do Atlântico. A tecnologia sem fio se desenvolveu rapidamente durante a primeira Guerra Mundial, quando ela foi usada como um meio de comunicação com fins militares. (Idem).

Para Corazza (2000), os registros oficiais dão a Marconi o mérito desse invento que possibilitou a comunicação sonora a distância, mas o que a história não registra é que o primeiro inventor do rádio foi um padre católico, Landell de Moura, nascido em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, em 21 de janeiro de 1861. Segundo a autora, o padre conseguiu patente norte-americana do telégrafo e do telefone sem fio. Suas descobertas estavam mais avançadas que as de Marconi, em função da data de suas descobertas, no entanto Landell não contou

com o apoio da Igreja nem do governo brasileiro, por quem foi considerado muito avançado e louco. Já Marconi teve o apoio, em 1896, do governo da Inglaterra para realizar suas experiências.

Thompson (1995) traz a informação de que após a guerra, a British Marconi e sua filial americana começaram o trabalho experimental de difusão, isto é, de sinais de ondas eletromagnéticas para a audiência indeterminada e potencialmente ampla, em vez de para um receptor específico. Informa também que o desenvolvimento da difusão durante os 40 (quarenta) anos seguintes foi rápido e abrangente. Ele afirma que os padrões específicos de desenvolvimento variam de um contexto nacional a outro, dependendo do quanto e das maneiras como estão relacionados a fins comerciais e controlados por regulamentações governamentais. (Ibidem).

Ainda de acordo com o autor, os primeiros passos de difusão em larga escala por rádio foram dados nos Estados Unidos em 1920 quando surgiu a primeira estação de rádio comercialmente licenciada criada pela Westinghouse e até 1922 mais de 570 estações tinham sido licenciadas.

Corazza (2000), evidencia outra informação quanto ao surgimento das primeiras emissoras comerciais quando afirma que essas surgiram na Holanda em 1919, e só depois, em 1920, foram instaladas emissoras experimentais nos Estados Unidos e na França e em 1921 na Inglaterra, seguida da Bélgica em 1923, da Alemanha em 1924 e a Itália em 1926.

A expansão da radiodifusão no mundo aconteceu entre as duas guerras mundiais, tendo como benefícios o avanço tecnológico e, ao mesmo tempo, tendo que submeter as novas iniciativas à autorização do governo. No Brasil, a história do rádio registra a primeira transmissão oficial no Centenário da Independência, em 7 de setembro de 1922, quando “*por interesses econômicos de expansão de mercado e por demanda de Repartição Geral dos Telégrafos para serviços telegráficos, a Westinghouse se propôs a fazer uma demonstração do seu aparato de transmissão, instalando a estação de transmissão de 500w no alto do Corcovado, no Rio de Janeiro*”. (Idem, p. 31).

A estação teve receptores alto-falantes por meio dos quais os visitantes puderam ouvir o pronunciamento do presidente Epitácio Pessoa no momento da inauguração. Ouviram também a execução da obra “O Guarani”, de Carlos Gomes. Essa transmissão provocou grande deslumbramento e marcou a primeira fase do rádio no Brasil. (Ibidem).

De acordo com Ferraretto (2001), no Brasil, o rádio começa a ganhar contornos massivos em 1924, quando Elba Dias populariza as transmissões, lançando a Rádio Clube do Brasil, no Rio de Janeiro. A indústria fonográfica já existia no país desde o final do século

XIX, com isso Elba Dias aproveita as produções e, ao mesmo tempo, serve de incentivador a cantores com ascensão na época como Francisco Alves e Mário Reis.

Em se tratando de rádios comerciais, segundo Corazza (2000), as primeiras notícias que se têm são da Rádio Diário de Pernambuco, de 6 de abril de 1919, fundada por um grupo de pessoas que usavam a recepção radiotelegráfica. Ela foi criada junto ao mais antigo jornal de circulação da América Latina, o Diário de Pernambuco. E depois a Rádio Clube Paranaense, de Curitiba (PR), conhecida como B-2, fundada em 27 de junho de 1924. (Idem).

Outro dado da história do rádio no Brasil está relacionado às emissoras educativas, sendo indicada como a primeira a Rádio Roquette Pinto, do Rio de Janeiro, em 1923, seguida pela Rádio Educativa Paulista, de São Paulo, em 1924. Dessa forma, os primeiros esforços com relação ao rádio também estão ligados a uma preocupação em favor da transmissão de educação aos brasileiros que marcou o período entre os anos de 1923 a 1936, quando o antropólogo e escritor Edgard Roquette Pinto, tentou manter a sua ideia inicial de um veículo voltado à difusão da cultura. (Ibidem).

No entanto, Ferraretto (2001) reforça a ideia referenciada anteriormente de que, desde o ano de 1924, o rádio no Brasil começa a compartilhar interesses com a produção de discos e de espetáculos o que marca um segundo passo para a massificação do rádio, sendo esse a busca crescente por verbas de anunciantes. Com isso, a publicidade foi institucionalizada com o Decreto 21.111 de 1º de março de 1932, que estipulou o máximo de 10% de veiculação comercial sobre toda programação da emissora. Também, no início dos anos 30, surge o elenco fixo e as emissoras passam a contar com artistas exclusivos, bem como passam a dividir em horários a programação que incluía as radionovelas, programas humorísticos e de auditórios. Nesse período “O rádio espetáculo” teve forte influência de César Ladeira e Adhermar Casé, considerados os pioneiros nesse estilo de fazer a programação do rádio.

Antes desse período, até o ano de 1931, as emissoras de rádio eram enquadradas na legislação da telefonia e da telegrafia sem fios. Foi o Decreto 20.047 de maio de 1933 que definiu os parâmetros da radiodifusão, termo que aparece pela primeira vez em um texto legal. Nesse texto, o governo assegurava a sua condição de poder concessório e previa a criação de uma rede nacional sob controle do Estado, o que perpassava uma visão educacional e cultural sob o controle do então Ministério da Educação e Saúde Pública. (Idem).

Foi também em 1931, precisamente, em 11 de junho desse ano, que São Paulo ganhava uma emissora idealizada como empresa em busca do lucro. Era a Rádio Record, identificada pelo prefixo PRB- 9. Nela, César Ladeira tornou-se conhecido com uma espécie de voz da Revolução Constitucionalista. Entretanto, para a história do rádio, mais importante

do que seus proclames antigovernista seria a forma como ele organizava a programação da emissora, introduzindo o cast profissional e exclusivo como remuneração profissional. A partir daí, as emissoras de rádio começam a contratar os astros populares e orquestras filarmônicas. Essa mudança aguçou a concorrência entre as emissoras, inclusive entre as de outros estados. (Ibidem).

Com base nos autores citados, pode-se observar que a história da radiodifusão no Brasil está associada não só aos aspectos educativos e comerciais, mas também à política, permitindo ações de resistência ao governo como destaca Ferraretto (2001), quando nos relata que em 23 de maio de 1932 um grupo de estudantes invade a Rádio Record, um deles José Branco Lefevre, e lê ao microfone um manifesto contra o governo revolucionário liderado por Getúlio Vargas: *“Nós, os abaixo assinados, declaramos que invadimos, à valentona, os estúdios da Rádio Record e conclamamos o povo para que se mude a situação política existente no Brasil”* (Idem, p. 107). Na mesma noite, uma multidão tenta tomar a sede da Legião Revolucionária, entidade transformada no Partido Popular Progressista. Na ocasião quatro estudantes morreram.

O autor supra citado afirma que, até outubro de 1932, quando terminou o conflito entre governo e a organização da Revolução Constitucionalista, locutores como: Nicolau Tuma, Renato Macedo e, em especial, César Ladeira, leem apelos revolucionários ao som da marcha Paris Belford. A Record lidera, assim, as transmissões contrárias ao governo Vargas, usando, em larga escala, o rádio com finalidade política.

Das décadas iniciais da história do rádio no Brasil até os dias atuais, a radiodifusão tem passado por diversas modificações tecnológicas, tais como: as redes via satélites, praticamente substituindo as ondas curtas e tropicais, e a internet que tem sido uma nova opção de ouvir rádio. No entanto, sejam quais forem essas mudanças, permanece o desafio da democratização do rádio. Descrever aspectos históricos que retratam esse desafio é a finalidade do tópico que segue.

## **1.2 Das Rádios Livres as Rádios Comunitárias**

Historicamente o início das transmissões radiofônicas comunitárias no Brasil se deram, de acordo com Bahia (2008), entre os anos de 1970 e 1980, e foram oriundas dos movimentos sociais populares. No entanto, existem notícias de emissoras do tipo alto-falante em funcionamento no país em anos anteriores ao regime militar, como a do município de Muqui (ES), em 1948, utilizada por uma casa comercial para divulgar seus artigos.

Para Peruzzo (1998) as práticas de radiodifusão comunitárias no Brasil teve início com as chamadas rádios livres, que começaram a aparecer no período dos anos 70, numa época de repressão militar em que os meios de comunicação de massa estavam, de forma predominante, nas mãos de pessoas ou grupos privilegiados com a concessão de canais, por decisão unilateral do poder Executivo Federal.

Aqui vale esclarecer que o termo “livre”, segundo Ferraretto (2001), era usado em oposição à palavra “pirata”, referida pelos empresários do setor de radiodifusão. A expressão rádio pirata, no entanto, origina-se das primeiras emissoras instaladas em barcos na costa da Grã-Bretanha no final dos anos 50. Fora das águas territoriais, transmitiam em direção ao Reino Unido, tentando furar o bloqueio imposto pela legislação. Os radialistas erguiam bandeiras piratas para identificar suas embarcações.

A primeira experiência de rádio livre que se tem registro no Brasil é da Rádio Paranóica, de Vitória (ES), em 1970. A ideia e execução do serviço era de dois irmãos, um com 15 anos (preso como subversivo) e outro com 16. O slogan da rádio era “Paranáica, a única que não entra em cadeia com a Agência Nacional” (Idem, p. 243)<sup>2</sup>. A emissora foi lacrada e voltou a funcionar 13 anos depois com o nome de Rádio Sempre Livre.

Em 1976, surgiu a Rádio Spectro, de Sorocaba (SP), e, em 1978, a Rádio Globo de Criciúma (SC), que conseguiu sobreviver por cinco anos na clandestinidade, sendo localizada pelo Departamento Nacional de Telecomunicações em 3 de novembro de 1983, quando teve os transmissores lacrados e saiu do ar. (Ibidem).

Bahia (2008) destaca também a rádio Xilik, em São Paulo, organizada em 1985 por Caio Magri, Arlindo Machado e Marcelo Masagão, autores do primeiro livro sobre o tema no Brasil, publicado um ano depois do surgimento da rádio.

Peruzzo (1998) afirma que na década de 80, fizeram parte desse cenário as experiências de rádios livres em sindicatos e nos movimentos populares. Os bancários de São Paulo, por exemplo, que haviam adquirido a prática com o sistema de alto-falantes móveis nos anos de 1981/1982, puseram no ar, em 1985, a Rádio Teresa, com 120 watts de potência. O nome da Rádio significava a fuga da cadeia global (Rede Globo), pois Teresa é o nome da corda de lençóis feitas por prisioneiros para tentativa de fuga.

Ainda fundamentadas nas causas trabalhistas e sociais, surgiram: a Rádio Patrulha, em Ermelino Matarazzo, zona leste da capital paulista e a Rádio Livre Paulicéia, de Piracicaba

---

<sup>2</sup> A Agência Nacional era quem distribuía o noticiário do Governo Militar e atualmente é que comunica o programa “A Voz do Brasil”, com uma hora diária de noticiário oficial, retransmitida por outras emissoras de rádio do país.

(SP), que funcionou de 14 de julho de 1990 a 3 de abril de 1992 com 10 watts de potência. (Idem).

A partir dos dados trazidos podemos considerar que as rádios livres se desenvolveram ao longo dos anos 80 como expressão de grupos descontentes com o sistema de comunicação social e sua concentrada distribuição de canais e acrescentar que, no início dos anos 90, passou a fazer parte de projetos representativos do ‘desejo da população’. Hoje se apresentam sob várias formas, desde comunitárias às independentes, entre elas, existem as de cunho puramente político, isto é, contestação do sistema oficial de distribuição dos meios de comunicação, e as comerciais. No que se refere às Rádios Comunitárias ressaltamos, com base nas informações trazidas por Bahia (2008), que esse termo foi institucionalizado em novembro de 1995, no I Encontro Nacional de Rádios Livres Comunitárias, definidas como aquelas que têm gestão pública, operam sem fins lucrativos, encaixam-se no perfil das chamadas de baixa potência.

Esse tipo de emissoras tem enfrentado fortes resistências desde o seu surgimento. Ferraretto (2001, p.186) informa que, em novembro de 1996, a Associação das Emissoras de Rádio e TV (AESPT) e o Sindicato das emissoras de Rádio e TV (SERTESP), ambos de São Paulo, lançaram uma campanha com o *slogan* “Rádio Pirata: só as autoridades não interferem”. Um mês depois, no dia 12 de dezembro, o Ministério da Aeronáutica interditava parcialmente a pista 09-D, do Aeroporto Internacional de Cumbica, Guarulhos (SP), devido à grande quantidade de sinais não autorizados na região.

A possibilidade de interferência sempre foi desmentida devido à baixa potência das transmissões e a necessidade de apontar provas para sustentar o que era considerado como não verdadeiro fez com que os defensores das emissoras livres, através da Associação Brasileira de Rádio Comunitária (ABRACO), publicassem no boletim *No Ar* (elaborado pela Associação) as afirmações de João de Ataliba Nogueira, na época, engenheiro de instrumentos da Varig: “*Nossas aeronaves são testadas em todas as condições adversas, antes mesmo da primeira decolagem e nas demais revisões de rotina, pois qualquer avião sobrevoa os quatro cantos do planeta, em lugares com as mais diversas atividades de rádio possíveis.*” (Idem, p. 187).

Conforme Peruzzo (2002) os dilemas e resistências relacionados à existência sempre estiveram presentes na realidade das rádios comunitárias, mas o ideal de democratização da comunicação tem justificado a luta de muitos em prol da sua manutenção, como emissoras que precisam estar abertas à participação ativa dos cidadãos e suas entidades representativas, onde as pessoas das próprias comunidades se revezam enquanto produtoras e receptoras dos

produtos comunicacionais, viabilizando o desenvolvimento do processo de interatividade na comunicação. E, sendo autogerenciadas pelas entidades representativas das comunidades, permitem a busca da autonomia. Livres de ingerências em relação aos órgãos do Governo, grande mídia, partidos políticos e seus afiliados, envolvem um processo de aprendizado no exercício da democracia e da cidadania.

De acordo com dados disponibilizados pelo Ministério das Comunicações, cerca de três mil emissoras estão no ar em todo o Brasil. Pode-se deduzir que o surgimento desse número expressivo é resultado de um processo de mobilização social por sua regulamentação, por meio de associações e do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação.

No Amazonas, as rádios comunitárias têm surgido nos vários municípios do estado, segundo Lima (2003), desde o final da década de 90. De acordo com o autor, foi num encontro em abril de 1998, realizado pelo Centro de Defesa dos Direitos Humanos (CDDH) entidade ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e extinta em 1999, que representantes de municípios amazonenses, sem informações sobre a lei que criou o Serviço de Radiodifusão Comunitária, trouxeram a notícia de que estavam operando equipamentos de rádio de baixa potência e que chamavam estas emissoras de “comunitárias”.

Nesse período, de acordo com o autor supra citado, dados da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) registraram mais de 50 denúncias de emissoras de baixa potência operando irregularmente no Amazonas. A primeira delas localizada no município de Santo Antônio do Içá, na região do alto rio Solimões. Os habitantes de Santo Antônio do Içá tiveram acesso à radiodifusão em 1997, através da iniciativa do frei capuchinho Celso Caldas de Souza, que montou uma emissora de baixa potência com um transmissor de 50 watts e uma antena instalada na torre da igreja católica matriz. Na época, o frei tinha a informação levada pelo bispo de que era possível instalar uma rádio comunitária. O dinheiro para a compra dos equipamentos foi conseguido com a vice- província dos Capuchinhos no Amazonas<sup>3</sup>.

Com as mobilizações para a legalização da radiodifusão comunitária, as iniciativas do Amazonas se juntaram ao movimento de rádios comunitárias em nível nacional e foram representadas pela Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária (ABRAÇO), pelo Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC), pela Rede Brasil de Comunicação Cidadã, pela Associação Nacional Católica das Rádios Comunitárias (ANCARC) e Associação Mundial de Comunicação Comunitária (AMARC).

---

<sup>3</sup> Desde esse período se observa influência da Igreja Católica para a instalação dos serviços de radiodifusão comunitária no estado do Amazonas.

### **1.3 Legalização das Rádios Comunitárias**

No Brasil, o período entre o surgimento das rádios comunitárias e o seu reconhecimento legal são marcados por um tempo de quase 28 anos. Esse longo espaço de tempo é uma característica histórica que marca os acontecimentos em outros países da América Latina, como por exemplo, a Colômbia, onde as iniciativas surgiram desde a década de 40, mas só foram legalizadas em 1995, quando se tornaram reconhecidas e receberam alvará de funcionamento.

O exemplo da Colômbia revela outro dado histórico das rádios comunitárias, também, percebido no Brasil, a influência da Igreja Católica na implantação das emissoras. A experiência colombiana nasceu através da Rádio Sutatenza, em 1947, que, segundo Amarante (2009), recebeu inicialmente o nome de Rádio Educativa, uma precursora das rádios escolas, cuja preocupação maior era a educação formal a distância para os camponeses. De acordo com a mesma autora esta rádio teve como idealizador o Pe. Joaquín Salcedo, que recebeu o apoio da Igreja Católica e projetou a educação para a alfabetização através do rádio, além de fazer a evangelização e a divulgação das práticas agrárias e saúde.

A emissora funcionava com o microfone aberto, o que permitia a participação dos cinco mil habitantes do vale de Tenza (Colômbia). A rádio se instalou posteriormente em Bogotá e, entre os anos 1970-80, constituiu uma rede que divulgava o programa “Ação cultural e popular” (ACPO), servindo de inspiração para outras rádios. (Idem).

Assim como na Colômbia, em diferentes países as leis de regulamentações e concessões de rádios comunitárias resultam de mobilizações de diferentes entidades civis que cobraram junto aos governos atenção à democratização da comunicação. Contudo, Bahia (2008) afirma que um dos problemas presentes na luta pela legalização das rádios comunitárias na América Latina foi a falta de unidade quanto a sua denominação: rádio livre, comunitária, popular, alternativa, entre outras.

Nos diversos países onde ocorrem tais experiências, empregam-se nomes diferentes, geralmente relacionados com o contexto onde atuam, o que, com frequência, causa confusão quanto à especificidade das rádios, assim como sobre suas práticas junto às comunidades. Essa situação, segundo a autora acima citada, ao mesmo tempo em que é problemática, pode ser considerada uma das grandes riquezas do movimento, pela diversidade de usos e apropriações que as comunidades e suas entidades fazem das mesmas.

Podemos afirmar, ainda com base nas informações trazidas por Bahia (2008), que no Brasil, o cenário que se formou na luta pela regulamentação dessas emissoras fez surgir iniciativas político-culturais, organizadas pela sociedade civil, através de entidades religiosas,

Ongs, entre outros, exercendo forte pressão para que o governo reconhecesse, como processo de democratização da comunicação, a concessão de serviços de radiodifusão aos grupos comunitários, permitindo a transmissão de mensagens de interesse coletivo não veiculadas pelas mídias comerciais. Portanto, a movimentação da população brasileira em favor da implantação e da legalização das rádios comunitárias esteve marcada por iniciativas que representavam o desejo e necessidades da população se expressar, o que talvez possa ser explicado pelo passado histórico da ditadura militar, que reprimiu manifestações, impondo um longo período de silêncio.

Lima (2003), também explica que com o fim do regime militar o movimento em defesa da democratização da comunicação cresceu e aumentou o número de emissoras de rádio sem autorização do Poder Público, conotando a luta entre a sociedade civil e o Estado. Somente quando a disseminação das rádios não outorgadas estava fora do poder do Estado é que o próprio governo começou a considerar a possibilidade de formulação de uma lei que regulamentasse a radiodifusão comunitária.

Dessa forma, constata-se que a busca pela legalização das rádios comunitárias esteve fundamentada na abertura e na manutenção de espaços, onde a população pudesse atuar de forma mais participativa, o que permite destacar, de acordo com Paiva (2003), que a comunicação é o espaço por meio do qual pode ser formada a esfera pública, vista

como conjunto de cidadãos participantes, comprometidos com o veículo, com a interatividade, com a horizontalidade do discurso e atuando como sujeitos políticos.

Na retomada do poder do Estado, diante da existência desses espaços comunicacionais, o serviço de radiodifusão comunitária foi regulamentado pela Lei Nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, publicada no Diário Oficial da União de 20 de fevereiro de 1998, que definiu o serviço restringido a irradiações em Frequência Modulada, de alcance limitado a no máximo 1 km a partir de sua antena transmissora, e a estação deve operar com potência de transmissão irradiada máxima de 25 watts. Esta configuração é considerada uma pequena estação de rádio, para dar condições à comunidade de ter um canal de comunicação, oportunizando a divulgação de suas ideias, manifestações culturais, tradições e hábitos sociais.

A referida lei determina, em seu artigo primeiro, que a concessão desse tipo de emissora só será permitida a fundações comunitárias instaladas na área de funcionamento da rádio para evitar que canais sejam concedidos às pessoas que queiram utilizá-los em benefícios próprios.

Como um dos requisitos básicos para regulamentação de uma rádio comunitária, a citada lei exige, em seu Art. 8º, que se faça representar por um Conselho Comunitário através de no mínimo cinco membros. O Conselho Comunitário tem responsabilidade de acompanhar a programação da emissora, verificando se efetivamente a programação atende ao interesse exclusivo da comunidade e aos princípios estabelecidos pelo Art. 4º citado abaixo.

As emissoras do Serviço de Radiodifusão Comunitária atenderão, em sua programação, aos seguintes princípios:

I - preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas em benefício do desenvolvimento geral da comunidade;

II - promoção das atividades artísticas e jornalísticas na comunidade e da integração dos membros da comunidade atendida;

III- respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família, favorecendo a integração dos membros da comunidade atendida;

IV- não discriminação de raça, religião sexo preferências sexuais convicções político-ideológico-partidárias e condição social nas relações comunitárias. (MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES. Disponível em <http://www.mc.gov.br/radio-comunitaria>. Acesso em 22.11.09).

Nesse sentido, um Conselho tem o papel de primar pelo princípio da democracia nas programações e composições de equipes de uma rádio comunitária. Essa condição democrática das rádios nos leva a resgatar o início das mobilizações diante dos órgãos públicos para a construção e aprovação de uma legislação à radiodifusão comunitária no Brasil. Lima (2003) afirma que aconteceu no dia 10 de abril de 1995, quando o Ministro das Comunicações, na época, Sérgio Motta recebeu em seu gabinete um grupo de representantes de rádios livres comunitárias. Na ocasião, o ministro reconheceu publicamente a existência de milhares de emissoras de baixa potência no país e assumiu o compromisso de regulamentar o funcionamento desse meio de comunicação.

Conforme as informações destacadas pelo autor supracitado, ainda em 1995, entre maio e junho, representantes do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC) e a assessoria especial do Ministério das Comunicações, Irma Passoni, elaboraram a minuta do projeto de regulamentação do que seria o Serviço Especial de Radiodifusão Comunitária. Em dezembro do mesmo ano, um documento em apoio à regulamentação das rádios de baixa potência, assinado por 150 parlamentares federais de diversos partidos, foi entregue no gabinete do Ministro Sérgio Motta por representante do FNDC acompanhados da Senadora Benedita da Silva e dos deputados federais Fernando Gabeira, Zaire Rezende e Tilden Santiago.

Lima (2003) informa também que em março de 1996, o Ministro Sérgio Motta declarou à imprensa ter encaminhado ao Congresso um projeto de lei regulamentado as rádios comunitárias e, ao mesmo tempo, determinou que as delegacias regionais do Ministério das Comunicações fechassem todas as rádios em funcionamento sem concessão do governo, pois as mesmas precisariam esperar a mudança na legislação.

De acordo com Peruzzo (1998), uma das mudanças legislativas foi um novo decreto assinado, em 24 de dezembro de 1996, pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, que regulamenta a concessão de emissoras de rádio e televisão, mediante procedimento licitatório, para garantir tratamento isonômico aos participantes. Esse decreto se fez necessário em função do texto da constituição promulgada em 1988, em que está instituído que a concessão de canais deveria ter a aprovação do Congresso e a autorização do Conselho Nacional de Comunicação.

No entanto, mesmo com o decreto, entre as exigências que se colocam aos interessados, está a qualificação econômica financeira, o que, na prática, continuava inviabilizando o acesso às ondas de radiodifusão por parte da maioria das organizações da sociedade civil, sobretudo dos movimentos populares. *“Nem mesmo a licitação para execução do serviço de radiodifusão com fins exclusivamente educativos lhes abriria maiores oportunidades”*. (PERUZZO,1998, p. 246.).

Mesmo com mudanças legislativas, ainda assim se fazia necessário que a lei de concessão dos serviços de radiodifusão comunitárias fosse aprovada. Para tanto, ações foram registradas na Câmara dos Deputados e no Senado, como por exemplo, a criação de uma frente parlamentar para discutir o problema. Em 1996, foi realizado o 1º Seminário das Rádios Comunitárias. Segundo Lima (2003), os debates que antecederam o seminário serviram para alertar os deputados quanto à ausência de um projeto de lei até aquele momento. Durante o evento, surgiram sete projetos de lei, sendo o do Ministério das Comunicações considerado o mais inadequado, por estabelecer um alcance de 400 metros para as emissoras de baixa potência, distância comparada a de um alto-falante. No entanto, as reivindicações era para 250 watts.

Considerando as ideias do mesmo autor podemos afirmar que a promulgação da Lei 9.612, mesmo não sendo o que as entidades esperavam para as rádios comunitárias, mas representa a conquista do reconhecimento público pelos poderes Legislativo e Executivo de que o serviço de radiodifusão comunitária é necessário para a sociedade na construção da democracia.

#### **1.4 O Movimento de Rádio Comunitária em Manaus: A Experiência da Rádio “A Voz das Comunidades”**

A Rádio “A Voz das Comunidades” fica localizada na Rua 36, nº 68, Bairro Amazonino Mendes e está vinculada juridicamente ao Movimento Comunitário pela Cidadania (MOCOCI). O MOCOCI é uma Organização não Governamental, criado por representantes da Área Missionária São Francisco. Essa área missionária surgiu com o encaminhamento de padres pela arquidiocese de Manaus para atuarem no bairro Cidade Nova, no período em que o bairro estava se expandindo, e o governo do estado fez as chamadas ‘Casas do Mutirão’, casas construídas pelos próprios moradores e feitas com pouca estrutura.

Casas que não tinham banheiro, as próprias ruas que foram feitas foram mal feitas, então, nessa necessidade de também a Igreja evangelizar, chegar na periferia, aonde as pessoas estão chegando é que veio então a arquidiocese nessa preocupação e enviou três padres italianos para cá: Padre Cláudio Dalbon, Luigi Giulianne e o Padre Mário Felipe [... pausa] que chegam com a ideia de que as comunidades na periferia deveriam surgir a partir de um espaço onde a própria periferia se reunisse para falar dos seus problemas. (M. S., 36 anos, entrevista em 30.10. 09).

Os trabalhos sociais iniciados pelos referidos padres data do ano de 1991, e, a partir desses, surgiram as comunidades com a construção de centros sociais, onde as pessoas podiam se reunir, debater e depois participar das celebrações, sendo este aspecto indicado como uma das características da área missionária, para ressaltar a preocupação com os aspectos sociais sem negar a tarefa de evangelizar.

A Área Missionária São Francisco (**Figura 1**)<sup>4</sup>, atualmente, é composta por 16 comunidades católicas, sendo essas: São Francisco de Assis, Nossa Senhora de Fátima, Bom Pastor, Bom Jesus, Divino Espírito Santo, Nossa Senhora da Conceição, Nossa Senhora do Perpetuo Socorro, São Sebastião, Santa Luzia, Santo Antônio de Borba, Menino Jesus, Santo Expedito, Nossa Senhora Aparecida, Jesus Cristo Libertador, São Francisco Xavier e Frei Galvão. Tais comunidades estão localizadas nos bairros da Cidade Nova II, III e V, Amazonino Mendes (Mutirão), Nossa Senhora de Fátima e Novo Aleixo. Cada uma delas com a sua coordenação.

---

<sup>4</sup> A área missionária chegou a ter 23 comunidade até o mês de fevereiro de 2009 e em função de uma decisão dos bispos foi criada uma outra comunidade, desmembrando assim a área missionária São Francisco.



Para começar devemos dizer que esta de São Francisco é uma área missionária e não uma paróquia. E qual é a diferença? A diferença é que numa área missionária nós temos uma comunidade de comunidades, uma federação de comunidades, enquanto que numa paróquia tem uma igreja matriz e ao redor dessa igreja matriz tem outras que são chamadas de capelas, nosso caso nós temos a área missionária com um certo número de comunidades todas no mesmo pé. (Pe. Arnaldo, responsável pela área missionária São Francisco, entrevista em 13.11.09)

A explicação do Pe. Arnaldo nos leva a considerar que as comunidades que compõem uma área missionária têm uma certa autonomia, mas seguem uma metodologia de trabalho que é gerenciada por um responsável representante da Igreja Católica e os coordenadores das comunidades.

No caso da área missionária a gestão fica instalada no Centro Pastoral Jorge Galhani/ Casa do Povo (**Figura 2**), situada na Rua 186, nº 94, Bairro Cidade Nova, núcleo 16, onde também se encontra a sede do MOCOVI, que tem atualmente 16 centros de um projeto para crianças e adolescentes, há o projeto da periferia ativa que trabalha com jovens seja na recuperação ou em situação de risco, há um centro que é chamado 'Recanto do Belo' onde existe uma biblioteca, um museu e um centro de informática, existe a rádio comunitária e as pastorais sociais. A rádio está localizada na comunidade São Francisco de Assis, no bairro Amazonino Mendes, a sétima das áreas missionárias representadas na figura 1.



**Figura 2** – Centro Pastoral Jorge Galhani e a Casado Povo  
**Fonte:** Registro fotográfico feito pela pesquisadora em 20.08.09

A exemplo do que aconteceu em outros países, bem como em outras regiões do Brasil, as motivações para a formação de rádios comunitárias em Manaus está, em alguns casos,

fortemente associada não só aos aspectos sociais, mas também religiosos, representados pelos participantes como condições indissociáveis, como ilustra o testemunho abaixo.

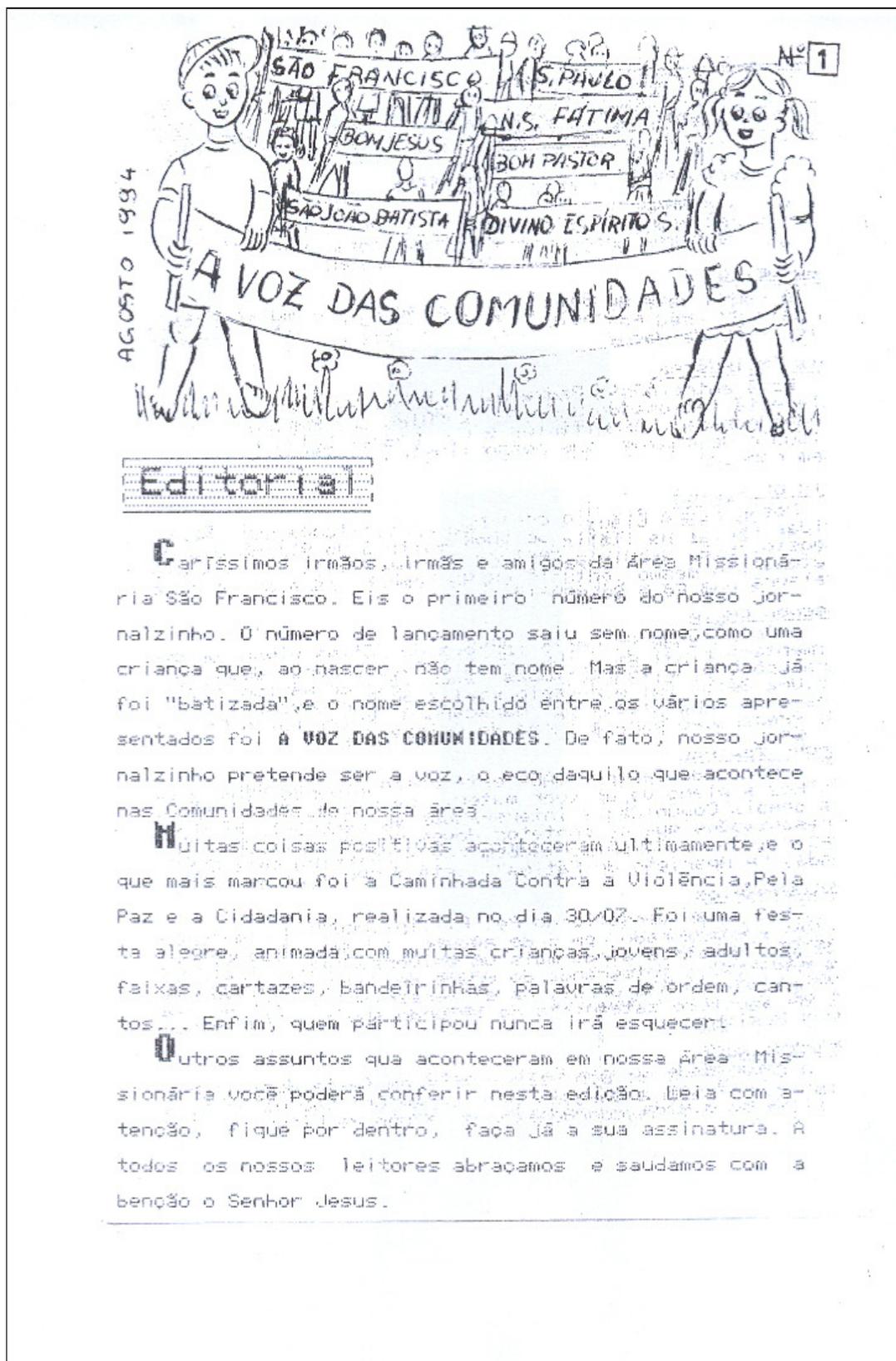
Nessa linha social nós já começamos, então, como área os primeiros trabalhos que foi com crianças, pastoral da criança, pastoral do menor. Agente começou então a fazer esse trabalho dentro da periferia, organizar a juventude, algumas manifestações, no caso aqui, nós tínhamos um grande problema com galeras que estavam surgindo. E nesse trabalho social começamos articular também dentro da arquidiocese de Manaus, era naquela caminhada missionária, caminhada que chamava pelo lado social, o grito dos excluídos e excluídas, que começava no país também, nós a frente, o movimento de mulheres que aqui sempre foi muito forte. (M. S., 36 anos, entrevista em 30.10.09).

Estimulados por questões de precariedade social e, como consequência da participação do Pe. Luigi Giuliane num encontro Nacional do Clero em Itaici (SP), e que, na oportunidade, participou também de um encontro sobre rádios comunitárias, os comunitários iniciam a mobilização para a elaboração do projeto da rádio “A Voz das Comunidades”.

Ao chegar do encontro, o padre informa a coordenação de área sobre a possibilidade de fundação de um meio de comunicação popular, em que as pessoas pudessem fazer seus diálogos. A proposta era de ter uma rádio comunitária dentro da área missionária. Para tanto, os comunitários precisavam se organizar e assumir as atividades, e o Padre daria o suporte necessário. Na época, existia uma equipe que trabalhava a comunicação na Área e formava a Pastoral da Comunicação (PASCUM). Entre os que faziam parte da equipe apenas três estavam vinculados a meios de comunicação eram eles: Teofilo Mesquita, que já trabalhava com jornalismo, Amazilda Neves, que tinha experiência numa rádio de Santarém e foi engajada na Rio Mar e havia um radialista chamado Elias Emanuel, eram os que tinham contato com os meios de comunicação “e os outros estavam movidos por ter sido indicado, interesse ou curiosidade” (T. M., 42 anos, entrevista 12.04.10).

A PASCUM inicialmente produzia informativos para a organização da área e depois começou a fazer um jornal, com várias edições, enfocando, além dos aspectos religiosos, os problemas sociais das comunidades. O jornal foi chamado “A Voz das Comunidades” (**Figura 3**), nome posteriormente transferido à rádio.

Entretanto, para pleitear a habilitação de uma emissora de radiodifusão comunitária, tinha que ser a partir de uma associação sem fins lucrativos, constando em seus estatutos, o objetivo “executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária”, considerando o que foi preconizado pelo Ministério das Comunicações. Assim, a rádio ficou vinculada ao MOCOCI que já existia, sendo necessários ajustes no seu estatuto.



### Editorial

**C**aríssimos irmãos, irmãs e amigos da Área Missionária São Francisco. Eis o primeiro número do nosso jornalzinho. O número de lançamento saiu sem nome, como uma criança que, ao nascer, não tem nome. Mas a criança já foi "batizada", e o nome escolhido entre os vários apresentados foi **A VOZ DAS COMUNIDADES**. De fato, nosso jornalzinho pretende ser a voz, o eco daquilo que acontece nas Comunidades de nossa área.

**M**uitas coisas positivas aconteceram ultimamente, e o que mais marcou foi a Caminhada Contra a Violência, Pela Paz e a Cidadania, realizada no dia 30/07. Foi uma festa alegre, animada, com muitas crianças, jovens, adultos, faixas, cartazes, bandeirinhas, palavras de ordem, cantos... Enfim, quem participou nunca irá esquecer.

**O**utros assuntos que aconteceram em nossa Área Missionária você poderá conferir nesta edição. Leia com atenção, fique por dentro, faça já a sua assinatura. A todos os nossos leitores abraçamos e saudamos com a bênção o Senhor Jesus.

**Figura 3 – Primeiro Editorial publicado pela PASCON**  
**Fonte: Acervo de documentos do MOCOICI**

O Pe. Luigi Giuliani afirma o aspecto de que o movimento surgiu depois de trabalhos sociais junto às comunidades e pela necessidade de uma estrutura jurídica e para participar dos conselhos, destacando que: “fundamental não é o movimento comunitário, fundamental é a mobilização social de todo mundo católico ou não” e que “o principal não eram verbas, mas participar da discussão política da cidade de Manaus” (Ex padre da Área Missionária, entrevista em 03.11.09).

A criação do MOCOCCI está reconhecida em ata no dia 04 de março de 1996, da assembleia realizada no Centro Social São Francisco com a presença de 53 comunitários que, por unanimidade, concordaram com a fundação do Movimento. O Pe. Luigi Giuliani presidiu à assembleia e passou a ser o primeiro presidente da entidade. Na ocasião, foi destacada a finalidade do MOCOCCI com sendo:

Inteiramente para incentivar os moradores da Cidade Nova II, III e V, Bairro Amazonino Mendes (Mutirão), Bairro Nossa Senhora de Fátima e Bairros Vizinhos, a tomarem iniciativas e criarem atitudes que provocam e defendem a cidadania de todos, dando prioridade aos excluídos, podendo haver convênio com o Estado, a Prefeitura e outros. (Texto retirado da ata da Assembleia de 04.03.1996).

Na referida assembleia foi discutida a possibilidade de abrir a rádio comunitária, e houve a exposição das dificuldades, tais como: local, pessoal para operá-la sem ônus, e finanças para montar o projeto, que tinha o custo inicial de R\$ 6.000,00 (seis mil reais). Segundo dados em ata, a maioria dos participantes pediu explicações sobre o projeto, e todas as representações das comunidades se manifestaram no sentido de se doarem no que fosse preciso para a realização e funcionamento da proposta.

A partir de 1996, o MOCOCCI, desenvolveu ações objetivando a criação da rádio. Em nível nacional, o movimento participou das mobilizações em Brasília para que pudesse ser aprovada a lei das Rádios Comunitárias. A participação inicial nesse cenário se deu com a ida do Pe. Luigi Giuliani e Isabel Mota para o Encontro Nacional das Rádios Católicas (ANCARC), tornando o MOCOCCI o seu 18º sócio, e sócio também da fundação da Associação Nacional das Rádios Comunitárias (RADCOM).

É importante destacar que a ANCARC, a princípio, estava definida como uma Associação Católica de Rádios e Tvs Comunitárias, mas, posteriormente, sendo definida como Associação Nacional Católica de Rádios Comunitária (**Figura 4**). O sentido da mudança está relacionado à criação de um movimento católico que participasse das

reivindicações pela legalização das rádios comunitárias e não só das rádios comunitárias que se diziam católicas.

<b>RÁDIOS COMUNITÁRIAS CATÓLICAS.</b> Já de algum tempo, estamos percebendo que se faz necessária a existência de uma associação genuinamente Católica, que reflita sempre a <u>visão e ação Católica na rádio difusão comunitária</u> . E por falar em comunitária, não há no mundo nada mais comunitário do que a Igreja Católica, todos reconhecem sua ação evangelizadora que é também comprometida com o bem social. Ela pode muito bem ser a escola para a ocupação do espectro de rádio difusão comunitária. Vontade e motivos, temos de sobra para formar a associação, basta apenas juntar a apostolicidade de todos, a qual no momento contamos.  Caso haja interesse em participar da futura <u>ASSOCIAÇÃO CATÓLICA DE RÁDIOS E TVs COMUNITÁRIAS</u> , pedimos que preencha esta ficha de interesse e adesão, afim de já irmos estreitando o tempo e no encontro em Brasília, consolidarmos nossa Associação Católica.  Comunidade SPICILEGIUM DEI	
<b><u>ASSOCIAÇÃO CATÓLICA DE RÁDIOS E TVs COMUNITÁRIAS</u></b>	
<b>FICHA DE INTERESSE E ADESÃO</b> <span style="float: right;">Data <u>11/10/1996</u></span>	
Paróquia ou Entidade: <u>MOVIMENTO COMUNITÁRIO PELA CIDADANIA</u> <span style="float: right;">CGC <u>07.129.330/0001-44</u></span>	
Endereço: <u>Rua 196, Casa 94 - Núcleo 16</u> <span style="float: right;">Bairro: <u>Cidade Nova III</u></span>	
cep.: <u>68098 - 260</u> <span style="float: right;">Cidade: <u>MANAUS</u> <span style="float: right;">Estado: <u>AM</u></span></span>	
Nome do Padre responsável: <u>Pe. Luís Giuliani</u> <span style="float: right;">Telefone: <u>(092) 223.6157</u></span>	
Nome da Rádio Comunitária Católica (caso tenha): _____	
Operando na Frequência de <u>98,1</u> Mhz <u>50</u> Wtz de potência, Antenas tipo: <u>Plano terra 5/8</u>	
Nome do responsável pela rádio: <u>Pe. Luís Giuliani</u> <span style="float: right;">Telefone: <u>(092) 223.6157</u></span>	
Mais informações serão solicitadas, tão logo tenhamos definidas a formação e as diretrizes da Associação Católica.	

**Figura 4** – Ficha de adesão da ANCARC  
**Fonte:** Acervo de documentos do MOCOCI

Outro dado que merece ser destaque é que, mesmo sem a aprovação da lei, a rádio “A Voz das Comunidades” já existia enquanto projeto e começava a marcar o seu nome nas associações, como no caso da ANARC, onde recebeu o título de sócio, datado de 05 de fevereiro de 1997 (**Figura 5**). Esse dado revela também que, entre o Encontro Nacional das Rádios Católicas e a fundação da associação, levou um tempo de três meses, de novembro de 1996 a fevereiro de 1997.<sup>5</sup>

<sup>5</sup> Esses dados são importantes para o conhecimento das formações institucionais que se tornaram representativas nas reivindicações pela legalização da radiodifusão comunitária no Brasil.



**Figura 5** – Título de Associado da ANCARC  
**Fonte:** Acervo de documentos do MOCOICI

Com as mobilizações para a legalidade das rádios comunitárias, e pelo fato de que a criação da rádio estava sendo vinculada à ONG, não era permitido legalmente que um estrangeiro fosse presidente<sup>6</sup>, dessa forma o Pe. Luige Giuliani precisou sair da presidência do MOCOICI, sendo então eleito o Sr. Moisés da Silveira Aragão.

No ano de 1998, com a Lei Nº 9.612, inicia-se uma jornada burocrática na busca de obter a concessão dos serviços de radiodifusão para a comunidade. Em 12 de junho deste ano, o presidente do MOCOICI, o Sr. Moisés da Siqueira Aragão, assina a solicitação, junto ao Ministério das Comunicações, da designação de canal para respectiva prestação de serviços. Destacando que os bairros atingidos seriam: Conjunto Amazonino Mendes I e II, Nossa Senhora de Fátima I, II e III, Conjunto Amadeu Botelho, Conjunto Canaã, Novo Aleixo I, II e III, Surgentes das Águas Claras I, II, III, Nossa Senhora da Conceição e os Núcleos da Cidade Nova I, II e V.

No dia 14 de Julho de 1998, o Ministério das Comunicações, através da Secretaria Executiva, Delegacia do Estado do Amazonas, responde à solicitação informando que

---

<sup>6</sup> De acordo com normas do Ministério das Comunicações, a concessão somente seria dada às fundações e às associações comunitárias sem fins lucrativos, legalmente constituídas e registradas, com sede na comunidade em que pretendem prestar o serviço, cujos dirigentes sejam brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, maiores de 18 anos, residentes e domiciliados na comunidade.

aguardavam a publicação da Norma Complementar do Serviço para que as providências fossem tomadas. A referida Norma foi publicada em 7 de agosto de 1998.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, e

CONSIDERANDO os comentários recebidos em decorrência da consulta pública realizada pela Portaria nº 176, de 22 de junho de 1998, publicada no D.O.U. de 25 subsequente;

CONSIDERANDO o disposto no inciso I do art. 9º do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, resolve:

Art. 1º Aprovar a Norma Complementar do Serviço de Radiodifusão Comunitária nº 02/98, anexa a esta Portaria.

Art. 2º Determinar o arquivamento dos pedidos para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária protocolizados no Ministério das Comunicações em data anterior à publicação da presente Portaria.

Art. 3º Os interessados em executar o Serviço deverão requerer a autorização na forma prevista na Norma ora aprovada.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ CARLOS MENDONÇA DE BARROS. (MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES. Disponível em <http://www.mc.gov.br/radio-comunitaria>. Acesso em 22.11.09)

Em decorrência do Art. 2º da portaria, o Ministério das Comunicações informa ao MOCOCI, por meio do ofício, o arquivamento dos documentos, pois os mesmos haviam sido protocolados em data anterior à publicação da portaria. Na oportunidade, o Ministério informou que, se houvesse a pretensão da comunidade em executar o serviço de radiodifusão Comunitária, esta deveria requerer a autorização de acordo com a Norma Complementar.

No mesmo ano, representantes das comunidades pertencentes a área missionária São Francisco coletam mais de 2.500 assinaturas dos moradores, das associações de bairros: pais e mestres, comerciantes, diretores de escolas e pessoas que não moravam nas comunidades, mas aderiram ao movimento para obtenção da rádio. A coleta das assinaturas é relatada por um dos participantes como um momento difícil, pois alguns moradores não tinham o conhecimento do que era uma rádio comunitária e associavam à “boca de ferro, altofalante, diziam que a gente ia fazer barulho” (R. F., 79 anos, entrevista em 14.11.09). As assinaturas coletadas foram encaminhadas junto com a solicitação de concessão do serviço de radiodifusão.

Na data de 16 de Novembro de 1998, o MOCOCI encaminha à Delegacia do Ministério das Comunicações em Manaus, o pedido de devolução da documentação arquivada. No dia 01 de Dezembro de 1998, o movimento reapresenta a sua nova proposta. Em 4 de agosto de 1999, o Ministério das Comunicações concede autorização ao movimento

para executar os serviços de radiodifusão, sendo homologada em 2000 pela Câmara de Deputados e encaminhada ao Senado Federal.

De 1996 até a aprovação pelo Senado Federal, os comunitários realizaram reuniões (**Figura 6**) e encontros de formação, visando preparar as comunidades para receber a rádio. Na realização dos eventos, contavam com o apoio da Rádio Rio Mar, pela proximidade da gestão da rádio com a coordenação da área, bem como de radialistas de outras rádios comerciais.



**Figura 6** – Reunião dos comunitários antes da abertura da rádio

**Fonte:** Acervo Fotográfico do MOCOCCI

Todo o trâmite burocrático e de aprovação para concessão da rádio durou até fevereiro de 2001, exatos três anos depois da publicação da lei, o decreto legislativo de nº 1, de 2001, aprovado pelo Senado Federal, autoriza o MOCOCCI a executar o serviço de radiodifusão comunitária. Estava assim reconhecida a rádio “A Voz das Comunidades”, a primeira rádio comunitária legalizada no país.

Quando nós estávamos conseguindo que essa rádio viesse pra cá, já chegando aí 1999, a lei foi aprovada e foi liberada os trâmites legais para as entidades enviarem as suas inscrições, nós estávamos quase desistindo. Seis anos esperando a lei e ainda tínhamos que esperar para passar nessa peneira. Lembro que tinha em torno de 33.000 (trinta e três mil) entidades e numa base de três mil foram selecionados. No Amazonas não estou muito bem lembrado, mas se eu não me engano apenas sete entidades é que passaram. Não é que tinham concessão de rádio não! Era só uma primeira peneira que passa e nós temos sorte. Manaus tinha 4 entidades que entraram nesse primeiro crivo. Depois só 37 foram legalizadas nesse primeiro momento. E “A Voz das Comunidades” foi a primeira delas. (M. S., 36 anos, entrevista em 30.10. 09).

A solenidade de inauguração da emissora aconteceu no dia 15 de Julho de 2001, quase um mês depois da liberação oficial, uma vez que a mesma teve a autorização para começar as atividades em caráter experimental no dia 18 de Maio a 16 de Junho de 2001, com a frequência 87,9 FM. Para entrar no ar, a rádio precisou ser licenciada também pela Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), que na época era que definia a frequência a ser utilizada pelas emissoras prestadoras do Serviço de Radiodifusão Comunitária em todo o País, considerando que, em caso de impossibilidade técnica quanto ao uso do canal em determinada região, a Anatel designaria um canal alternativo que poderia variar de 88 a 108 Mhz, em FM. (Disponível em <http://www.mc.gov.br/radio-comunitaria>. Acesso em 22.11.09).

No dia 5 de Novembro do mesmo ano, a rádio recebe a concessão para operar por três anos, tendo a data limite 22 de fevereiro de 2004. Com a alteração na lei, a rádio tem o seu prazo de funcionamento estendido para dez anos e obteve concessão até 2011, podendo ser renovada por igual período<sup>7</sup>.

Desde então, a rádio tem funcionado sem interrupções, e a sua gestão tem sido feita por um conselho eleito em assembleia, com mandato de dois anos. O conselho é responsável pela aprovação dos programas a serem transmitidos, pela organização das oficinas de formações e por eventos que a rádio possa realizar.



**Figura 7** – Comunitários na frente da rádio no início do seu funcionamento  
**Fonte:** Acervo Fotográfico do MOCOCI

---

<sup>7</sup> A Lei 9.612 previa que cada autorização para a execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária teria validade de 3 anos. Contudo, a Lei 10.597, de 2002, ampliou esse prazo de 3 para 10 anos, renováveis por iguais períodos, se cumpridas as exigências legais vigentes. (Disponível em <http://www.mc.gov.br/radio-comunitaria>. Acesso em 22.11.09).

O processo de entrada na rádio como participante e colaborador<sup>8</sup> se dá por inscrição em oficinas de formação (**Figura 8**), geralmente são oferecidas duas por ano, e, só depois, dependendo do interesse demonstrado, a pessoa é inserida na programação.



**Figura 8**– Momento de Oficina de Formação  
**Fonte:** Acervo Fotográfico do MOCOCI

#### **1.4.1 A Programação da Rádio**

Segundo dados históricos, muitos voluntários que trabalharam nos primeiros meses da emissora ficaram pouco mais de três meses<sup>9</sup>. O motivo da saída foi a expectativa que criaram em torno da rádio de que poderiam ter, com o projeto, um emprego garantido. Entre os conselheiros da época, estava a senhora Maria de Lourdes Oliveira Bruno que revelou, na pesquisa feita por Lima (2003), a dificuldade de não poder remunerar todas as pessoas que trabalhavam na emissora. Segundo ela, o trabalho voluntário não favorece o compromisso e muitos apresentadores relaxam, não preparam seus programas com antecedência, chegam atrasados ou faltam sem justificar.

Porém, há oito anos em funcionamento, a emissora entra no ar em horário comercial de 6 às 18horas e vem contando com a participação voluntária de um número, praticamente invariável de 50 voluntários de diferentes faixas etárias e, atualmente, de dois técnicos remunerados, mesmo considerando a rotatividade dos participantes, No início a preocupação com a funcionalidade da rádio também esteve associada a sua grade de programação, essa foi definida com base em um pré-projeto apresentado por Teófilo Mesquita e modificado em

---

<sup>8</sup> Os voluntários da rádio são chamados de colaboradores, termo também usado em empresas privadas.

<sup>9</sup> Não foi possível identificar o número exato de quantos participantes deixaram a rádio nesse período.

função de discussões junto a um colegiado, formado na época por representantes de diferentes entidades. O organização da grade foi influenciada pela ideia da necessidade de um programa infantil, um programa indígena e um voltado ao idoso, mas apesar das concepções de cidadania as questões religiosas foram determinantes para a programação.

Como o nosso vínculo estava com a área missionária, a área missionária acabou sendo a grande responsável, nós chamamos outras entidades. A lei não permite que a rádio esteja vinculada a partidos políticos, igreja, etc., para que ela não se torne, não sei se segmentada seria o certo, para ela não se tornar dominada! Nós tivemos o apoio da associação de moradores e de um grupo espírita. E se formou um colegiado. E esse grupo se reuniu e traçou algumas diretrizes. Eu me recorro de alguns pontos dessa discussão especificamente quanto a um programa infantil, que se viu a necessidade, quanto a um programa indígena, que na verdade ele não entrou inicialmente e o idoso. Lembro que na época uma grande discussão foi a questão religiosa, mas não conseguimos fugir disso. (T. M., 42 anos, entrevista 12.04.10)

Os três temas estimuladores à elaboração dos programas que faziam parte da grade ainda se mantém. E, atualmente a programação é composta por 19 programas, como mostra a tabela abaixo:

### Quadro 1 – PROGRAMAÇÃO ATUAL DA RÁDIO

Hoário	De Segunda a Sexta	Hoário	Sábado	Hoário	Domingo
6:10h	Terra Cabloca	06:10h	Terceira Idade	6:10h	Despertar Sertanejo
8 h	Jornal Voz e Vez	8h	Povos Indígenas	8:30h	Família com Vida
9 h	Espaço Aberto	9:30h	Ação Saúde	11:30h	Sintonia Gospel
10 h	Cidadania no ar	11 h	Construindo Cidadania	15h	A Voz do Coração
11 h	Momento Esportivo	12:30h	A Hora da Catequese		
12:30h	Musical Gospel	14h	Povos em Movimento		
14h	A Hora da Alegria	16h	Alô Juventude		
16h	Comunidade Musical				

Fonte: Folder de apresentação da rádio

Os responsáveis pelos programas eram e ainda são os próprios comunitários, pessoas que moram em bairros de outras zonas da cidade de Manaus que se identificam com a profissão de radialista e buscam o espaço como exercício, bem como alunos e professores da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Os apresentadores assumem a responsabilidade pela criação de pautas e busca de apoio cultural, que são obtidos através de parcerias feitas com estabelecimentos da área comunitária, conforme define o Ministério das Comunicações.

As prestadoras do Serviço de Radiodifusão Comunitária podem transmitir patrocínio sob a forma de apoio cultural, desde que restritos aos estabelecimentos situados na área da comunidade atendida. Entende-se por apoio cultural o pagamento dos custos relativos à transmissão da programação ou de um programa específico, sendo permitida, por parte da emissora que recebe o apoio, apenas veicular mensagens institucionais da entidade apoiadora, sem qualquer menção aos seus produtos ou serviços. (MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES. Disponível em <http://www.mc.gov.br/radio-comunitaria>. Acesso em 22.11.09).

Com isso, a rádio possibilita o anúncio de comércios de pequeno porte, tais como: as chamadas tabernas, lanches, lojas de roupas, entre outros. Mesmo considerando as limitações dos anúncios, esse dado é relevante, pois nos permite atribuir e dimensionar a função social da rádio que é a de inclusão e democratização do espaço midiático.

Porém, os apoios culturais não cobrem as despesas da rádio, ficando sob a responsabilidade do MOCOVI, os pagamentos dos técnicos e das taxas junto à empresa de arrecadação de direitos autorais (ECAD), dado que conota as responsabilidades financeiras das rádios comunitárias, com semelhança às das rádios comerciais.

Nossa programação é mais de 70% com música popular brasileira, sendo que essas 70% é regional e nós sabemos que essa turma daqui não recebe da ECAD. Então, por que temos que pagar a um órgão que não é um órgão público? Mas faz papel de um órgão público, que arrecada dinheiro [... pausa] e que sabemos que os cantores regionais poucos recebem os repasses da ECAD. (M. S., 36 anos, entrevista em 30.10. 09).

Além do arrecadação financeira por parte as ECAD a concorrência é outro aspecto que coloca a rádio comunitária no mesmo patamar das comerciais. No início, a rádio “A Voz das Comunidades” sofreu pressões de órgãos e instituições para solicitar a redução da altura da antena, em decorrência de que estava sendo ouvida por moradores de localidades além da sua área de abrangência, isso porque o terreno onde a emissora está construída é alto, mas também em função de questões políticas e religiosas: “A Rádio foi combatida publicamente por rádios comerciais”. (T. M., 42 anos, entrevista 12.04.10).

A rádio foi percebida como concorrente por ter maior liberdade nas informações o que poderia atrair muitos ouvintes e, considerando as normas do Ministério das Comunicações, como já colocado anteriormente, a programação diária de uma rádio comunitária deve apresentar aspectos de lazer, manifestações culturais, artísticas, folclóricas e tudo que possa contribuir para o desenvolvimento da comunidade, sem discriminação de raça, religião, sexo, convicções político-partidárias e condições sociais, bem como respeitar valores éticos e sociais da pessoa e da família, prestar serviços de utilidade pública e contribuir para o

aperfeiçoamento profissional nas áreas de atuação dos jornalistas e radialistas. Além disso, qualquer cidadão terá o direito de emitir opiniões sobre quaisquer assuntos abordados e manifestar ideias, propostas, sugestões, reclamações ou reivindicações.

Na sua programação, a rádio tem abordado as manifestações populares como as reivindicações pelo transporte adequado, rede de saneamento na área, desarmamento, enchentes, violência contra a mulher, bem como manifestações esportivas, por seu pioneirismo, marca a história, sendo a primeira rádio comunitária a transmitir um evento esportivo do Estádio Vivaldo Lima, em Manaus.

A rádio também participou do cenário da busca por empregos, como registrado na pesquisa de Lima (2003). Ao falar da programação da rádio, o autor fez destaque ao programa “Balcão de Emprego”, que entrava no ar todos os dias da semana, destinando-se aos trabalhadores desempregados que ofereciam sua mão de obra ou solicitavam um trabalho aos micros e pequenos empresários. Destinava-se, também, aos profissionais liberais que ofereciam serviços à comunidade. Os candidatos a empregos se cadastravam por telefone ou pessoalmente na sede da emissora. O programa tinha, ainda, uma espécie de classificados, onde eram anunciadas vendas ou trocas de imóveis, automóveis e eletrodomésticos.

Ao longo dos seus anos de funcionamento, há parcerias que visam acrescentar a sua programação informações julgadas importantes à vida dos seus ouvintes e dos seus apresentadores. Uma dessas parcerias está representada no programa “Ação Saúde”, um programa apresentado por alunos do curso de farmácia da UFAM. É uma extensão que acontece há seis anos e, atualmente, é coordenado pela Profa. Cíntia Tereza Corrêa da Silva. O programa visa informar a população a respeito de doenças e aspectos das políticas públicas de saúde e objetiva colocar os alunos junto ao público, para que, informando, possam treinar seus conhecimentos, usando uma linguagem acessível a todos.

O programa “Povos Indígenas” (feito por indígenas que moram na área de localização da rádio) também apresenta características peculiares à realidade da programação de radiodifusão em Manaus, pois, apesar dos discursos relacionados à “Cultura Amazônica”, pouco se escutam programas apresentados por indígenas. Além do programa destacado, o “Terra Cabocla” e “Construindo Cidadania” trazem em suas mensagens aspectos relacionados à cultura da região e as condições de direitos<sup>10</sup>.

---

<sup>10</sup> Os dois programas estão apresentados no capítulo 3.

### 1.4.2 A Rádio “A Voz das Comunidades” no “ar”

Na descrição da fundação da emissora, foi possível detectar algumas representações sociais referentes à mesma e que expressam a forma como esta vem sendo conceituada e significada no processo que marca a sua existência e funcionamento.

Antes de destacarmos tais representações se faz necessário destacarmos que consideramos Representações Sociais (RS) como fenômenos observáveis diretamente ou reconstruídos por um trabalho científico. Os estudos contemporâneos sobre RS tiveram como precursor Serge Moscovici, com o trabalho *La psychanalyse, son image et son public*, publicado em 1961 na França e em 1978 no Brasil, com o título *A representação social da psicanálise*, obra considerada uma reação à abordagem sociológica clássica das Representações Coletivas de Émile Durkheim, que concebe as RS como entidades estáticas, externas aos indivíduos, que se configuram em tradições transmitidas através de gerações por um tempo longo, sendo impostas e assimiladas inconscientemente, e ao caráter individualista da psicologia social norte-americana, propondo uma abordagem psicossociológica das RS em que o individual e o coletivo engendrem-se mutuamente.

É com o olhar da Psicologia Social que Serge Moscovici, apresenta as representações sociais como fenômenos que “necessitam ser descritos e explicados. São fenômenos específicos que estão relacionados com um modo particular de compreender e de se comunicar – um modo que cria tanto a realidade como o senso comum”(MOSCOVICI, 2005, p.49) . Considera, ainda, que o propósito de todas as representações é o de transformar algo não familiar, ou a própria não familiaridade, em familiar. Então isto significa dizer que a representação social constrói a realidade e estrutura uma rede de significados que orientam o comportamento dos indivíduos.

De acordo com Jodelet (2001), as representações sociais circulam nos discursos, são trazidas pelas palavras e veiculadas em mensagens e imagens midiáticas, cristalizadas em condutas e em organizações materiais e espaciais. As representações sociais são fenômenos sempre ativados e em ação na vida social como uma forma de conhecimento socialmente elaborada e compartilhada, que tem, como objetivo prático, a construção de uma realidade comum a um conjunto social.

Com base na conceituação da autora supra citada só nos aproximamos do estudos das representações sociais por fazermos parte do mundo social e estamos cercados por palavras, idéias, imagens que inundam nossas mentes, sem que, até mesmo saibamos. Quando observamos indivíduos e objetos, nossa predisposição genética, as imagens e costumes que já

internalizamos, a cultura e as recordações que preservamos, fazem com que tenhamos representações “superimpostas” destes.

Sendo assim, a elaboração das representações sociais são formas de conhecimento prático que orientam as ações no cotidiano e se dá, de acordo com Spink (2007), na interface de duas forças: de um lado têm-se os conteúdos que circulam em nossa sociedade e, de outro, temos as forças decorrentes do próprio processo de interação social e as pressões para definir uma dada situação de forma a confirmar e manter identidades coletivas. O contexto nesse sentido é essencialmente “intertextual”, ou seja, é a justaposição de dois textos: o texto sócio-histórico que remete às construções sociais que alimentam a subjetividade e o texto – discurso, versões funcionais constituintes de nossas relações sociais.

Com isso, na busca dessa intertextualidade no processo de formação da rádio “A Voz das Comunidades” foi possível detectar que no seu início a representação social da rádio estava ligada a possibilidades de conhecimento que os comunitários tinham sobre rádio comunitária, associando-a a um autofalante a telefone do povo, como mostra a fala que segue

A rádio desenvolveu um belo trabalho, para essa área significou muita coisa, no começo foi chamada de o telefone do povo, como o alto-falante do povo, a defesa e o Tam-Tam da periferia e assim por diante. Foi, sem dúvida, um instrumento válido, uma voz, como é chamada “A Voz das Comunidades” para a defesa do povo, para que o povo pudesse usar a rádio e fazer ouvir a sua voz, então, o povo não é o alvo, o ponto de chegada, mas é o ponto de partida da rádio. (Pe. Arnaldo, responsável pela área missionária São Francisco, entrevista em 13.11.09)

Considerando a fala, alguns aspectos podem ser destacados: primeiro o trabalho desenvolvido pela rádio sendo representado no tempo passado; segundo a emissora como um instrumento de defesa e, por fim, como um espaço de uso coletivo da fala.

O primeiro demonstra mudanças relacionadas à significação da rádio para os comunitários. Há uma representação positiva da emissora no início da sua existência, porém, a variação temporal (entre passado e presente), nos permite levantar a hipótese de que essas representações mudaram, a rádio poderia ser um espaço de maior uso pelos comunitários: “o povo não é o alvo, o ponto de chegada, mas é o ponto de partida da rádio”.

Quanto à representação da rádio como um instrumento de defesa é um elemento que conota a permanência dos aspectos que fundamentaram as mobilizações para abertura e manutenção de rádios comunitárias no Brasil, ou seja, nos remete à “luta” pela democratização da informação que foi o ponto de partida na busca da legalização dos serviços de radiodifusão comunitária.

O terceiro ponto destacado, a rádio como espaço de uso coletivo da fala, pode associar a emissora a um espaço de formação da esfera pública<sup>11</sup> de onde emergem atividades políticas, tendo, como o instrumento fundamental, a fala, permitindo o partilhar das ideias e opiniões a respeito da realidade social. Representação que está reafirmada na definição da rádio como um espaço de formação e informação.

O povo sabe que não tem somente uma rádio, o povo serviu muito para a formação de pessoas que descobriram essa vocação e a dignidade de ser gente e poder se expressar, então nós tivemos cursos, tivemos, demos possibilidade através da rádio. Mesmo para todos aqueles que querem se dedicar ao jornalismo radiofônico e também da impressa. A rádio visa duas finalidades que são de informação e de formação. (Pe. Arnaldo, responsável pela área missionária São Francisco, entrevista em 13.11.09)

A partir dessa definição, constata-se, também, que os meios de comunicação têm a Representação Social de espaços com um papel fundamental no processo de construção de cidadania e se impõem como meio educativo que permite processos de inclusão social.

Quanto ao conceito de cidadania parafraseamos as considerações de Santos (2007), quando afirma que a cidadania como categoria política pode e deve submeter-se a diversas propostas de realização, pois estar no terreno de uma ideia que busca, de um lado, a sua teoria e que, do outro, busca a sua prática possível. Com isso podemos destacar que, buscar praticar a cidadania através dos meios de comunicação pode ser uma alternativa no processo de entendimento de alguns dilemas sócias, dentre eles a abertura de espaços para ações políticas.

Ao narrar a história da rádio e os espaços permitidos por ela, os entrevistados evidenciaram elementos representacionais relacionados às condições locais e à mobilização dos participantes, sendo expressos em três categorias indissociáveis: a comunidade, o regional e o nacional. Categorias que podem ser associadas aos conceitos de local e global trazidos por Bauman (1999).

Referente aos dois conceitos com elementos para a interpretação da realidade social atual, o mesmo autor afirma que a existência atual se estende ao longo da hierarquia do global e do local, com a liberdade global de movimentos indicando promoção social, progresso, sucesso. Cada vez mais a globalidade e a localidade adquirem valores opostos.

Fazendo menção às representações da rádio associadas a categoria de comunidade podemos destacar: “A rádio que leva uma comunicação popular de pessoas populares, filhos da comunidade, dando oportunidade até a outros jovens que estão despontando em outros

---

<sup>11</sup> Conceito defendido a partir das ideias de Arendt (2008) e discutido no segundo capítulo desse trabalho.

meios de comunicação, estão despontando até no cenário nacional”. (M. S., 36 anos, entrevista em 30.10. 09)

Esse destaque coloca a rádio como meio que serve para permitir a inserção de comunitários no cenário nacional o que serve de meio de divulgação dos aspectos regionais. Com isso os elementos regional e nacional a partir dos espaços promovidos foram assim destacados:

Eu sinto a rádio como um meio de divulgação regional [...pausa] nós tínhamos um apresentador que fazia o programa dos povos indígenas e ele falava na língua deles e um dia um grupo indígena ligou e eles tinham uma banda e começaram a tocar pelo telefone. Você sabe o que é isso? Eles tocando! Isso é o máximo da transmissão cultural! Eu digo que o Fidélio a Globo levou foi fazer a ‘Mad Maria’ e depois foi fazer o programa do Lula, ele era aquele índio. A rádio abre esse espaço, mas não tem como segurar uma pessoa dessa. (M. S., 36 anos, entrevista em 30.10. 09)

Outro aspecto representativo da categoria nacional diz respeito ao número do decreto que autoriza o funcionamento da rádio, que é 01/2001 marcando a primeira rádio legalizada do Brasil: “uma coisa é entrar para a história das rádios comunitárias, é um fato interessante que até hoje o mundo das nossas lideranças ainda não entenderam que temos a primeira rádio comunitária”. (M. S., 36 anos, entrevista em 30.10. 09).

Por outro lado, como se pôde observar a falta de conhecimento quanto ao processo histórico da emissora e a importância dada à mesma: “outra coisa, oito anos de existência, são poucos que notaram o que é isso para a sociedade, por ser a primeira rádio legalizada” (M. S., 36 anos, entrevista em 30.10. 09). A falta de conhecimento e de reconhecimento sobre o que é a rádio comunitária é um dado não só a nível nacional, mas também local, marcante desde a sua fundação:

Na reunião quando anunciamos que tínhamos recebido a rádio foi até interessante, uma das comunitárias disse: “então quer dizer que essa rádio vai sair daqui e vai até o Manóia, então vai fazer muito barulho”, porque ela imaginava que rádio comunitária era uma boca de ferro, era uns alto-falantes que você ia colocar aqui e ia chegar lá no Manóia, quase 6km da Cidade Nova. (M. S., 36 anos, entrevista em 30.10. 09).

Essa falta de conhecimento quanto as definições sobre o que uma rádio comunitária demonstram o não conhecimento técnico que os comunitários tinham quanto a fazer comunicação via radiodifusão, dessa forma, inferimos que no processo de fundação da emissora a sua função política também não era clara para todos os envolvidos o que pode

justificar que, em termos locais, o reconhecimento do papel e da importância política da rádio não fosse percebido de forma mais ampla com mencionado na fala do senhor M.S.

Porém, mesmo com a falta de conhecimento e de reconhecimento por parte dos comunitários e da sociedade, o processo de fundação da rádio se manteve motivado pela busca do reconhecimento legal, que colocou a comunidade no cenário nacional na luta pela democratização da informação.

As motivações para a fundação da rádio permitiu aos comunitários movimentos e ações que, quando relatadas pelos entrevistados, explicitaram elementos representacionais de alteridade. Para ilustrá-los citamos a informação dada quanto a forma como os comunitários receberam a notícia do resultado do processo de legalização da rádio: “a notícia não veio de Brasília veio de São Paulo e pelo telefone nós ouvíamos a euforia deles por ter a primeira rádio legalizada, então, só que eles não tiveram, mas a gente via a alegria deles”. (M. S., 36 anos, entrevista em 30.10. 09). O entrevistado se referia a participantes do movimento de rádios comunitárias vinculados a ANCARC.

O relato dessa desse momento nos remete à análise de que durante o processo de formação da rádio, bem como ao longo do seu processo de existência, uma representação presente é a de alteridade que permite a noção de identidade tanto quanto a de pluralidade.

Segundo Jodelet, In Arruda (2002), para quem a alteridade é produto de duplo processo de construção e da exclusão social que estão indissolúvelmente ligados e que mantém sua unidade por meio de representações, a reflexão a cerca da alteridade precede e permite toda definição identitária.

Para Arruda (2002) compreensão da construção da alteridade nos leva ao compasso das conjunturas históricas. Seguindo as ideias da autora e, considerando os dados históricos referentes a fundação da rádio “A Voz das Comunidades”, podemos concordar com a mesma quando ela afirma que as mudanças de representações hegemônicas correspondem a novas necessidades coletivas, oriundas da renovação de projetos políticos, econômicos, sociais, de situações culturais e outras. Devem-se à necessidade de estabelecer um novo senso comum com relação a si mesmo e ao outro que dê conta ao mesmo tempo da situação em que se contemplam e dos novos ângulos que ilumina. A historicidades das representações sociais segue esse movimento.

A alteridade foi justificada como a finalidade maior dos movimentos populares: “essa é a luta do movimento não que eu tenha que me favorecer, mas que eu lute para favorecer a todos. Eles mostram esse grande gesto de cidadania, eu até me emociono ao falar nisso”. (M. S., 36 anos, entrevista em 30.10. 09).

Outra representação encontrada nos dados históricos da rádio nos remete a construção de solidariedade social enquanto condição básica de cidadania, tal representação não fica disvinculada da alteridade. Considerando os dados a solidariedade social foi associada ao processo de construção das instalações da rádio, sendo esse descrito como um ponto que representou o esforço coletivo e de “doação”, pois no início o MOCOCI, já tinha o terreno, mas não tinha o recurso para a edificação do prédio, o que foi feito em mutirão.

A construção da rádio foi toda feita a base do mutirão, pessoas que doavam 10 tijolos, 20 tijolos, um milheiro de tijolo, tudo voluntário, toda construída à base do voluntariado, uns doando um saco de areia que sobrou no quintal. E a gente ia fazendo aqueles mutirões homens, mulheres e fizemos o estúdio. A gente foi ver o que era uma coisa doada quando fomos ‘imbuçar’, que haja massa, então a construção de muitos você acaba gastando o que você não tem, gastamos muito cimento, mas foi fruto de doação. (M. S., 36 anos, entrevista em 30.10. 09).

O doar material e o se doar na construção, como expresso no testemunho acima, nos leva a trazer as ideias de Santos (2007), que ao tratar “do indivíduo e do cidadão” fez referência a Marcuse quando esse afirma que o pensamento social da revolução se instala nos indivíduos para os quais a liberação se tornou uma necessidade vital. Nesse enfoque, só aqueles que superam o nível puramente egoístico escapam ao fato de que, no capitalismo, a individualidade se tornou uma mercadoria. Essas pessoas ultrapassam nos fatos o conceito de “massa” e são desse modo capazes de realizar um dos aspectos da liberação: a existência de indivíduos solidários tanto no nível da ação quanto no nível da sensibilidade.

Mas, a solidariedade não é sinônimo de ausência de conflito, pois no caso da rádio, depois do estúdio pronto, a preocupação foi com a programação, e, nesse aspecto, os elementos revelados demonstraram as discussões referentes às mensagens a serem transmitidas e as posições políticas de seus participantes, esses aspectos estiveram associados a conflitos internos no grupo.

E depois nós fomos nos preocupar com a grade, a gente se preocupou com o ouvinte, independente do sucesso, nós não procuramos sucesso na rádio. Porque a maioria dos programas que fazem sucesso nas rádios comerciais é em cima de banalizações. É um programa que banaliza a mulher, que xinga, que fala mal. São poucas as rádios comerciais que trazem uma programação cultural e que deixam o cidadão falar o que quer, o que sente. Nossa rádio se preocupa com isso e, inclusive, tem dado alguns problemas internos, porque se é uma coisa que nós gostamos é de política e muita gente dentro da rádio não entende isso, que a rádio comunitária tem que estar ligada à política. (M. S., 36 anos, entrevista em 30.10. 09)

Por fim, o voluntariado foi representado como uma característica que historicamente vem permitindo o fechamento de espaços abertos, pois as ações voluntárias ficam subjugadas a necessidade de emprego e, dessa forma, às exigências das condições trabalhista, por exemplo, a carga horária de trabalho diário.

Nós tivemos um programa de criança, feito por crianças que chegou a ter 100 sócios de carteirinha, elas vinham aqui e faziam as suas carteirinhas, mas a pessoa que tomava conta do programa arrumou um emprego e saiu, nós tivemos um programa de esporte que era ao meio-dia eu ficava até admirado que até mulheres participavam, mas a pessoa que fazia o programa arrumou um emprego e saiu. (M. S., 36 anos, entrevista em 30.10. 09)

A entrada e saída freqüente dos participantes voluntários vem se dando em função de que a necessidade de trabalho remunerado é uma realidade imposta pelo capitalismo e, dessa forma, esse aspecto tem deixado o funcionamento da rádio numa condição de vulnerabilidade uma vez que a rádio funciona todos os dias em horário comercial o que para algumas pessoas ao encontrarem um emprego acabam deixando de colaborar com as atividades da rádio.

## **CAPÍTULO II**

### **OS SENTIDOS DO TRABALHO NA RÁDIO “A VOZ DAS COMUNIDADES”**

#### **2.1 Os participantes e a rádio: a formação de um espaço público**

A inserção na rádio “A Voz das Comunidades”, nos permitiu observar que essa tem se formado como espaço de práticas sociais e ações políticas, mesmo considerando como elemento inicialmente propulsor das ações e relações estabelecidas as crenças religiosas e elementos subjetivos (escolhas profissionais). Essa realidade possibilitou apresentar a rádio e seus participantes a partir da concepção do público e do privado, visto que, a rádio pode ser definida como um espaço de construção do “ser social”, conceito adotado com base nas leituras do livro de Sergio Lessa (1997), que, pelas relações estabelecidas depois da inserção nas atividades, se (re)significa.

Concordamos com Thompson (1995), quando esse chama atenção para o fato de que os termos público e privado adquiriram uma variedade ampla de sentidos no moderno discurso social e político. Porém, salienta a ligação que pode ser feita entre debates dos dois conceitos aos debates filosóficos da Grécia Clássica e ao desenvolvimento inicial do Direito Romano.

Partiremos, então, das ideias de Hannah Arendt, para fundamentar os termos público e privado. Essa autora buscou na pólis grega o ponto de partida para relacionar a esfera pública e o domínio do privado. Para ela, o termo público revela dois fenômenos, sendo o primeiro o significado de que tudo que se torna público pode ser visto e ouvido por todos e tem a maior divulgação possível, constituindo a realidade por meio da aparência. Essa constituição da realidade inclui também aspectos da vida íntima que, quando escutados por outros, se transformam, desprivatizam-se e passam a ser vistos como desinvidualizados, de modo a se tornarem adequados à aparição pública.

O outro significado do termo é dado como o próprio mundo, pois esse é comum a todos, e a diferença se refere ao lugar que cada um ocupa dentro dele. O mundo de que fala a autora não é *“idêntico à terra ou à natureza como espaço limitado para o movimento dos*

*homens e condição geral da vida orgânica*” ( Idem, p. 62), mas está relacionado ao artefato humano, ou seja, à materialidade interpostas na vida comum e as relações de trocas, uma vez que o mundo é colocado como intermediário, isto é, aquele que, ao mesmo tempo que separa também estabelece relação entre os homens.

Assim, embora o mundo seja comum a todos, os que estão presentes ocupam nele diferentes lugares, sem que esses lugares coincidam, e o que dá significado à vida pública é ser visto e ouvido por outros, pelo fato de que a percepção e a escuta se dá de ângulos diferentes.

Nas condições de um mundo comum, a realidade não é garantida pela natureza comum dos homens que o constitui, mas sobretudo pelo fato de que, a despeito de diferenças de posição e da resultante variedade de perspectiva, todos estão sempre interessados no mesmo objeto. O mundo comum acaba quando é visto somente sob um aspecto e só se lhe permite uma perspectiva. (ARENDR, 2008, p. 67)

Dessa forma, o mundo comum se constitui pela troca nas relações estabelecidas. Essa ideia leva Bahia (2008) a enfatizar o fato de que as ideias de Arendt nos direcionam a definir a esfera pública como produtora de ações políticas e, contudo, não devemos confundir esse aspecto com as considerações feitas por Habermas<sup>12</sup>, que, segundo a mesma autora, traz um modelo racionalista de comunicação do espaço público, e define, inicialmente, a esfera pública como espaço onde se discutem as questões práticas e políticas, onde a capacidade dos membros de uma sociedade convencerem uns aos outros depende da racionalidade dos argumentos.

Em outras palavras, as ideias de Habermas que, para chegar a Teoria da Ação Comunicativa fez a análise de vários conceitos derivados da teoria da racionalidade, o argumento é ponto de destaque na relação dialógica, relação que, pelo ato da fala, busca o consensual.

De acordo com Bahia (2008), o conceito de esfera pública em Habermas é concebido como espaço social em que os interesses, vontades e pretensões que comportam consequências concernentes a uma coletividade, apresentam-se para serem discutidos em público e argumentados de forma aberta e racional. E esses interesses, vontades e pretensões dos cidadãos só podem ser levados em consideração quando ganham expressão em proposições ou discursos, ou seja, por meio da palavra e da comunicação.

---

<sup>12</sup> O autor foi trazido como base de comparação às ideias de Arendt por ser uma referência quando se fala de formação de espaços de comunicação midiática.

Não se pode deixar de destacar que a perspectiva de Habermas partiu da concepção de que a esfera pública surgiu como um mecanismo de defesa da burguesia contra as instâncias e os poderes estabelecidos, como os do Estado e da Igreja. Entendendo, então, a esfera pública como a zona alternativa de maior liberdade de expressão e crítica ao governo monárquico, especialmente por parte da elite intelectual e da classe burguesa. (Idem).

Mas, após rever sua posição, Habermas reconheceu as classes populares e defendeu que essas não podiam ser meras variantes do modelo liberal da esfera pública. A partir dessas atualizações o autor aceitou a existência de uma pluralidade das esferas públicas, não estando essas restritas aos espaços institucionalizados de participação pública, tais como: parlamentos, imprensa, sindicatos, entre outros. Isso fez com que ele classificasse três tipos de esfera pública: a esfera episódica (encontros nas ruas, nos bares, cafés, entre outros); esfera pública de presença organizada (encontro de pais, públicos de teatros, etc.) e a esfera pública abstrata, que é produzida pelos aparelhos midiáticos. Essa três classificações não têm fronteiras rígidas e podem se autotransformar. (Ibidem).

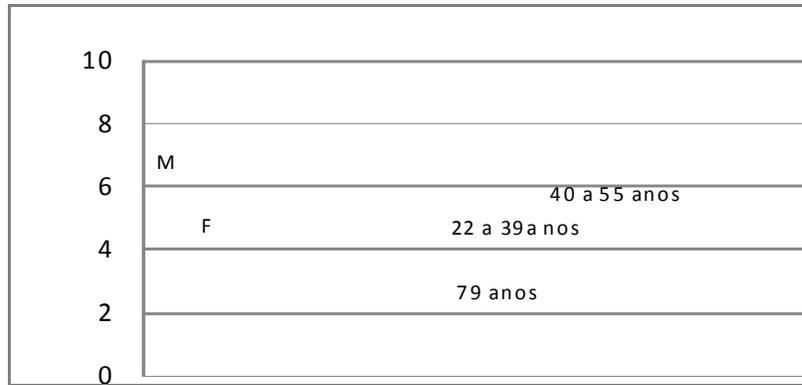
Destaca-se aqui o fato de que as ideias de Habermas evidenciam a capacidade dos membros de uma sociedade convencer uns aos outros pelo argumento onde a discursividade é o ponto central que assegura a exposição das ideias; e as de Hannah Arendt considera a esfera pública como espaço onde o homem tem reservado a sua possibilidade de conseguir o seu verdadeiro reconhecimento e onde surgem as atividades políticas.

Para Arendt (2008), como já afirmado anteriormente, o termo público indica o que pode ser visto e ouvido pela coletividade, alcançando, assim, grande divulgação, mas não tratou essa divulgação a partir das argumentações em busca do consensual como encontramos nas ideias Habermas.

Bahia (2008) nos chama atenção ao aspecto de que o conceito de esfera pública de Hannah Arendt pode ser relacionado à proximidade proporcionada pelas rádios comunitárias, tanto na dinâmica preparatória para a instalação da emissora, na manutenção e no funcionamento, quando no fato de dar maior reconhecimento às pessoas da comunidade, assim como a quem se utiliza do microfone.

O reconhecimento social e o (re)conhecer a si mesmo foram revelados como elementos representativos à busca dos participantes para a manutenção da rádio e, conseqüentemente, a sua permanência nesse espaço. Com a finalidade de justificar as considerações levantadas, passaremos a descrever as características dos participantes da pesquisa, a princípio pelas categorias sexo, idade e religião (**Gráfico 1**), e suas articulações com as características da rádio “A Voz das Comunidades” tratando-a como espaço público.

## GRÁFICO 1 SEXO, IDADE E RELIGIÃO DOS PARTICIPANTES



**Fonte:** Gráfico construído de acordo com os dados da pesquisa de campo

Considerando a disposição dos dados, observa-se que não há disparidade significativa entre o número de participantes do sexo masculino comparado ao feminino. No entanto, salienta-se que essa distribuição não foi previamente definida. Os contatos para solicitar a participação na pesquisa consideraram como critérios: o tempo de permanência na rádio, sendo acima de 6 meses, pois é o tempo mínimo que marca a oferta de oficinas de formação para inserção na rádio (uma oficina a pelo menos cada seis meses ou mais) e a idade acima de 21 anos, e sem resistência, todos os convidados se disponibilizaram a conceder entrevistas, de forma que, a igualdade ou diferença entre o número de homens e mulheres não foi critério para delimitar a participação nas entrevistas.

Porém, o número de participantes homens e mulheres nos permite destacar que essa é uma das características da formação atual da referida rádio, pois há participação numericamente equilibrada de ambos os sexos, tanto nas apresentações dos programas quanto na equipe do conselho diretor.

E, mesmo sem ser o propósito dessa pesquisa, esse dado pode sugerir questões referentes às relações de gênero nas práticas radiofônicas e, de forma mais restritiva, nas práticas radiofônicas em que a gênese está fortemente associada à Igreja Católica, onde, facilmente, observa-se a predominância da figura masculina assumindo posições de lideranças; no entanto, segundo Corazza (2000), há significativa participação da mulher em ações de base, nas pastorais e nas celebrações.

Mas, independente da análise que se possa fazer quanto as relações de gênero na rádio “A Voz das Comunidades”, o que se pôde observar durante o tempo da pesquisa é que as

relações de poder e distribuição hierárquica das funções passam, de forma mais explícita, por aspectos referentes ao tempo de participação, capacidade de organização e concepções políticas, do que questões de gênero. Isso é dito considerando ainda que, assim como as relações de gênero, as diferentes denominações religiosas e suas crenças não foram observadas como pontos geradores de conflitos entre os participantes. Os dados abstraídos das observações feitas pela participação no cotidiano da rádio reforçam as afirmativas, quando se verificou, em muitos momentos, diálogos e troca de opiniões entre pessoas evangélicas, católicas e espíritas, inclusive compondo as equipes responsáveis pelos programas.

Outro aspecto relevante que caracteriza a realidade dos participantes da rádio diz respeito às suas profissões. Em entrevistas, procurou-se saber como os participantes se identificam profissionalmente e quais as suas últimas ocupações profissionais (pelo menos as três últimas). Quanto às profissões, os mesmos se identificaram como: artesã, cabeleireira, costureira, pedreiro, pintor (dois participantes se nomearam dentro dessa categoria, mas um já está aposentado), vendedora de roupas, motorista de ônibus (já aposentado), professora universitária, assessor político e operador de rádio. Vale ressaltar que dois dos participantes se identificaram a partir de mais de uma categoria profissional.

Eu sou artesã, sou cabeleira, sou costureira e muito mais, eu terminei meu segundo grau, no caso, foi o curso de acadêmico de letras né, e eu tentei fazer, eu tentei vaga pra fazer em 2001 engenharia florestal, só que não tive sorte, não tive sucesso, depois em 2002 eu tentei medicina, eu tirei uma nota razoável, mas não deu pra mim passar em medicina. Quando foi em 2006, eu tentei direito e, direito eu obtive sucesso aí, eu tinha uma irmã que ela, a irmã Catarina, ainda quando ela era viva, me ajudou, me auxiliou nesse curso de direito, em dois períodos de direito. Aí depois ela faleceu, aí foi quando eu tranquei minha faculdade. (I. O., 55 anos, entrevista em 22.03.10)

A minha profissão mesmo é pintor e pedreiro. A minha profissão mesmo! E uma época que cheguei a ficar parálítico, eu adoeci fiquei doente, cheguei a ficar hospitalizado, fiquei de cama, parou os movimentos dos braços e das pernas, hoje ainda ando assim (demonstrou os tremores) algumas pessoas pensam que é de bebida, mas é em função da minha doença. Tenho problema de coluna, lombar, por que desde dos oito anos de idade trabalho na profissão de pedreiro, muito peso é muito trabalho, fazendo muito esforço. (F. G., 42 anos, entrevista em 22.03.10)

Outra participante se identificou como “sem profissão”, por exercer as atividades domésticas “dona de casa”, e outro se identificou como mecânico, mas salientou que exerceu essa profissão até os 20 anos de idade, quando foi amputado em função de um acidente

automobilístico, e depois do ensino médio entrou para o seminário, mas não se formou padre, atualmente, é aposentado e se dedica às atividades voluntárias.

No que se refere às ocupações, constata-se nos testemunhos que há descrição no exercício de ocupações diversificadas, mesmo aqueles que se nomearam com uma única categoria profissional, como demonstram as duas falas abaixo: a primeira é de um participante que no primeiro momento da entrevista, se nomeou motorista de ônibus, mas ressaltou as diferentes atividades que realizou, e a segunda fala é de uma participante que se nomeou como vendedora de roupas.

Sou aposentado, fui motorista de ônibus por 25 a 26 anos mais ou menos, olha eu trabalhei também não só como motorista, eu trabalhei também no distrito, eu trabalhei como montador, sérias coisas que a gente [...pausa], por que pra mim, eu num, eu não enfeitava certos tipos de serviços. Olha eu me criei na várzea, não totalmente criado, criado diretamente, mas passei uma parte da minha vida dos 4 (quatro) até os meus 12 (doze) anos de idade na várzea mesmo, e eu não tinha dificuldade pra mim todo serviço pra mim era ótimo. (L. E., 52 anos, entrevista em 09.04.10).

Eu trabalhei na fábrica, na Semp Toshiba, e trabalhei na [pausa] minha última carteira assinada foi no sopão comunitário, na cozinha comunitária [pausa] lá na fábrica eu [pausa] a gente fazia era componente eletrônico, da fiação né, e da [pausa], do último trabalho que foi no sopão comunitário, a gente, nós trabalhávamos é, doando sopa pra comunidade. E depois do sopão eu fiquei como autônoma, não trabalho com carteira assinada e comecei a trabalhar na comunidade, é onde eu entrei na comunidade. (B. J., 39 anos, entrevista em 24.03.10).

Por outro lado, a diversidade de ocupações foi associada também às possibilidades de atividades que podem ser desempenhadas por uma profissão como a de pedreiro e pintor. Como está ilustrado na fala abaixo.

Na minha profissão, exige que você seja bombeiro hidráulico, que você seja carpinteiro, tudo isso eu também faço. A única coisa que eu não gosto de fazer nessa profissão é a parte elétrica que eu nunca gostei, até por que eu tenho medo, vou ser sincero pra você, eu tenho medo da parte elétrica, mas o resto: forro, carpintaria, de embuço, massa corrida, desejo, letra tudo eu fazia, que eu aprendi com meu pai desde os oito anos de idade. ( F. G., 42 anos, entrevista em 22.03.10 ).

Um dado que chamou a atenção está relacionado ao fato de que nenhum dos participantes se posicionou com uma fala bem estruturada quando foram solicitados a descrever as últimas ocupações, por mais que, no diálogo, tenha se buscado clarificações das respostas.

As explicações levantadas para esse aspecto foram que as ocupações descritas fazem parte da vida dos participantes desde a sua infância; por ter permanecido numa profissão até a aposentadoria; por não ter havido variações de ocupações recentemente e pelo fato de que o participante só teve até o momento uma única ocupação profissional, como no caso dos participantes que se nomearam técnico de rádio e professor universitário.

No caso da participante que se identificou como “Dona de Casa”, foi detectado que ela já realizou atividades remuneradas fora do âmbito doméstico: “eu trabalhei em 2 (duas) empresas do Distrito, e a primeira foi a Gradiente e a segunda foi a PHILIPS e eu vendia jóias”. (I. B., 36 anos, entrevista em 24.03.10). Quando questionada sobre com qual das atividades mais se identificou a mesma respondeu: “sinceramente? [pausa], nenhuma [pausa]. Assim, no caso das jóias não é nem que eu não me identificava porque eu sou vaidosa, então eu gosto muito de jóias também, então eu uni o útil ao agradável, mas não assim que eu gostasse de verdade”. (Idem).

Todos os participantes também foram interrogados quanto à ocupação mais importante dentre as exercidas. As respostas demonstraram que a atribuição da importância da ocupação está vinculada à comparação do dispêndio de esforço físico para execução da atividade, ao retorno financeiro e à possibilidade de atender a necessidades de pessoas sem renda através de um trabalho remunerado. Esses conteúdos estão respectivamente ilustrados nas falas abaixo:

Uma profissão que eu atuei mais como pedreiro, foi como pedreiro, mas se disser que eu gosto mais é de pintura, por que é um trabalho que é leve eu posso carregar poucos materiais, enquanto que pedreiro tem que carregar muitas ferramentas, pintura é pouca é pincel, espátula, rolo, é coisa simples. Se tivesse que escolher na minha profissão que tivesse que ficar direto era como pintor. ( F. G., 42 anos, entrevista em 22.03.10 ).

É o trabalho de artesã, faço trabalho com muito mesmo, com muita criatividade é o artesã, onde tanto eu ganho né, uma (gagueja) o dinheiro pro sustento da família, como também é o meu prazer ensinar, passar pras pessoas. Olha, o meu trabalho de artesã, eu trabalho com flores, eu trabalho com cestas de vime, eu faço cestos de jornais, eu faço é de papel reciclado, eu faço trabalho reciclado de papel e pinturas em tecidos. (I. O., 55 anos, entrevista em 22.03.10).

O trabalho comunitário, na cozinha comunitária, porque a gente fazia é [...pausa] trabalhava sabe, com as pessoas assim diferente né, trabalhava com as pessoas que não tinha é renda, tinha pessoas desempregadas, que iam almoçar lá entendeu, então a gente fazia amizade, eu tinha uma grande amizade com todas as pessoas que trabalhavam lá, a gente fazia aquele panelão de sopa pra dá pras pessoas, antes de chegar o público né. (B. J., 39 anos, entrevista em 24.03.10).

Outra resposta frente ao mesmo questionamento demonstrou a dificuldade em diferenciar a importância das ocupações exercidas, porém sentimentos foram atribuídos à profissão que garantiu estabilidade e conquistas, colocando-a no lugar de maior representatividade.

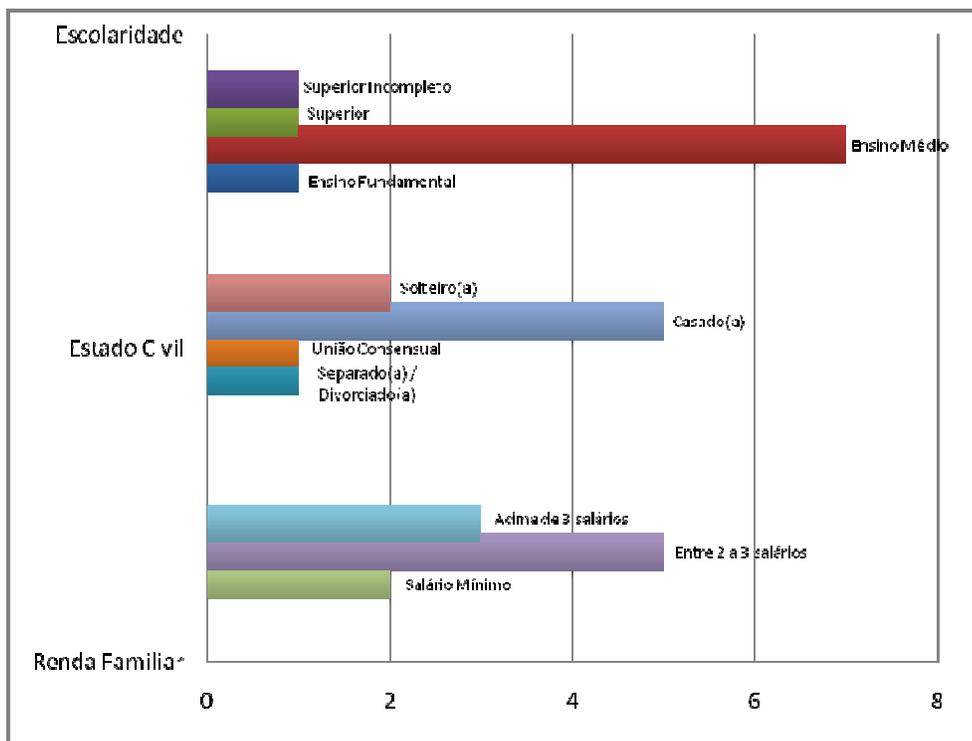
E hoje eu não posso dizer assim que tenho uma profissão que eu amo mais do que uma outra. Então, mas desenvolvendo mesmo eu gostaria de dizer que a minha profissão como motorista foi onde eu me firmei, né, que hoje eu tenho minha família, tenho minha casa tenho os meus bens, já adquirido como motorista, na profissão de motorista eu amo ela, eu adoro ela. (L. E., 52 anos, entrevista em 09.04.10).

Os dados coletados demonstraram que, dentre as situações citadas, 2 (duas) pessoas foram aposentadas por tempo de serviço, 1 (uma) aposentada pela situação física (amputado), 1 (uma) não está vinculada a atividades profissionais, mas à condição de dona de casa, 3 (três) exercem as suas atividades profissionais com vínculo empregatício, e 3 (três), a artesã, o pedreiro/pintor e a vendedora de roupas exercem suas atividades na chamada informalidade, realidade permitida pela precarização das condições de trabalho no mundo capitalista e o desemprego estrutural.

Cacciamali, *apud* Alves e Tavares (2006), considera duas categorias de trabalhadores como participantes da informalidade os assalariados sem registro, que são contratados de forma ilegal e não têm acesso a um conjunto de garantias sociais e os trabalhadores por conta própria, que atuam na área da prestação de serviços e contam com a ajuda de familiares ou de ajudantes assalariados como extensão de seu próprio trabalho, visando a obtenção de renda para sua reprodução e de sua família.

Buscando conhecer aspectos da vida dos sujeitos fora do espaço da rádio e sua relação com as atividades desta, fez-se necessário investigar também aspectos referentes à escolaridade, estado civil e renda familiar. Os dados obtidos estão apresentados no gráfico que segue:

**GRÁFICO 2**  
**A ESCOLARIDADE, ESTADO CIVIL E RENDA FAMILIAR**  
**DOS PARTICIPANTES**



**Fonte:** Gráfico construído de acordo com os dados da pesquisa de campo

Pelos dados apresentados, constata-se que o maior número de participantes tem uma renda familiar mensal em torno de R\$ 1.100,00 (um mil e cem reais) a R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais) e o segundo número depende do salário mínimo. Quando compara-se a renda familiar ao estado civil, o número de casados se destaca, enfatizamos que, de acordo com o que foi coletado, desses valores, dependem de 2 (duas) a 8 (oito) pessoas. Salientamos que os dois participantes solteiros também têm dependentes.

Os dados da escolaridade se mostram muito pertinentes, pois confirmam que a participação nas atividades não se dá em função do nível de escolaridade e, conseqüentemente, nem por conhecimento técnico quanto às atividades radiofônicas. Dessa forma, a rádio “A Voz das Comunidades” assume os princípios de um meio de comunicação popular que, pela participação conjunta de comunitários, serve como um meio de educação para a cidadania, tanto para quem faz as locuções das informações quanto (infere-se) também aos ouvintes. Então, a rádio comunitária pode ser considerada como um espaço de

aprendizado em diferentes sentidos, tais como: autonomia dos locutores ao emitir informações e apropriação de meios técnicos.

A gente quando não sabe da coisa e começa assim é muito ruim, mas hoje eu agradeço a Deus e agradeço a K e R, de terem me colocado lá (refere-se ao estúdio), porque sem eles eu não estaria lá. E tá até hoje. Foi muito difícil! Logo uns dias depois vem o negócio de entrevista a primeira pessoa que foi entrevistada por mim foi a cantora Rosinete Silva. Pra falar a verdade eu suei frio! É o cara não tem costume, nem! Mas hoje não, já passou, pode chegar qualquer pessoa que eu entrevisto. (R. F., 79 anos, entrevista em 14.11.09).

E já teve uma oficina antes de eu tá vindo ajudar ela (refere-se a colega de equipe do programa) no programa Espaço Aberto onde a gente aprendeu as técnicas da rádio como funciona. E eles abriram espaço pra gente aprender, cada um dos programas aprender como é que se faz a técnica. Foi aí que eu comecei a me interessar e vinha aprender. Vinha pro programa e vinha aprender. Os técnicos falaram que ia me ajudar, que ia precisar de mais pessoa pra técnica. Eles estavam reclamando que faziam o convite e as pessoas não vinham aprender a manusear o equipamento na hora que o programa entra no ar. Aí eu já tô vindo há mais de duas semanas tentando aprender e está sendo muito legal. (B. J., 39 anos, entrevista em 24.03.10)

Percebe-se a primeira fala supracitada explicita a condição inicial e o aprendizado do participante como locutor, e a segunda, o interesse em aprender manusear os equipamentos da rádio. Essas percepções vêm ao encontro das ideias de Peruzzo (1998), para quem a comunicação popular favorece a democratização das formas de produção antes mantidas nas mãos de uns poucos, devido à estrutura de funcionamento dos veículos de comunicação que se apropriam tanto da tecnologia quanto da linguagem. Sendo assim, os meios de comunicação popular ajudam a desmistificar o uso da aparelhagem tecnológica e as técnicas de programação, de redação de notícias e de diagramação, permitindo autonomia.

Portanto, a democratização de meios de comunicação pode favorecer não só a apropriação social das tecnologias, mas também a abertura de espaços onde as pessoas desenvolvam diferentes potencialidades e, através delas, conquistem a condição de maior liberdade no contato com outros.

Nesse sentido, justifica-se que um dos critérios, além da participação em oficinas, para se inserir nas atividades da rádio comunitária seja o interesse demonstrado em se envolver, o que favorece para que a inserção se faça por diferentes formas e motivos. Com isso, destaca-se aqui que a inserção dos participantes nas atividades se deu a partir de convites de pessoas já engajadas; em função do vínculo estabelecido com alguma atividade da Igreja Católica (aqui se considera aqueles que fazem parte das atividades mesmo antes da inauguração da rádio);

por identificações com a profissão de jornalismo; e por buscar divulgar uma concepção religiosa, como demonstra a fala abaixo.

Há quatro anos atrás eu já estava como coordenador, nós tínhamos a ideia de divulgar a doutrina na zona Norte por que não havia, existia já os núcleos de estudo, as casas espíritas, mas não existia a literatura uma coisa assim mais evidente sobre doutrina espírita. Aí nós tivemos a ideia de promover uma feira do livro espírita na zona Norte que se deu lá em frente no centro educacional Ruth Prestes, que é mais conhecido como aldeia do conhecimento, e ali a gente fica de quinta a domingo de todo o mês de abril, todos anos nós temos. Esse ano vamos ter novamente. Então, a partir daí nós descobrimos que aqui na comunidade do Amazonino Mendes existia uma rádio, que até então eu desconhecia, que poderia divulgar pra área da zona Norte sobre essa demonstração literária do espiritismo. E eu vim e fui bem recebido fui abraçado e eu achei um projeto muito bom e como o trabalho deles é muito parecido com os da casa espírita em que a gente paga pra trabalhar, aí eu me inseri e tô lá até hoje. (A. S, 53 anos, entrevista em 22.03.10)

Dessa forma, se observa uma condição aparentemente democrática, principalmente, no que diz respeito às diferenças religiosas. Talvez isto esteja associado à preocupação dos participantes da Igreja Católica em não serem julgados como praticando o proselitismo (quase todos os participantes católicos demonstraram a preocupação em apresentar a rádio como não sendo católica, apesar da sua fundação ter sido com o apoio da Igreja Católica e atualmente estar vinculada a uma ONG que funciona dentro da área missionária).

A última fala destacada, assim como outras verbalizações nas entrevistas revelaram que o objetivo de se inserir nas atividades representa interesses individuais justificados pelo interesse no outro<sup>13</sup>, porém alguns participantes demonstraram que seus objetivos não surgiram, necessariamente, de discussões em busca do consensual e/ou se deu pela condição consciente (racional) de realizar uma atividade política, isso fica evidente nas situações onde a vinculação à rádio foi relacionada às perspectivas, vontades e identificações, como relata uma das entrevistadas: “Eu me identifico muito com a comunicação e o trabalho com criança tanto é que já fui uma das candidatas ao conselho tutelar. E a comunicação é assim, devido a esse meu amor, essa vontade de escrever, essa vontade de falar.” (I. B., 36 anos, entrevista em 24.03.10). A participante expressou um projeto de formação profissional na área de jornalismo e o estar nas atividades radiofônicas tem sido para ela um exercício antecipado dessa profissão.

---

<sup>13</sup> O que se pressupõe como condição em qualquer ação social embasada nos objetivos de construção de cidadania.

Então, a inserção nas atividades da rádio pode ser interpretada também como uma forma de atingir objetivos pessoais que, sem este espaço, continuariam adiados em decorrência basicamente de dois motivos: condição financeira para buscar formação acadêmica e atuar em meios de comunicação e pela dificuldade de inserção em alguns contextos sociais em função das barreiras estabelecidas entre os espaços carentes e, portanto, excluídos e os outros espaços.

Nesse sentido, as justificativas para inserção nas atividades da rádio “A Voz das Comunidades” revelam a condição limítrofe entre a esfera pública e privada (como defendeu Arendt), o que respalda o entendimento da imbricação existente entre os dados descritivos referentes às características dos sujeitos e o espaço da rádio.

## **2.2 As motivações para as atividades na rádio “A Voz das Comunidades” e o aparecimento na esfera pública como o sentido do trabalho.**

Iniciaremos esse tópico enfatizando que a análise das motivações para o trabalho na referida rádio se coloca como necessária à continuidade do que está descrito no tópico anterior e busca aprofundar o entendimento dos significados das atividades realizadas pelos participantes nesse contexto. Para tanto, partiremos da descrição de quais as mudanças de vida percebidas por eles a partir da inserção nas atividades.

Referente a esse aspecto, todos os entrevistados destacaram perceber mudanças nas suas relações sociais em virtude da atuação na rádio e destacaram o reconhecimento desta como espaço promotor de contatos que trazem maior visibilidade social.

Eu conheci, passei a conhecer muito mais pessoas é eu me vinculei mais a esse bairro, essa comunidade Amazonino Mendes, aqui um dia desse eu tava conversando, se eu quiser ser vereador já posso me candidatar, porque muitas pessoas já tão ouvindo, já pode até votar, mas tem outras pessoas mais interessadas que eu, não tenho nem um princípio pra isso, nem interesse. (A. S, 53 anos, entrevista em 22.03.10)

Mais sobre o conhecimento das pessoas, a amizade das pessoas, a pessoa liga dando parabéns, elogiando, aquela coisa toda isso é muito gratificante. E conhecer as pessoas do Musical Gospel, é um programa que não centralizado, as pessoas, na comunidade como lá no Riacho Doce, Val Paraíso, Jorge Teixeira, Coroado, toda isso aí a gente visita, e quando chegar lá é muito gratificante, é muito! Mudou muito, muito mesmo, não sou mais aquela pessoa que eu era antigamente, de jeito nenhum. (R. F., 79 anos, entrevista em 14.11.09).

Considerando as falas, destacamos a defesa de Arendt (2008), quando afirma que a passagem da sociedade do interior do lar para a esfera pública não só diluiu a divisão entre o privado e o político, mas também alterou o significado dos dois termos e a sua importância para a vida do indivíduo e do cidadão.

De acordo com Abreu (2000), para Hannah Arendt, a esfera pública é o *locus* onde o social com suas transformações constrói o mundo comum, fruto da intersubjetividade dos homens. A autora identifica três registros do espaço público: o senso comum, o mundo compartilhado de significações e o espaço reconhecido de ação e opinião (liberdade), sendo o senso comum fruto da pluralidade de pontos de vista singular, ele permite que um objeto seja visto de ângulos diversos, sob olhares distintos, isto é, que ele venha à luz sob todos os enfoques, próprios da pluralidade, transcendendo a vida pessoal de cada um.

Com esse enfoque, a autora defende a esfera pública como a que permite um espaço de aparecimento onde o homem torna tangível a sua capacidade de produzir fatos e eventos, o que configura um dos elementos da história comum a todos os homens. Essa história nasce da intersubjetividade dos indivíduos que, pela palavra e pela ação neste espaço de aparecimento, constroem um mundo comum.

Nesse viés de interpretação do espaço público, Arendt (2008) defende ainda que toda atividade realizada em público pode atingir uma excelência jamais igualada na intimidade e para se chegar à “excelência” há sempre a necessidade da presença de outros, e essa presença requer um público formal, constituído pelos pares do indivíduo não podendo ser a presença fortuita e familiar de seus iguais ou inferiores. Dessa forma, embora a esfera social tenha se tornado anônima a “excelência”, enfatizando o progresso da humanidade ao invés das realizações do homem, não pôde aniquilar completamente a conexão entre a realização pública e a excelência.

Esse olhar vem ao encontro das manifestações observadas, mesmo quando se consideram as falhas técnicas nas suas condições editoriais, pois “a rádio é espontaneidade, a rádio é também aquela espontaneidade!” (T. M., 42 anos, entrevista 12.04.10). A característica de espontaneidade trazida como fundamento da própria rádio e justificativa das formas de atuações dos sujeitos que a compõem representa a comunicação sendo exercida e ampliada, “melhorada”, isto é, representa a ligação entre a realização pública e a excelência, sendo a excelência interpretada aqui como primazia, portanto, dignidade de primar, tornar-se notável, distinguir-se.

É fato que, ao falar de excelência enquanto reservada à esfera pública, Arendt (2008) demonstra a extensão da vida privada para a pública expressada pelas diferenciações entre as três atividades da vida humana que compõem a vida ativa: labor, trabalho e ação.

Uma vez que o próprio princípio organizacional deriva claramente da esfera pública, e não da esfera privada, a divisão do trabalho é precisamente o que sucede à atividade do labor nas condições da esfera pública e que jamais poderia ocorrer na privacidade do lar. Aparentemente, nenhuma outra esfera da vida atingimos tamanha excelência quanto na revolucionária transformação do labor, ao ponto em que a acepção do próprio termo (que sempre esteve ligado a fadigas e penas quase insuportáveis, ao esforço e à dor e, conseqüentemente, a uma deformação do corpo humano, de sorte que somente a extrema miséria ou pobreza poderiam causá-los) começou a perder o seu significado para nós. Embora a extrema necessidade tornasse o labor indispensável à manutenção da vida, a última coisa a esperar dele seria a excelência. (Idem, p. 57-58).

Das ideias da autora, podemos defender que nenhuma atividade pode tornar-se excelente se o mundo não proporcionar espaço para o seu exercício. Por isso, a rádio foi analisada, a partir das características dos seus participantes, como um espaço pertencente à esfera pública, que permite aos sujeitos o exercício do “distinguir-se”, pelo aparecimento nas cenas sociais. Aspecto que só pode ser alcançado quando se consideram os três registros já mencionados: senso comum, o mundo compartilhado de significações e o espaço reconhecido de ação e opinião.

Os dados elucidaram que a busca desse “distinguir-se” do “fazer a diferença”, Representação social comumente atribuída como significado de uma ação política que busca melhorias nas condições de vida e que está associada aos sentidos do trabalho na rádio “A Voz das Comunidades”, no entanto, para melhor interpretar essa realidade, precisamos ter presente as variações concernentes ao conceito de trabalho. Sendo assim, segue um breve esboço destacando a conceituação de Marx sobre trabalho e as obscuridades percebidas por Hannah Arendt, bem como a conceituação da autora quanto a labor, trabalho e ação.

O conceito de trabalho na concepção marxista é traduzido como meio para satisfazer as necessidades humanas, sendo a atividade básica que permite o processo de produção e reprodução da vida. Conforme Oliveira e Quintaneiro (2007), as considerações de Marx sobre o trabalho nos sugerem uma dupla relação: por um lado, uma relação natural e, por outro, uma relação social, no sentido da ação conjugada de vários indivíduos, não importando em que condições se encontrem.

Desde 1844, Marx atacava vigorosamente a economia política e, na sua crítica, evidenciava que, trabalhando e produzindo, os homens são dominados por abstrações que eles mesmos criam (noção de abstração real), isto é, ao trabalhar, o trabalhador se exterioriza e se objetiva no produto de seu trabalho, torna-se um acréscimo das coisas que ele e seus pares produziram. Trabalhando, a pessoa se autorealiza, pois o agir produtivo permite aos trabalhadores se afirmarem em relação aos outros e em relação ao mundo. “Em outros termos, é o trabalho que lhes permite apropriar-se das coisas”. (Idem, p. 195).

É certo que também o animal produz, mas produz unicamente aquilo de que necessita imediatamente para si ou sua prole, buscando satisfazer a necessidade física imediata, enquanto que o homem produz livre da necessidade física, inclusive, para Marx, ele só produz realmente liberado dela. Desse entendimento, resulta a argumentação de que a quantidade das supostas necessidades humanas, como o modo de satisfazê-las, é um produto histórico que depende em grande parte do grau de civilização alcançado. Procurando controlar as condições naturais, os homens criam novos objetos os quais não só se incorporam ao ambiente, modificando-o, mas também passa às próximas gerações, isso significa que os resultados das atividades e das experiências se acumulam e são transmitidos por meio da cultura. Portanto, é através da ação produtiva que o homem humaniza a natureza e também a si mesmo. (Ibidem).

Essas considerações nos levam a destacar, com base nas ideias de Wagner (2002), que, ainda que Marx tivesse pretendido colocar o homem que age no lugar do homem que pensa, invertendo, assim, a ordem hierárquica entre pensamento e ação, acabou por colocar no topo da hierarquia o homem que trabalha, fazendo com que ação e trabalho se tornassem intercambiáveis. Além disso, o conceito de trabalho utilizado não é capaz de diferenciar duas atividades singulares: a atividade que o homem realiza para atender às necessidades de sobrevivência e de reprodução da espécie e a atividade que ele realiza para a produção de coisas com as quais passa a conviver, ou seja, os objetos para uso e objetos de arte.

Então, nessa perspectiva sincrônica, o conceito de trabalho é, ao mesmo tempo, abstrato e concreto. O trabalho abstrato é o modo de existência e de reprodução do capital, portanto, criador de valor. E o trabalho concreto está relacionado ao dispêndio intelectual e físico para produzir bens que se tornam mercadorias. Ressalta-se, conforme Spurr (2005), que os produtos podem tornar-se mercadorias porque não são úteis somente para satisfazer certas necessidades ou demandas, ou seja, valores de uso, mas porque têm também um valor de troca. Assim, enquanto mercadoria, os produtos possuem uma qualidade abstrata que os tornam compatíveis sem que haja compatibilidades em seus valores de uso (suas qualidades concretas).

Arendt (2008) afirma que este valor consiste unicamente na esfera pública na qual as coisas surgem como mercadorias e o que confere esse valor a um objeto não é o labor nem o trabalho, não é o capital nem o lucro, nem o material, mas única e exclusivamente a esfera pública, na qual o objeto surge para ser estimado, exigido ou desdenhado. O valor é a qualidade que nenhuma coisa pode ter na privacidade, mas que todas adquirem automaticamente assim que surgem em público.

Para a autora, ao contrário das coisas, dos atos ou das ideias, os valores nunca são produtos de uma atividade humana específica, mas passam a existir sempre que os objetos são trazidos para a relatividade da troca, em constante mutação, entre os membros da sociedade. “Ninguém como insistia Marx, visto em seu isolamento produz valores; e poderia ter acrescentado: ninguém em seu isolamento se preocupa com eles. As coisas, as ideias ou ideais morais só se tornam valores em sua realidade social”. (Idem, p. 178).

Ainda de acordo com Arendt, há uma confusão na economia clássica e na filosofia quanto ao uso do termo valor “value” causada originalmente pelo fato de que a palavra mais antiga, valia “worth”, foi suplantada pela expressão “valor de uso”. “Marx também aceitou essa terminologia; e, fiel a sua repugnância em relação à esfera pública, viu sistematicamente o pecado original do capitalismo na mudança de valor de uso para valor de troca”. (Ibidem, p. 178).

Isso nos leva a destacar que outro aspecto a ser considerado é a definição de trabalho produtivo (mais-valia) e improdutivo (labor) presente na obra de Marx, definição que já se encontrava nos escritos de Adam Smith, segundo Wagner (2002), que nos chama atenção para o fato de essa definição trazer a relação do homem com a natureza não diferenciando trabalho e labor, diferença que é considerada fundamental na obra de Hannah Arendt.

Pois, para Arendt (2008), labor é considerado como uma atividade natural da vida, sendo associado ao corpo, está voltado para a manutenção da vida e sobrevivência da espécie. Nesse sentido, a expressão *animal laborans* é, segundo ela, a mais adequada para apontar aquele que se dedica a essa atividade. Por sua vez, trabalho é a atividade associada às mãos, pela produção de objetos que estão destinados a ocupar um lugar no mundo, emprestando a este permanência e familiaridade. O *homo faber*, aquele que se dedica a essa atividade, usando a natureza como material da fabricação, produz o artefato humano, ou seja, os objetos que, pela sua durabilidade, constroem o mundo como morada do homem: as obras de arte e os objetos de uso.

Fazendo essa diferenciação e colocando como condição humana do labor a própria vida, a autora critica o conceito de trabalho enquanto desvalorização de labor e durabilidade

do que dele se produz, salientando que há um preconceito contra labor, como se não fosse digno do termo trabalho toda a atividade que não enriquece o mundo. Assim, afirma:

O desprezo pelo labor na teoria antiga e sua glorificação na teoria moderna baseavam-se ambos na atitude subjetiva ou na atividade do trabalhador, uma desconfiança de seu doloroso esforço e a outra levando-lhe a produtividade. A subjetividade dessa forma de abordagem talvez seja mais óbvia na distinção entre trabalho leve e pesado; mas já vimos que, pelo menos no caso de Marx – que, sendo o maior dos modernos teóricos do trabalho, é necessariamente uma pedra de toque em tais discussões – a produtividade do trabalho é mediada e aferida em relação às necessidades do processo vital para fins da própria reprodução; reside no excedente potencial inerente à força de trabalho humana e não na qualidade ou caráter das coisas que produz. (ARENDETT, 2008, p. 105)

Porém, no trabalho, tudo é julgado em termos de adequação e serventia em relação ao fim desejado. Dessa maneira, o trabalho é entendido como uma atividade que está determinada pelas categorias de meios e fins, isto é, pela sua utilidade. Os utensílios e instrumentos do *homo faber* determinam o trabalho e toda a fabricação. Assim, o fim justifica os meios e, mais que isso, o fim produz e organiza os meios. É em atenção ao produto final que as ferramentas são projetadas, e os utensílios são inventados, e é o produto final que organiza o próprio processo de trabalho, determina a necessidade de especialistas, a quantidade de cooperação, o número de auxiliares. (Idem).

Referente à atividade do trabalho, Witkoski (2000, p. 49), destaca que não se tem como negar a responsabilidade dessa pelo “artificialismo da existência humana na Terra”. Para ele, sem a transformação da natureza em artefatos talvez não pudéssemos falar da experiência do mundo social. É através do trabalho que se cria o próprio homem e os aspectos da subjetividade. Pelo trabalho se produz um mundo intersubjetivo que faz emergir: “a tribo, a vila, a comunidade, a cidade e a sociedade”. (Idem).

Logo, a subjetividade produzida pelo trabalho se objetiva na própria realidade social e nos produtos nela existentes. Com isso, Arendt (2008) considera que a condição humana do trabalho é a mundanidade, pois os produtos da fabricação (pela sua durabilidade) ganham independência em relação aos homens que com eles se relacionam, constituindo o mundo em sua objetividade. (Ibidem).

Conforme Wagner (2002), do ponto de vista de sua localização, a fabricação é uma atividade que o *homo faber* realiza no isolamento para a produção de objetos que, excetuando-se as obras de arte, estão destinados à peculiaridade do seu uso. O *homo faber* tem, no entanto, uma esfera pública própria que é o mercado de trocas, que não coincide com a esfera

público-política, no sentido de que o *homo faber* só consegue relacionar-se devidamente com outras pessoas através da troca de produtos.

Considerando esses argumentos, pode-se afirmar que a vida profissional dos participantes da rádio comunitária representa, extrínseca e intrinsecamente, a realidade social que cada um vivencia, dessa forma, aceita-se que o trabalho remunerado, enquanto atividade de produção de serviços e produtos, além de ser uma realidade que está na ordem do mundo capitalista, permite a relação de trocas, bem como a imersão de atividades concretas significativas à condição de existência dos indivíduos no mundo.

Mas, para além da relação de troca de produtos e serviços, pode-se discutir com base nas ideias de Arendt (2008), a vida ativa como se dando também pela ação. De acordo com a autora, a ação só existe no espaço público, produzindo uma realidade distinta do artefato humano, pois o produto mais imediato da ação é a realidade: a realidade do próprio eu, da própria identidade, ou a realidade do mundo circundante. A ação é a única atividade que se exerce diretamente entre os homens sem a mediação das coisas ou da matéria.

Seguindo as colocações de Wagner (2002), considera-se que diferente do labor, que é um processo circular, sem começo ou fim, e de trabalho, que se realiza enquanto um processo que tem um começo e um fim determinado, a ação existe apenas em sua realização e, nesse, sentido ela é iniciativa. Enquanto ato em si, a ação revela a singularidade do seu ator, sendo esse o motivo pelo qual a ação não existe sem palavras. Na ação, o indivíduo, através do discurso, conta quem ele é, revelando a sua identidade. Ao expor o seu ator ao senso comum, a ação dá existência ao seu ser, e é por isso que, para Arendt, o Ser e Aparecer coincidem.

Tais definições levam ao questionamento: em qual categoria poderíamos classificar as atividades desenvolvidas na rádio comunitária “A Voz das Comunidades”? Essa interrogação pode ser respondida quando inicialmente o espaço da rádio foi interpretado como um espaço público e pela evidência de que a inserção e permanência nas atividades da rádio dependem da vontade dos participantes.

Relembramos que os entrevistados têm um tempo de participação nas atividades entre 8 (oito) meses a 9 (nove) anos. E, salientamos também que 9 (nove) dos participantes entrevistados têm suas rendas familiares dissociadas das atividades da rádio, apenas um é remunerado pela rádio (o técnico), mas que não revela não ter se vinculado às atividades com esse fim.

No início foi o S. que me convidou pra mim participar era até o programa Alô Juventude, né, e aí eu vim, comecei como a maioria dos colaboradores, né, atendendo telefone, conhecendo as pessoas que já estavam por aqui pelo meio e aí com o tempo eu comecei a apresentar o programa junto com ele e aprender a parte de operação de áudio. E aí quando a rádio precisou, os dois operadores que vieram, porque também eram voluntário na parte de operação, então é [...pausa] perguntaram se eu poderia assumir esse compromisso, né, era remunerado e tudo mais, e eu assumir, e aí de forma também voluntária porque é [...pausa] não de a gente não de tá fazendo também o serviço voluntário que é, as vezes, como se fosse numa empresa, por exemplo, a gente trabalharia o nosso horário e terminou o horário, ou que nós tinha sido contratado pra fazer a gente não faria mais nada, né, aqui não, aí eu fico, eu ou o S. que é os dois, nós somos contratados né, a gente fica até mais tarde pra fazer as gravações da rádio, de vinheta, mensagem, tudo isso, também faz assim, né, sem problema algum e [...pausa] e o voluntariado continua, continuo apresentando o Alô Juventude, o Comunidade Musical. (E. P., 22 anos, entrevista em 10.11.09)

O cenário de atividades não remuneradas, em um meio de comunicação que funciona no horário que consideramos “comercial” (de 6h às 18h) e o tempo de vínculo às atividades, permitiram a leitura das atividades na rádio diferente das categorias labor, bem como a leitura de que o trabalho realizado está fortemente associando às condições de liberdade que os sujeitos têm, mesmo em um mundo capitalista, de projetar suas ações. Como demonstrado nas ideias de Arendt (2008), para quem o trabalho não é só valor, nem só força de trabalho, a sua análise sobre a questão humanista defende que o trabalhador que cria, transforma e pereniza-se no mundo através da mundanidade do trabalho. No trabalho, o indivíduo é o senhor da natureza e tem a capacidade humana de projetar a ação.

Então, as atividades na rádio foram interpretadas como ações que dão sentido à realidade social dos envolvidos, ou seja, assim como o trabalho remunerado, o trabalho não remunerado, no contexto estudado, também é parte da vida ativa dos envolvidos. Dessa forma, esse tipo de atividade passa a fazer parte das relações humanas, sendo justificada pelas vontades e intenções que, de acordo com as defesas Arendt, caracterizam a condição humana da ação que é a pluralidade. A pluralidade foi representada no significado das atividades para os participantes, como demonstra a fala abaixo.

Significa [...pausa] é [...pausa] a gente tá sempre sendo útil apesar de não ter tantas condições de conhecimento e de possibilidade, de pesquisas, mas a gente leva aquilo que nós sabemos, fazendo as nossas considerações e convidando muitas vezes as pessoas a fazer as suas também, porque nós somos inseridos na sociedade que cada um pensa do jeito que pensa e gostaria de expor aquilo que pensa através das suas considerações, cada um tem olhar diferente. (A. S, 53 anos, entrevista em 22.03.10).

Interpretando que a ação se põe em movimento, e a pluralidade, como a condição humana da ação, Wagner (2002) destaca que se essa, geralmente, não atinge os objetivos esperados por seus atores, ainda assim produz história (a história da vida de cada pessoa) com a mesma naturalidade com que a fabricação produz coisas tangíveis. No entanto, as consequências da ação se perdem nas relações dos negócios humanos e em outras relações às quais ela dá início. Sendo assim, “não apenas o resultado do processo é desconhecido como também o seu autor, só o agente e seu consentimento são conhecidos, a autoria pertence a todos que estiveram envolvidos no processo”. (Idem, p. 71).

Frente ao aspecto de que a ação produz história, destaca-se que os significados atribuídos à realização das atividades na rádio demonstraram que a participação nesse contexto, além de mobilizar mudanças nas vidas dos indivíduos, estimula a “vontade” de contribuir para o funcionamento da rádio, o que faz com que a manutenção do funcionamento dessa seja uma das finalidades da ação: “significa [pausa] que eu pretendo é através da minha vontade de estar aqui é fazer com que a rádio, cresça também pra que sempre tenha aquela melhoria contínua”. ( I. B., 36 anos, entrevista em 24.03.10 ).

Manter a rádio em funcionamento leva os participantes a disponibilizarem parte do seu tempo para as atividades, sem negar as satisfações obtidas com isso:

Satisfação da rádio é muita, é muita porque o que leva a gente a vir pra cá são amigos, são os amigos que a gente realmente acredita que cada um que tão aqui, cada um é capaz de fazer seu trabalho valer a pena, e não só o conselho, mais toda equipe, até mesmo quem, os ouvintes, ajuda a gente, nos ajuda, porque a gente conhece pessoas que ligam que são conhecidas e pessoas que não são conhecidas, mas a partir do momento que a gente tem aquela [pausa] aquele outro lado de a pessoa dizer olha parabéns pelo programa de vocês, tá sendo ótimo, tá sendo maravilhoso, vocês levaram uma informação muito boa, como hoje no programa da N. né, que a N. levou sobre as pulserinhas, então todas as pessoas que a gente convida pra vir, como nós passamos lá no CRAS e a gente com as pessoas de lá, aí tinha um espaço pra eles tarem vindo falar a respeito do que eles quisessem ouvir, os meninos do Pró-jovem, então eles já ganharam espaço, eles tão vindo, então isso é muito bom, muito gratificante pra gente, tá dando espaço não só no nosso programa, mas também tá conseguindo trazer o espaço que cada um merece, não só na rádio, mais em qualquer lugar que a gente esteja né. (B. J., 39 anos, entrevista em 24.03.10).

Como se percebe, as satisfações sentidas pela disponibilidade de participar voluntariamente nas atividades foram descritas, predominantemente, pela visibilidade que a prática radiofônica permite, mesmo considerando a limitada abrangência das rádios comunitárias. Essa visibilidade possibilita retomar as ideias de Arendt, quando ela defende que o Ser e o Aparecer coincidem.

O firmar seu aparecimento no mundo através das ações desenvolvidas no espaço da rádio foi significado como algo além da condição profissional e mais associado ao gostar, ao prazer e ao ser útil. Como afirmaram os entrevistados:

[...] é gratificante né, é [pausa] acho que é até um sentimento diferente de quem, de quem se forma, de quem tem realmente isso como profissão, você tá fazendo ali um programa, tá recebendo as ligações né, tá recebendo as parabenizações de pessoas, você que já se formou, que trabalha naquele meio, como meio de vida mesmo, eu acho que é um sentimento diferente das pessoas que trabalham no voluntariado, tá ali apresentar um programa e ver as pessoas ligando, parabenizando, participando do teu programa e sabendo que aquilo ali tu não pode viver daquilo né, que ali é... pelo menos eu assim venho mesmo porque eu gosto, eu venho pra cá, porque eu gosto mesmo, é [pausa] é esse sentimento, é um prazer mesmo que a gente tem de fazer o que a gente gosta. (E. P., 22 anos, entrevista em 10.11.09)

De que eu sou útil, que eu fiz alguma coisa de bom entendeu, alguma coisa boa, alguma coisa que foi útil pra alguém, alguém que tava do outro lado da rádio que escutou alguma coisa no programa de orientação e de repente sentir algum sintoma de alguma doença achou que podia ter aquela doença e resolveu procurar o médico, então a sensação que eu tenho que eu fui útil. (C. T., 29 anos, entrevista em 14.11.09).

Além dos elementos citados, o “aparecer” através das atividades desenvolvidas com suas gratificações e satisfações está também associado às relações estabelecidas entre os participantes e ao fato de que, nos espaços da rádio, as histórias de vidas se revelam, possibilitando a troca de experiências e de lugares sociais diferentes. Como expõe uma das participantes que é professora universitária.

Eu gosto da convivência, do contato com as pessoas, daquela história de sentar e conversar, conversar miolo de pote, como o pessoal diz, às vezes a gente conversa miolo de pote, como é que você tá? Aí vai contar uma história, conta uma piada, então esse contato, essa convivência assim que eu acho, acho gostoso porque você entra um pouco no mundo dessas pessoas, na vida dessas pessoas, você conhece e conhece detalhes, história, que às vezes você fica, para pra pensar, poxa vida eu sou até privilegiada, porque tem pessoas com dificuldades tão grande aqui dentro e que tão aqui, doa parte do seu horário, do seu tempo pra vim pra cá, ainda apesar das dificuldades né, então pra mim assim, a convivência, o contato com as pessoas é muito bacana. (C. T., 29 anos, entrevista em 14.11.09).

A fala demonstra que o sujeito de ação se insere nos contextos públicos através da teia de relações produzidas, tornando-se ator e autor da sua história e da história da sociedade em que vive. Arendt (2008) nos ensina que, na ação, os homens mostram quem são, revelam ativamente suas identidades pessoais e singulares e apresentam--se ao mundo humano

enquanto suas identidades físicas reveladas. A qualidade reveladora da ação vem à tona quando as pessoas estão com outras.

Então, ação não nos é imposta pela necessidade, como o labor, nem se rege pela utilidade, como trabalho, mas pode ser estimulada (e não condicionada) pela presença de outros em cuja companhia desejamos estar. (Idem).

Estar com outras pessoas e estabelecer com elas uma boa convivência foram destacados por todos os entrevistados como motivações para permanecerem na rádio “A Voz das Comunidades”. E ao destacarem as suas percepções quanto as relações estabelecidas no contexto da rádio, revelaram a representação dessa como um espaço também privado: a casa e a família.

[...] aqui é minha segunda casa, não gosto tanto só da rádio, como de todo esse pessoal, principalmente desse jovem, que trabalham comigo, às vezes as pessoas questionam, se admiram como é que eu me dou com jovem, é muito fácil viver com jovem, respeitar o jovem, como o jovem, o jovem respeitar a gente como pessoa idosa, e conversar, quando conversar comigo, conversa de jovem, é muito fácil. (R. F., 79 anos, entrevista em 14.11.09).

a rádio assim como é [... pausa] como família vamos supor porque quem vem até a rádio são pessoas que querem um espaço né pra falar aquilo que ta sentindo né então eu acho que ela não é uma rádio católica, ela é, ela tem várias formas de ser depende de nós que vem interagir com ela, ela dá espaço. (B. J., 39 anos, entrevista em 24.03.10).

Diante destas falas, um aspecto nos chama atenção que é a personificação da rádio: “ela é, ela tem várias formas de ser depende de nós que vem interagir com ela, ela dá espaço” (B. J., 39 anos, entrevista em 24.03.10). que conota a representação social do lugar que a rádio ocupa na vida das pessoas e da comunidade.

Esse conteúdo explicita mais um elemento que envolve as representações sociais da rádio “A Voz das Comunidades”, pois, para Jodelet (2001), como fenômenos cognitivos as representações sociais envolvem a pertença social dos indivíduos com as implicações afetivas e normativas, com as interiorizações de experiências, práticas, modelos de condutas e pensamento, socialmente transmitidos pela comunicação social que a ela estão ligados. Desse ponto de vista, as representações sociais são abordadas concomitantemente como produto e processo de uma realidade psicológica e social.

A representação de uma rádio personificada exemplifica o que a teoria das Representações Sociais preconiza, isto é, cada representação, segundo Jodelet (2001), constitui uma vitória sobre a ambigüidade dos estímulos e dos sujeitos, mas toda vitórias é

provisória e depende de múltiplos fatores e, entre eles, a interação social permanece influente, pois através dela se expressam as disputas de interesses e os valores vigentes de cada momento.

A mesma autora afirma que, assim, a construção do outro e de si são indissociáveis e com isso aquilo que ameaça é também o que assegura ou serve de garantia. Essa construção decorre de um espaço de ambigüidade que permanece vivo e presente e que permite reacomodações segundo as circunstâncias.

As reacomodações podem ser verificadas nas satisfações trazidas pelas ações na rádio revelaram ainda uma extensão da rádio enquanto um lugar concreto para o conceito de instituição, apresentando-a não só a partir das relações estabelecidas, mas também pela liberdade de expressão permitida através dela.

A rádio comunitária é assim uma Instituição onde nós, podemos dizer que são iguais somos todos da mesma altura não tem ninguém ali querendo ser melhor do que o outro, e o aquele que sabe mais, aquele que sabe menos, isso me causava muita satisfação do que ser tolhido ou ser chamado atenção mesmo porque pela palavra que eu falei, ou por uma coisa que eu deixei a desejar, mas simplesmente tem liberdade pra falar, isso me causa satisfação. (A. S, 53 anos, entrevista em 22.03.10).

Essa fala possibilita o destaque das ideias de Arendt feito por Jovchelovitch (2000), para defender que a condição tanto para a fala quanto para a ação é precisamente a pluralidade humana. A pluralidade humana se refere tanto à igualdade quanto à distinção, tanto à identidade quanto à diferença. É porque as pessoas são diferentes, e mesmo assim semelhantes, que a ação e a fala se tornam necessárias. O que faz as vidas individuais únicas e distintas são os elos de uma vida comum, construída pela ação e pela fala exercidas em público: *“com a palavra e o ato nós nos inserimos no mundo humano, e esta inserção é semelhante a um segundo nascimento, em que confirmamos e assumimos o fato de nossa aparição física original.”* (ARENDR, 2008, p. 189).

Dessa forma, ações na rádio levam a representação social, associado-a a um espaço de liberdade da fala, mesmo que haja orientação de cautela com os termos usados.

[...]restrinção em forma de [...]pausa] lógico não botar palavrão né, músicas que não são, que a gente sabe que fere a dignidade da mulher, da criança, do jovem né, do idoso, então são todos esses direitos que são respeitados não só na rádio mas no dia-a-dia também né, que nós não devemos fazer isso, nem na nossa própria casa né, então a gente tem que, a rádio ela é uma casa que também é nossa família, então nós também temos que tá passando pro ouvinte tudo que é bom, tudo aquilo é o direito dele né. (B. J., 39 anos, entrevista em 24.03.10).

Sendo assim, a liberdade é condicionada aos valores éticos morais do respeitar o outro, o ouvinte. A condição ético moral do estar na rádio foi também representada no sentido mais íntimo da ação política quando uma das participantes lhe atribuiu o lugar do aprendizado, como pessoa e como cidadã, que possibilita um movimento na cena social que favorece o estreitamento de laços entre instituições representativas do governo e a população de forma satisfatória.

Pra mim a rádio representa assim, um aprendizado, porque a gente vive numa vida, a vida acadêmica, às vezes faz a gente esquecer aquele aspecto humano principalmente da área de saúde, então a gente lida com pessoas, com pacientes, mas a minha área principalmente, lida com medicamentos, então a gente fica meio que assim um pouco afastado do contato direto com as pessoas né, e pra mim a rádio é justamente esse aprendizado de você tentar ser melhor como ser humano, como pessoa, como cidadão, de dar uma contribuição pra sociedade porque você teve uma, um investimento da sociedade em você, eu estudei numa universidade pública, fui formada pela UFAM, então o meu retorno pra sociedade, é nesse momento que eu tou aqui, que eu tou com a comunidade trazendo a universidade pra dentro do movimento popular, que eu considero como movimento popular e fazer com que a universidade dê a colaboração dela, e eu dê a minha colaboração dentro dessa participação da universidade. (C. T., 29 anos, entrevista em 14.11.09).

Resumidamente, pode-se afirmar que os sentidos do trabalho na rádio “A Voz das Comunidades” foi interpretado a partir do conceito de ação de Hannah Arendt e, dessa forma, concluímos que compartilhar um espaço comum e estar ligado mutuamente pelo companheirismo social pressupõe, como afirma Jovchelovitch (2000), a capacidade de fugir do domínio da mera necessidade e construir um domínio diferente que é o da vida pública em que as pessoas realizam a sua capacidade de falar e agir.

Porém, apesar dos sentidos do trabalho na rádio comunitária terem sido trazidos de forma positiva, verificou-se que a rádio continua sendo pouco conhecida pelos moradores de sua área de abrangência e que, apesar da perspectiva de se manterem nas atividades, os participantes salientaram que, em função da necessidade de trabalho remunerado, o tempo de permanência na rádio fica indefinido, ou seja, a qualquer momento um membro pode se

desligar das atividades em decorrência da sua vida profissional. Esse aspecto só foi diferente para os participantes aposentados.

Então, um dos dilemas da rádio “A Voz das Comunidades” se refere a vulnerabilidade quanto ao funcionamento dos seus programas, muito em função do horário em que permanece no ar diariamente e em decorrência do voluntariado, pois constata-se que as atividades na rádio são realizadas no “tempo livre” dos participantes. Porém, considerando o tempo de existência da emissora, bem como o tempo em que os participantes estão vinculados às atividades, constata-se que essa condição tem sido administrada, e um aspecto dessa administração é a aceitação de que a rotatividade dos colaboradores faz parte da realidade de funcionamento da rádio.

Os dilemas e o papel da rádio para a comunidade, são objetos de análise que levaram a construção do terceiro capítulo, que traz também os elementos revelados que indicam os fundamentos de funcionamento da emissora como rádio comunitária através da participação voluntária dos seus membros.

## CAPÍTULO III

### A UTOPIA DA RÁDIO “A VOZ DAS COMUNIDADES”

#### 3.1 Definindo “Utopia”

Esse capítulo objetiva apresentar as considerações sobre o lugar social da rádio “A Voz das Comunidades” destacando seus dilemas e possibilidades, sem deixar de explorar as representações reveladas a partir do histórico de dois programas que compõem a grade da rádio e de gravações desses, a saber: “Construindo Cidadania” e “Terra Cabocla”.

Frente a esse objetivo se deu a escolha do título do capítulo e, para melhor esclarecê-lo, faz-se necessário destacar algumas considerações sobre o termo “Utopia”. Para isso, partiremos das ideias de Bocayuva e Veiga (1992), que afirmam que o termo permite a formulação de projetos sociais diferenciados das formas dominantes, ou seja, a construção de projetos a partir da negação dos modelos sociais e políticos vigentes; permite a formulação idealizada de modelos superiores, como conceitos abstratos, que levam a outra formulação que é a adoção de modelo social existente como superior aos demais ou à identificação de aspectos sociais que fariam parte de uma nova ordem social.

Os autores ressaltam que na política a noção de utopia é colocada como oposição ao real tal qual como ele existe. No entanto, para uma avaliação crítica das formas sociais, o pensamento político recorre muitas vezes ao conceito de *u-topos*, ou seja, lugar nenhum. E o termo grego tem sido usado de formas variadas nos pensamentos políticos do ocidente desde o século XVI, período em que o modelo idealizado de sociedade se embasava na utopia defendida por Thomas Morus como o “*Lugar Nenhum, Lugar que Não Existe*” ou “*Lugar Feliz*” (p. 264). Thomas Morus criticou as mudanças decorrentes da acumulação primitiva ou decorrentes dos avanços do capitalismo na Inglaterra seus estudos marcam o período de 1478 a 1535.

Para Bogo (2008), embora a definição de utopia dada por Thomas Morus tenha sido a de lugar nenhum, ele pode ser considerado aquele que forneceu os pilares fundamentais na formulação posterior da teoria do socialismo científico, pois esse autor defendeu a República a partir da condição da propriedade coletiva e não privada em que a felicidade seria

encontrada principalmente por meio da organização de produção, seria uma realidade sem dinheiro.

Entre os séculos XVII e XVIII, o uso do termo utopia desencadeou tensões nas discussões políticas entre o real e o ideal, o que colocou a filosofia no século XIX a necessidade de ultrapassar a sua dimensão especulativa, buscando, então, encontrar uma utopia que refletisse a tensão entre uma filosofia política e radical e uma análise teórica das condições existentes, foi aí que a filosofia lançou mão de uma utopia racional ou realista. Assim, utopia passou a ser tratada com base nas condições sociais, políticas e morais originadas do industrialismo e da sociedade civil burguesa, ou seja, segundo Bocayuva e Veiga (1992, p. 267), a partir das exigências de dar conta da “*necessidade de afirmar a tensão entre ser social histórico concreto imediatamente dado e a exigência do dever ser ou da mudança histórica*”.

De acordo com os mesmos autores, foi essa concepção utópica que condicionou a fundação da filosofia dialética marxista e, dessa forma, se coloca com dois requisitos; o primeiro deriva da categoria da necessidade, isto é, do conjunto das condições que impedem o desenvolvimento da essência humana enquanto processo histórico de apropriação das condições de existência. O segundo requisito deriva da abordagem dialética do materialismo voltado para as condições do mundo terreno, ou seja, a mediação entre o *ser* e o *dever ser*, onde radica a exigência ético-política da liberdade enquanto práxis humana, enquanto agir individual e coletivo.

Com base nas ideias supracitadas, Marx pode ser considerado como ponto de partida, mas não exclusivo, das proposições filosóficas da utopia racional, considerando os aspectos teóricos e prático-críticos que pretendem modificar o real no sentido da emancipação humana.

Portanto, com base na concepção de utopia dentro de uma perspectiva que defende a possibilidade de mudança da realidade inadequada, é que respalda o uso do termo nesse trabalho como a capacidade de imaginar, de refletir sobre como viver e agir, de criar objetos, de construir projetos sociais visando as melhorias sociais, que podem não ser realizadas na sua totalidade, seja pelo excesso de pretensão ou por imprudência da imaginação, como afirma Bogo (2008). E, mesmo que não alcance tudo o que foi pensado e projetado, não significa deixar de tentar. É do que falta que se funda o “não lugar”, mas que, dialeticamente assume um lugar como condição de uma práxis social.

Com isso este capítulo reforça a ideia da rádio enquanto projeto social. Assim sendo, se tornou indispensável a apresentação de mensagens transmitidas na grade da programação, o que permitiu explorar aspectos das atividades realizadas através desse meio de comunicação,

considerando seus os dilemas e perspectivas, bem como a revelação de aspectos ideológicos que dão sentido não só aos trabalhos dos participantes, mas também fundamentam a existência da rádio. Esclarece-se, portanto, que esse não é um capítulo desarticulado dos demais, pelo contrário, é a síntese, pois buscou fazer a ligação entre elementos discutidos no primeiro e no segundo capítulos.

Por ter a tarefa de unir elementos discutidos anteriormente, é que se partiu do entendimento de que essa só se cumpriria se fosse feita a discussão do lugar que a rádio ocupa no cenário comunitário e social. Dessa forma, destaca-se que os conceitos de “sociedade civil” e os “aparelhos privados de hegemonia” foram inicialmente fundamentais para construção do presente capítulo.

Esclarece-se ainda que o uso desses conceitos se justifica pelo entendimento de que eles não invalidam as discussões anteriores e nem as direcionam para um antagonismo ou incompatibilidade das ideias apresentadas, mas respaldam a apresentação de elementos complementares ao entendimento da realidade estudada.

Por outro lado, se esclarece também que conceitos como o de comunidade, além dos de “sociedade civil” e “aparelho privado de hegemonia”, foram trazidos para as discussões visando permitir a apresentação dos elementos das mensagens dos programas e as ideologias que fundamentam a existência da rádio.

Para atender aos objetivos previstos, a análise está apresentada a partir da seguinte estrutura: o entendimento da rádio como um aparelho privado de hegemonia; a orientação à ação política e à solidariedade social como fundamento da rádio através do programa “Construindo Cidadania”; e a transmissão de formas simbólicas a partir das práticas culturais enunciadas nas mensagens do programa “Terra Cabocla”.

### **3.2 A rádio “A Voz das Comunidades”: um projeto da sociedade civil**

Resgatando o que foi apresentado no primeiro capítulo, pode-se afirmar que o projeto de lei que regulamenta a concessão das rádios comunitárias no Brasil foi resultado de reivindicações de grupos sociais, visando manter espaços que haviam sido criados a partir de ideologias antigovernos e conotavam a liberdade de expressão e busca efetiva do exercício da democracia. O projeto de lei veio como uma necessidade do Estado de controlar o número desse tipo de emissora e as mensagens por elas emitidas, pois a rápida expansão desse meio de comunicação parecia tomar dimensões que colocavam em risco o controle do Estado.

O Estado, com a necessidade de intervir e ser legalmente conhecedor e regulador desse tipo de ação política, e a sociedade civil movida pela necessidade de manutenção desses

espaços se vê obrigada a se organizar através de instituições representativas para participar da elaboração e aprovação da lei que define os parâmetros de concessão das Rádios Comunitárias.

Então, o que se coloca em destaque na regulamentação das práticas de rádios comunitárias no Brasil é a relação entre Estado e sociedade civil. Aqui se faz necessária a busca de esclarecimentos quanto aos conceitos e, para tanto, as definições dadas por Gramsci foram as mediadoras para o levantamento bibliográfico sobre os termos.

Neste viés, a análise sumária do conceito de sociedade civil, desde os jusnaturalistas até Marx, feita por Bobbio (1982), destaca a diferenciação de Marx aos primeiros, pela identificação que esse fez de sociedade civil e do momento estrutural. Esta identificação pode ser considerada por alguns autores como ponto de partida da análise do conceito de sociedade civil em Gramsci. Mas, para outros, Gramsci deriva o seu conceito de sociedade civil não de Marx, mas declaradamente de Hegel, para quem a sociedade civil era compreendida não apenas a partir da esfera das relações econômicas, mas também das suas formas de organização, espontâneas ou voluntárias, isto é, as corporações e suas primeiras e rudimentares regulamentações no Estado político. Esse segundo ponto de vista revela o fato de que “a sociedade civil para Gramsci compreende não mais todo o conjunto das relações materiais, mas sim todo o conjunto das relações ideológico-culturais, não mais todo o conjunto da vida comercial e industrial, mas todo o conjunto da vida espiritual e intelectual”. (Idem, p. 33).

De acordo com o mesmo autor, Gramsci conceitua a sociedade civil não como um sistema de necessidades de onde partiu Marx, ou seja, das relações econômicas, mas sim como as instituições que as regulamentam. Dessa forma, quando Gramsci se refere a Hegel para conceituar a sociedade civil, ele está se referindo não ao momento inicial, no qual são evidenciadas as contradições que o Estado irá dominar, mas ao momento em que, através da organização e da regulamentação dos diversos interesses (corporações), são postas as bases para a passagem ao Estado.

Nesse sentido, Coutinho (1981) destaca que a expressão “sociedade civil” de Gramsci o afasta terminologicamente de Marx e parece o aproximar de Hegel. Mas a eventual derivação terminológica de Hegel não deve ocultar a novidade do conceito Gramsciano, que está na expressão de uma nova terminação do Estado, ele não nega ou elimina as determinações registradas pelos clássicos, mas representa um enriquecimento e um desenvolvimento das mesmas. Portanto, segundo o autor, Gramsci não inverte nem nega as

descobertas essenciais em Marx, mas as enriquece, amplia e concretiza, no quadro de uma aceitação plena do método do materialismo histórico.

Por outro lado, é válido destacar, segundo o mesmo autor citado, que a grande descoberta de Marx, Engels e Lenin no campo da teoria política foi a afirmação do caráter de classe e todo o fenômeno estatal. Essa descoberta os levou a descaracterizar o Estado, a desfeticizá-lo, mostrando que a aparente autonomia e superioridade dele encontra sua gênese e explicação nas contradições iminentes da sociedade. A gênese do Estado reside na divisão da sociedade em classes, razão por que ele só existe quando e enquanto existir essa divisão e que decorre, por sua vez, das relações sociais e de produção, sendo então, a função do Estado conservar e reproduzir tal divisão, garantindo que os interesses particulares de uma classe se imponham como o interesse geral da sociedade.

Portanto, conforme Bobbio (1982), em Marx, o Estado não é suprimido, mas antes perpetuado, pela luta de classes, da qual o Estado é expressão e instrumento. Sendo assim, Marx não traz um modelo de uma sociedade natural, mas uma sociedade historicamente determinada, caracterizada por formas de produção e por relações sociais, que coloca o Estado não como a expressão de uma exigência universal e racional, mas sendo, ao mesmo tempo, a repetição e o fortalecimento de interesses particulares.

O Estado não se apresenta mais como superação da sociedade civil, não para resolvê-la em outra coisa, mas para conservá-la tal qual é; a sociedade civil, historicamente determinada, não desaparece no Estado, mas reaparece nele com todas as suas determinações concretas. (Idem, p. 22).

As ideias de Marx se apresentam como contrastes às apresentadas pelo pensamento político de Hobbes e Hegel, que consideram o Estado ou sociedade política como produto da razão, em relação ao estado de natureza (ou sociedade natural) como o momento supremo e definitivo da vida comum e coletiva do homem, é o resultado mais perfeito ou imperfeito do processo de racionalização dos instintos ou das paixões ou dos interesses, mediante os quais o reino da força desregrada se transforma no reino da liberdade regulada. (Ibidem).

Coutinho (1981), afirma que Marx, Engels e Lenin examinaram também a estrutura do Estado: indicaram na repressão - no monopólio legal e/ou de fato da coerção e da violência - o modo principal através do qual o Estado, em geral e como tal, também o Estado capitalista liberal, faz valer sua natureza de classe. Em suma: os clássicos, tendencialmente, identificam o Estado com o conjunto de seus *aparelhos repressivos* (ou ditatorial).

Por outro lado, o autor citado no parágrafo anterior nos chama atenção para o fato de que numa época de escassa participação política, quando a ação do proletariado, se exercia

através de vanguardas combatidas e pouco numerosas, atuando na clandestinidade, era natural que o aspecto repressivo do Estado burguês se colocasse em primeiro plano na própria realidade e, por isso, merecesse a atenção prioritária dos clássicos.

Porém, como ainda sinaliza Coutinho (1981), Gramsci trabalha numa época e num âmbito geográfico, nos quais já se generalizou uma maior complexidade do fenômeno estatal: ele pôde ver que, a intensificação dos processos de socialização da participação política, que tomam corpo nos países ocidentais, sobretudo a partir do último terço do século XIX. Com a formação de grandes sindicatos, partidos de massa, etc., surge uma esfera social nova, dotada de leis e de funções relativamente autônomas e específicas, tanto em face do mundo econômico quanto dos aparelhos repressivos do Estado.

Mas, resumidamente, podemos dizer que um problema da relação entre Marx (e Engels) e Gramsci refere-se ao fato de que tanto em Marx quanto em Gramsci a sociedade civil representa o momento ativo e positivo do desenvolvimento histórico, diferente das ideias de Hegel, que coloca o Estado neste lugar. Mas, em Marx esse momento ativo e positivo é estrutural, enquanto que em Gramsci é superestrutural.

A relação entre estrutura e superestrutura em Gramsci é representada por meio de uma série de antíteses, das quais as principais são as seguintes: momento econômico/ momento ético-político, necessidade/liberdade, objetivo/subjetivo. Como demonstra o trecho:

Pode-se empregar o termo catarse para indicar a passagem do momento meramente econômico (ou seja egoísta - passional) para o momento ético-político, ou seja, a elaboração superior da estrutura em superestrutura na consciência dos homens. Isso significa também a passagem do objetivo ao subjetivo e da necessidade à liberdade. (BOBBIO, 1982, p. 38).

Essa citação remete ao que se observa no funcionamento da rádio comunitária, pois, apesar das dificuldades enfrentadas em função dos escassos recursos econômicos, verificamos manifestações que conotam a busca por liberdade de expressão, de espaço na sociedade, de reflexões quanto às regulamentações legais do Estado, e que servem de molas propulsoras à manutenção da rádio.

E a gente fica aqui como voluntário e muitas vezes tendo que tirar do bolso para custear algumas coisas que seja necessário. E isso daí faz com que a nossa boa vontade como voluntários e a participação dos nossos ouvintes, que nós sabemos que estão nos esperando, a procurar ter sempre um algo

mais pra eles, faz com que a gente der andamento na programação das rádios comunitárias. (A.C., entrevista realizada em 20.03.10)

Esse aspecto nos leva a um outro destacado, de acordo com a análise de Bobbio (1982), que é o de que a necessidade entendida como conjunto das condições materiais, que caracterizam uma determinada situação histórica, é assimilada ao passado histórico considerado como parte da estrutura. Tanto o passado histórico quanto as relações sociais existentes, constituem as condições objetivas, cujo reconhecimento é obra do sujeito histórico ativo, que Gramsci identifica com a vontade coletiva: “só através do reconhecimento das condições objetivas é que o sujeito ativo se torna livre e se põe em condições de transformar a realidade”. (Idem, p. 38 ).

Tais ideias nos remetem mais uma vez a associações que se podem fazer ao processo histórico de fundação das rádios comunitárias no Brasil e, especificamente, da rádio “A Voz das Comunidades” em Manaus, enquanto representantes da sociedade civil, pois foi e é da vontade coletiva que esse meio de comunicação se mantém. É possível observar também que um dos aspectos que justificou o seu surgimento está vinculado ao reconhecimento, frente a uma posição crítica da política brasileira, da necessidade de abrir espaços aos menos favorecidos economicamente.

No caso da rádio “A Voz das Comunidades”, o reconhecimento das condições historicamente objetivadas que justificam, ideologicamente, seu funcionamento, pode também ser exemplificado pelas pautas dos programas, uma vez que essas reivindicam mudanças nas condições de vida material de uma comunidade e demonstram aspectos culturais de uma realidade. Não se pode deixar de destacar que essas pautas são construídas pelos sujeitos que vivem concretamente as realidades das quais falam e que se colocando numa posição ativa demonstram o desejo de transformá-la.

Além disso, de acordo com o pensamento de Gramsci, no momento em que as condições materiais são reconhecidas, degradam-se a instrumentos de uma finalidade desejada, ou seja, a estrutura, de força externa que esmaga o homem, que o torna passivo, transforma-se em meio de liberdade, em instrumento para criar uma nova forma ético-política, em origem de novas iniciativas.

Para resumir, destacamos que nas passagens de um significado para outro da antítese estrutura/superestrutura, podem-se fixar os seguintes pontos: o momento ético-político, enquanto momento de liberdade entendida como consciência de necessidade, isto é, das condições materiais que dominam o momento econômico, através do reconhecimento que o

sujeito ativo da história faz da objetividade, reconhecimento que permite transformar as condições materiais em instrumento de ação e, portanto, alcançar o objetivo desejado.

Outra antítese colocada por Gramsci, uma antítese secundária, a de estrutura e superestrutura, é a que se desenvolve na esfera da superestrutura, entre o momento da sociedade civil e o Estado. Desses dois termos o primeiro é sempre o momento positivo e o segundo o negativo.

Referente a esse aspecto, Coutinho (1981) ressalta que a teoria ampliada do Estado em Gramsci o levou a distinguir duas esferas essenciais no interior das superestruturas: a sociedade política, que também chamou de “Estado em Sentido estrito” ou “Estado-coerção”, sendo formado pelo conjunto dos mecanismos através dos quais a classe dominante detém o monopólio legal da repressão e da violência, e que se identifica com os aparelhos de coerção sob controle das burocracias executivas e policial-militar; e a sociedade civil, formada precisamente pelo conjunto das organizações responsáveis pela elaboração e/ou difusão das ideologias, compreendendo o sistema escolar, as igrejas, os partidos políticos, os sindicatos, as organizações profissionais, a organização material da cultura (revistas, jornais, editoras, meios de comunicação de massa, etc.), os chamados “aparelhos privados de hegemonia”

Para Bocayuva e Veiga (1992), é válido afirmar que o termo “aparelho privado de hegemonia” é um conceito derivado da formulação política de Gramsci, que permite defender as instituições que constituem os padrões sociais de comportamento e convívio. Estes padrões são formulados através da construção dos papéis sociais dos indivíduos e da coletividade, marcando a sua atividade em sociedade. Sob este ângulo, o autor afirma que a sociedade civil é um conjunto de instituições produtoras de cultura, de rituais, de postura, de ideologias e utopias indispensáveis à construção da vida social: a dimensão da representação e da consciência social.

Seguindo as ideias do autor, nos aparelhos privados de hegemonia é que são construídos discursos e proposições amplas ou universalizadoras de valores e comportamentos que espelham o conflito e a diferença social. Esses aparelhos sofrem pressões dos projetos de convencimento social mais desenvolvidos. No entanto, a constituição de aparelhos privados de hegemonia e a disputa no seu interior permitem o desenvolvimento de um projeto cultural que afete diretamente a consciência dos homens e mulheres em sociedade.

O conceito de aparelhos privados de hegemonia nos leva a fazer duas considerações. A primeira com relação à concepção gramsciana de hegemonia que, para Coutinho (1981), as ideias de Gramsci dão à hegemonia uma base material própria, um espaço autônomo e

específico de manifestações, ou seja, no âmbito e através da sociedade civil, as classes buscam exercer sua hegemonia, isto é, buscam ganhar aliados para suas posições e direções políticas. Ao contrário, através da sociedade política, as classes exercem sempre uma ditadura, uma dominação mediante coerção.

A segunda consideração está associada ao lugar que Gramsci dá as ideologias. Para ele, as ideologias se tornam o momento primário da história, enquanto as instituições passam a ser o momento secundário. Bobbio (1982) defende que, uma vez que Gramsci considerou a sociedade civil como o momento através do qual se realiza a passagem da necessidade à liberdade, então, as ideologias devem ser vistas não mais apenas como justificção póstuma de um poder cuja formação histórica depende das condições materiais, mas como forças formadoras e criadoras de uma nova história, colaboradoras na formação de um poder que vai se constituindo não tanto como justificadoras de um poder já constituído.

Mais uma vez as ideias do autor nos permitem retomar o processo histórico e fazer considerações sobre a rádio comunitária, pois observamos que, nesse processo, primeiro se fez a ideia da busca por um poder através do meio de comunicação dentro do contexto comunitário, no caso a Área Missionária São Francisco, e, em seguida, essa prática foi se institucionalizando e só depois o Estado a regulamenta. Não se pode esquecer que os acontecimentos em Manaus estavam vinculados a associações e movimentos em todo o país.

É fato que tal regulamentação não se colocou como um fim, ou cristalização às ideologias existentes, pois, desde o processo de sua fundação, a rádio tem passado por mudanças, inclusive na estruturação da sua programação e na forma como essa programação é apresentada, o que conota a colaboração das ideologias “na formação de um poder se constituindo” como destacado anteriormente.

Segundo Coutinho (1981), para Gramsci a esfera ideológica, nas sociedades capitalistas avançadas e mais complexas, ganhou uma autonomia material e não só funcional em relação ao Estado. Em outras palavras:

a necessidade de conquistar consenso ativo e organizado como base para a dominação – uma necessidade gerada pela ampliação da socialização da política – criou e/ou renovou determinadas objetivações sociais, que passam a funcionar como portadores materiais específicos (com estrutura e legalidade próprias) das relações sociais de hegemonia. E é essa independência material que funda ontologicamente a sociedade civil como

um esfera própria, dotada de legalidade própria, e que funciona como mediação necessária entre a estrutura econômica e o Estado-coerção. (Idem, p. 92)

É interessante notar nas ideias do autor que, na práxis política da ontologia materialista do ser social (base da produção teórica de Marx), não há forma ou função social sem uma base material, não há objetividade histórica que não resulte da dialética entre essa forma social e seu portador material. Em Gramsci não há hegemonia, ou direção política e ideológica, sem o conjunto de organizações materiais que compõem a sociedade civil enquanto esfera do ser social. Sua tese abre a possibilidade de que a ideologia das classes menos favorecidas obtenha a hegemonia no interior de um ou de vários aparelhos hegemônicos privados.

A rádio comunitária enquanto um aparelho privado de hegemonia e que se fundou e se sustenta, direta e indiretamente em dois outros, o MOCOCI e a igreja católica, serve como uma base material para que funções sociais sejam exercidas, considerando, inclusive, as relações objetivadas no espaço, como discutido no capítulo anterior.

Com base nas considerações, a rádio “A Voz das Comunidades” foi utilizada como exemplo do que Gramsci chama de “Aparelho Privado de Hegemonia”, portanto um recurso da sociedade civil que serve para atingir objetivos políticos e, enquanto projeto desse tipo de sociedade, deve buscar, nas ideologias, propostas para as mudanças reais da sociedade, mesmo considerando sua pouca área de abrangência da transmissão, mas que, no entanto, se pressupõe que são transmissões dotadas de mensagens com significados reais correspondentes à função social que a rádio exerce, a exemplo disso, passaremos a apresentar dois programas e mensagens por eles emitidas.

### **3.3 O programa “Construindo Cidadania” e a orientação à ação política e a solidariedade social como fundamentos da utopia da rádio comunitária**

Os dados que compõem este tópico foram coletados a partir de entrevistas com dois dos membros da equipe do programa, objetivando saber sobre a história, a percepção dos apresentadores quanto às mensagens transmitidas pelo programa e às dificuldades vivenciadas. Além disso, foram gravadas duas apresentações do programa para extrair delas mensagens, objetivando entender elementos ideológicos que fundamentam o funcionamento e o lugar ocupado pela rádio na comunidade.

O programa foi escolhido porque faz parte da grade de programação da rádio desde o seu início. Segundo os relatos, ele surgiu no período em que o grupo da PASCON teve que

selecionar os programas para a rádio. No ano de 2001, ano de fundação da rádio, Iracema Oliveira, Teófilo Mesquita, Amazilda Neves, Elineide Ferreira e Jofreire formavam o grupo que pensou o programa. Para a organização deste, ficou estabelecido que tinha que ter no mínimo 5(cinco) pessoas e no máximo 8 (oito). Depois da equipe formada, a pauta foi sendo construída com base nas reuniões realizadas na casa da Dona Iracema.

O nome “Construindo Cidadania” foi sugerido, em reunião, por Amazilda Neves. A ideia foi reforçada pela participação da Iracema Oliveira, indicada para coordenar o programa (tarefa que cumpre até a realização dessa pesquisa), na ADCEA (Associação das Donas de Casa do Amazonas), que funcionava no clube da cidadania. Não havia, por parte dos membros, conhecimento algum sobre a produção de pautas para programas radiofônicos. “Pense, imagine, Iracema Oliveira que naquela época estudava acadêmicos de letras (nível médio) para mudar para área da comunicação aí ficou meio assim, mas aí tudo bem”. ( I. O. entrevista concedida em 20.0310).

A falta de conhecimento fez com que a equipe buscasse livros sobre o assunto e, a partir daí, montasse o esqueleto do programa e dramatizações para trabalhar a espontaneidade nas locuções das mensagens.

Depois fizemos uma estrutura de televisão onde duas pessoas iam falando, para tirar a timidez e como a gente ia falar. A gente descobriu que tinha que ter quadro no programa. Nessa época, durante dois anos ia direto uma hora e meia, a gente fazia a abertura, botava uma música e depois falava da cidadania: falava das alagações. Hoje o programa tem um projeto e nele as pessoas: o apresentador, o “pauteiro”, que diz se isso está certo se está errado, primeiro secretário, segundo secretário, tesoureiro. ( I. O. entrevista concedida em 20.0310).

Ficou evidenciado a partir dos depoimentos que as dificuldades técnicas referentes à construção do mesmo foram amenizadas também quando a equipe realizou na Rádio Rio Mar uma oficina em 2002, onde se passou a conhecer o que era um programa e uma rádio.

Há nove anos no ar, o programa passou por mudanças na forma como é apresentado (aspecto afirmado na citação anterior), e, atualmente, assim como outros programas da rádio, o “Construindo Cidadania” se faz com entrevistas e os ouvintes podem entrar no ar a qualquer momento. Os últimos 15 minutos são apresentados por crianças num espaço chamado “Criança e Cidadania”.

O programa se tornou temático, e suas pautas estão relacionadas às datas comemorativas. “Se é dia do médico, se chama um médico para falar”. ( I. O. entrevista concedida em 20.03.10). Há uma pauta-piloto que é elaborada a cada seis meses, mas há

também flexibilidade na organização das apresentações e a finalidade do programa é envolver os comunitários, inclusive convidando-os como entrevistados.

Geralmente quando a gente convida alguém para ser entrevistado a gente dá prioridade praquele que realmente participa da comunidade sem ser preciso que tenha o nível superior de formação intelectual, mas que possa falar segundo o seu entendimento e que ele faça suas considerações do jeito que ele sabe e do jeito que ele quer. Então a gente se abre para esse pessoal que justamente o programa construindo cidadania é direcionado pra eles. (A. S., 53 anos, entrevista em 22.03.10)

O propósito de buscar a participação dos comunitários viabiliza a explicação dada por Paiva (2003) de que, quanto mais estreita for a relação entre veículo de comunicação e os objetivos duma comunidade, mais seus membros vão estar envolvidos em sua produção e, proporcionalmente, maiores serão sua representatividade e reconhecimento como veículo comunitário, o que faz com que os aspectos técnicos assumam lugar menos importante, fica, então, relevante a abertura dos espaços de reflexão sobre aspectos pertinentes à comunidade. Mesmo considerando que a percepção dos apresentadores do programa em questão é de que as oficinas oferecidas pela rádio não são suficientes para habilitá-los.

Essa realidade dicotômica entre o objetivo, o propósito do programa e as dificuldades técnicas vivenciadas por seus apresentadores faz concordar novamente com Paiva (2003), quando essa afirma que as rádios comerciais podem até aceitar a existência de rádios comunitárias desde que não tenham que partilhar das mesmas condições técnicas, o que pode ser motivo da resistência à democratização tecnológica.

Mas, considerando que os meios de comunicação funcionam enquanto aparelhos privados de hegemonia, a resistência para democratização de tecnologias acaba sendo parte do processo, pois há disputa de espaços sociais em função de interesses ideológicos divergentes. No entanto, essa disputa é o que leva a projetos de mobilizações sociais que influenciam na formação do sujeito em sociedade.

Com isso, a rádio “A Voz das Comunidades”, através do programa “Construindo Cidadania”, é um exemplo de que são nos aparelhos privados de hegemonias que se constroem discursos que divulgam as diferenças sociais.

Construindo Cidadania já está dizendo, a gente visa a dignidade do cidadão e a mudança. Por que você veja que as rádios hoje não estão bem qualificadas na ética pessoal. A rádio, os comunicadores de rádios comerciais eles fogem da ética profissional de comunicação. A rádio é uma fofoca imensa. Nos programas, os nomes não são bem aqueles, tem lá o Sr. Raimundo e quando a gente vai vê é o Sr. Francisco. A qualidade da comunicação está faltando demais nas rádios comerciais. O ouvinte liga pedindo uma música e não tem o conhecimento daquele português correto e

aí ele já atende fazendo deboche da pessoa que liga. E aqui na rádio não. Tem essa diferença. Você é que tem que entender o que seu ouvinte quer passar para você e não consertar o português do seu ouvinte. (I. O. entrevista concedida em 20.0310).

Aqui um dado pode ser acrescentado à análise: o que diz respeito ao monopólio da informação. Mesmo tendo a rádio, através dos seus programas, o objetivo de ser um espaço da fala livre dos sujeitos, não se deve negar o seu limite de transmissão e, portanto, o seu limite de ação, tendo em vista o seu caráter comunitário. Porém, como bem afirma Santos (2008), não se pode negar também que, nas grandes cidades, os contatos entre as diferentes redes informativas são maiores e, por isso, a percepção das desigualdades fica mais evidente.

Para o mesmo autor, a informação, enquanto fabricação, é econômica e geograficamente concentrada, portanto quanto mais longe do poder, mais difícil é fazer ouvir a própria voz e, dentro da realidade da pesquisa. Associado a isso, ainda há a valorização dada pela comunidade aos espaços dos programas.

O programa “Construindo Cidadania” poderia ser melhor utilizado pelos comunitários e assim consolidar projetos políticos diferenciados dos atuais. O espaço para o exercício em prol de mudanças sociais talvez seja o lugar e o não lugar do programa, ou seja, a finalidade pela qual existe (lugar), mas ainda não alcançada na sua plenitude (o não lugar, a utopia).

O próprio título do programa representa um lugar ainda em construção, o que significa também a condição da rádio comunitária, aspecto evidenciado no seu slogan: “Um outro mundo é necessário e possível”. Assim, as mensagens de construção e possibilidade de mudanças são colocadas como fundamentos políticos da rádio enquanto um projeto da sociedade civil.

A consideração de tais fundamentos políticos da rádio nos leva a destacar as ideias de Santos (2007), quando defende que é necessário um novo modelo cívico para sustentar mudanças econômicas e políticas. O mesmo afirma que o homem é multidimensional e cada qual das suas dimensões pode obter, com certa autonomia, um movimento próprio. Ressalta, com isso, que a consciência humana se alarga, mesmo que de forma desigual, a partir de situações concretamente adversas, onde os que avançam devem se colocar à frente das mudanças, ou pelo menos das ideias de mudanças e, portanto, mais perto do ideal de uma nova sociedade. Dessa forma, esses que avançam aparecem como “ideias-força”, isto é, eixo necessário para a conquista do almejado modelo cívico. Observe a fala que segue:

Muitas vezes a gente encontra pessoas falando sobre, vamos dizer assim: lixo! E, no entanto, ele não sabe que ele tem o dever de colocar aquele lixo

numa sacola para o carro coletor levar. E, no entanto, muitas vezes ele não exercendo o seu dever, ele simplesmente tira do seu quintal e joga no meio rua. São coisas simples que a gente tenta passar para os ouvintes para que eles tenham a noção que são ignorantes com relação a isso. E isso e muitas outras coisas mais. Então isso daí é construir cidadania. (A. S, 53 anos, entrevista em 22.03.10)

A fala demonstra o esforço dos apresentadores em fazer valer os objetivos do programa, e serve também como exemplo da necessidade de construção de um modelo cívico que não esteja subordinado ao modelo econômico.

A orientação à ação política e a solidariedade social são também fundamentos da utopia da rádio comunitária e, conseqüentemente, do programa “Construindo Cidadania” que, em suas transmissões, emite mensagens tais como: “É isso aí companheiro! Aqui a gente faz, aqui você tem voz e vez. Você aí das periferias, você que está precisando, procure fazer o seu anunciado e aqui o povo está à disposição para fazer o seu trabalho de comunicação.” (Programa transmitido em 03.04.10).

Então mais uma vez que as nossas autoridades, assim como fizeram para tirar os fideis ali do terminal IV e causou uma certa confusão lá, eu espero que os próprios responsáveis como Jailton, o nosso vereador, possa lutar para que possa também atender a comunidade não simplesmente a uma categoria, ele não foi eleito para atender uma categoria ele foi eleito pra levar a nossa comunidade, a representatividade de um povo que acredita no seu trabalho. Então não estamos aqui para criticar, estamos aqui simplesmente para fazer com que as pessoas possam fazer a sua autoavaliação e nós possamos fazer a cobrança devida sob esse cidadão que foi posto ali pelo voto direto do povo, pelo voto que representa a confiança do povo nesta pessoa que está lá. (Programa transmitido em 03.04.10).

A partir dos conteúdos das mensagens, a ação política e a solidariedade social estão também associadas à condição de comunidade, o que demonstra uma realidade dicotômica. Tomando as defesas de Bauman (2003) como referência, ressalta-se que a condição de comunidade é outro fundamento da utopia da rádio, pois, para ele, a palavra comunidade sugere coisa boa, lugar de segurança na maior parte do tempo, onde raramente os seus membros são surpreendidos, onde todos confiam no que ouvem e onde se pode contar com a boa vontade dos outros. Apesar de se observar que esse é o desejo de grupos que buscam uma sociedade diferente, não se pode negar que vivemos em tempos de competição onde a cooperação em termos macro é escassa, e a ideologia individualista se apresenta imperiosa dificultando laços sólidos nos contatos humanos e, por outro lado, o viver em comunidade, da mesma forma que representa uma vida segura, requer perdas de liberdade.

Segundo o mesmo autor, a tensão entre a segurança e a liberdade e, portanto, entre comunidade e individualidade, provavelmente nunca será resolvida e assim continuará por muito tempo, porém o não achar a solução e ficar frustrado com a solução adotada não levará a abandonar a busca, mas sim a continuar tentando o equilíbrio entre os dois elementos para que se encontre “verdadeiramente” relações comunitárias.

Intrínseco a esses dados se coloca um propósito básico do ideal de comunidade que é a ligação entre indivíduos, isto é, através da comunidade, o indivíduo deixa de ser sozinho, mesmo num sistema mediado pela concepção da sociedade industrial, individualista, pois a associação passa a reger a vida dos indivíduos com o propósito de aproximação. De acordo com Paiva (2003), a visão de que o indivíduo justifica a sua existência a partir da relação com os outros, na medida em que possuem interesses em comuns, sugere que algo está sendo criado e que, portanto, não é inerente à natureza humana.

Retomando as ideias de Bauman (2003), podemos dizer que a constituição de comunidade limita a liberdade dos indivíduos, mas, como reforça Paiva (2003), é possível entender o desejo de unidade, fundamento básico da constituição de comunidade, como uma saída para evitar o silêncio, o vazio de uma sociedade sem projeto. Assim, falar de comunidade é falar de projeto e esse traz consigo a motivação por um sistema estável (segurança) em que as ordens ofereçam uma funcionalidade à sociedade civil. Isto significa dizer que estabelecer vínculos na ótica da possibilidade comunitária é instaurar um sistema capaz de gerar o sentimento e o direito regidos pelo fazer parte da coletividade. Então, comunidade pode ser entendida também como uma condição de existência.

O viver em comunidade é um dilema da contemporaneidade e que está representado na própria necessidade de manutenção de uma rádio comunitária para servir de meio alternativo na busca pela segurança sem perda da liberdade. Diante dessa defesa, um questionamento que se fez aos apresentadores do programa “Construindo Cidadania” esteve direcionado às contribuições que o programa tem dado para o desenvolvimento das pessoas e da comunidade e se obteve a seguinte resposta:

Visa assim a responsabilidade em si, o bem-estar pra população, porque como o seu Altemir diz, a gente faz o esclarecimento de vida, numa vida social mais digna, quando muita das vezes pessoas que nasce, que não tem uma estrutura, que levado por uma família, ensinando o que é bom, o que é melhor pra vida dele, ele não tem esse esclarecimento, ele não tem essa criatividade, então o construindo cidadania ele veio pra esclarecer no programa como devemos viver melhor, como devemos agir. (I. O. entrevista concedida em 20.0310).

A forma como a resposta foi dada demonstra os objetivos do programa em contribuir com a formação de sujeitos cidadãos vivendo em comunidade. No entanto, a fala também representa a dimensão ainda inatingível do programa, ou seja, o seu dilema e, conseqüentemente, o da rádio.

Os dilemas e dificuldades estão relacionados também à necessidade financeira, que faz parte da realidade do programa, e da condição da equipe que faz o programa com explica a fala abaixo:

Sabemos que, apesar de sermos voluntários, a gente tem os nossos afazeres para que nós possamos nos manter. Então, muitas vezes a gente não tem condições de ficar se encontrando, mas nós fazemos ali na hora lendo jornal, pegando informações dali dacolá, até mesmo da televisão, e a gente vai acomodando aquilo para gente poder passar no programa. (A. S, 53 anos, entrevista em 22.03.10).

Esta condição mostra que a mídia comercial é, em alguns momentos, a fonte ou ponto de partida para as mensagens transmitidas e o trabalho voluntário no contexto da rádio comunitária, por mais que não deixe de ser considerado como ação política, acaba para alguns assumindo lugar secundário, ficando o tempo para sua realização subjugado ao tempo do trabalho remunerado. Este aspecto complementa os dados apresentados no capítulo anterior.

Para concluir, é mister afirmar que durante o tempo da pesquisa a equipe do programa “Construindo Cidadania” se mostrou engajada e com disponibilidade para enfrentar as dificuldades existentes, sejam as relacionadas às técnicas, as financeiras e ao tempo para dedicação e organização da equipe.

### **3.4 O programa “Terra Cabocla” e as transmissões de elementos culturais**

Assim como o programa “Construindo Cidadania”, o “Terra Cabocla” revelou, a partir da história do seu nome, a construção de relações comunitárias como um dos fundamentos da utopia da rádio.

O programa “Terra Cabocla” está no ar desde o início da rádio, mas o seu nome, a princípio, era “Ajuri”, termo indígena que significa reunião ou ajuntamento de pessoas com um determinado fim cooperativista, mutirão, ou seja, grupos e pessoas se unem numa solidariedade rotativa, participando coletivamente dos trabalhos de uma comunidade ou família, objetivando, por exemplo, limpar um terreno ou prepará-lo para a roça.

O significado de mutirão, que foi dado inicialmente ao programa, se encontra também associado ao processo de construção da rádio e a como o bairro Amazonino Mendes é

conhecido, sendo esse o bairro onde a rádio está localizada, bem como parte das comunidades que compõe a área Missionária São Francisco.<sup>14</sup>

A mudança do nome do programa se deu pelo fato de que a equipe que o fazia se desligou das atividades da rádio e, por algum tempo, esse ficou sem ir ao ar. Com a disponibilidade de Teófilo Mesquita e Luiz Emmanuel, o programa voltou a fazer parte da grade, mas com outro nome: “Terra Cabocla”, sendo transmitido de segunda a sexta-feira no primeiro horário (6h às 8h). Depois, com a saída do Teófilo Mesquita, o senhor Luiz Emmanuel ficou sozinho e mantém o programa até o momento contando com o auxílio, em algumas ocasiões, do senhor Francisco Tod, que foi membro da equipe na época em que o programa se chamava Ajuri.

Os objetivos do programa desde o seu início é o de divulgar a cultura, e suas laudas são feitas pelo apresentador que disse pesquisar sobre aspectos da região, tais como: comidas típicas, festas populares da capital e dos municípios do Amazonas, bem como talentos musicais. Quanto às festas populares, o apresentador informou que, muitas vezes, viaja por sua própria conta para participar dos eventos e depois faz seus comentários durante as transmissões do programa. Esse investimento é mobilizado pelo desejo de divulgar a cultura, e não há solicitação e apoio de autoridades dos municípios ou da capital.

Eu sempre vou no final de semana, às vezes a passeio, eu vou com dois objetivos de passear por que eu já conheço e de colher algumas informações, esse dois objetivos que eu faço a viagem. Agora nós estamos indo para Novo Airão ver aquela história daquele boto lá, eu quero vê, a gente ouve falar, mas eu quero ver com meus olhos como é que é, trazer essa informação pra cá. (L. E, 52 anos, entrevista em 08.04.10).

A iniciativa do apresentador revela, mais uma vez, o sentido do trabalho na rádio comunitária (aspecto discutido no capítulo 2), onde o trabalho está associado às identificações com as atividades desenvolvidas, bem como à ação política e não às relações de trocas econômicas, mesmo que não se descartem os benefícios simbólicos contidos nas relações estabelecidas a partir das atividades nos espaços da rádio.

Quanto às mensagens emitidas pelo programa, essas expressam as relações do interior do estado e da cidade de Manaus e têm dado ao programa o lugar diante da comunidade, onde se divulga a cultura e suas diferentes formas simbólicas. Neste lugar, o programa tem servido também para divulgação dos cantores locais, inclusive aqueles que ainda não foram revelados

---

<sup>14</sup> Dado apresentado no capítulo 1.

no meio artístico. “O programa que eu tô é um programa que valoriza nossas raízes, valoriza nossos artistas locais nossas músicas regionais”. (L. E, 52 anos, entrevista em 08.04.10).

Mas, dada à limitação de alcance das transmissões, a divulgação dos artistas fica localizada e restrita. Porém não se pode negar que, pela locomoção dos moradores das comunidades da área de abrangência da rádio, há a possibilidade de expansão do que é por ela divulgado e comunicado. E isso faz com que o programa seja percebido como um espaço importante para a comunidade, pois, segundo o apresentador, a comunidade participa e reforça a necessidade da divulgação da cultura regional, dos costumes. Outro aspecto que confirma a importância do programa está relacionado ao fato de que, na cidade de Manaus, há muita gente do interior do Amazonas. A condição de divulgar a cultura faz do programa um espaço necessário para o funcionamento da rádio e o cumprimento de uma das suas funções sociais.

A divulgação da cultura através do programa “Terra Cabocla”, enquanto um fundamento da rádio “A Voz das Comunidades”, nos leva a considerar o distanciamento espaço-temporal como aspecto nas transmissões das formas simbólicas via radiodifusão.

Thompson (1995), ao discutir esse aspecto, afirma que a transmissão de uma forma simbólica implica necessariamente o desligamento dessa forma do contexto de sua produção, pois, para ele, a forma simbólica é distanciada de seu contexto tanto espacialmente quanto temporalmente e inserida em novos contextos onde pode ser localizada em diferentes tempos e locais, isto é, a transmissão das formas simbólicas requer necessariamente que essas já tenham sido vivenciadas e, dessa forma, podem ser compartilhadas fora do seu espaço e tempo em que a experiência se deu. A natureza e a grandeza do distanciamento variam de um meio técnico a outro.

No caso das rádios, o mesmo autor defende a hipótese de que, ao suplementarem a fala, essa pode facilitar o distanciamento espacial ao mesmo tempo que garante uma co-presença temporal, isto é, uma fala pode ser transmitida por distâncias de maneira que seja virtualmente instantânea e transitória.

Considerando o espaço urbano onde a rádio “A Voz das Comunidades” está localizada, pode-se afirmar que há efetivamente um distanciamento espacial de alguns contextos culturais trazidos nas mensagens do programa “Terra Cabocla”. Por outro lado, é facilmente observada a busca da co-presença temporal dos seus ouvintes.

Você caboclo, você que já tá saindo de casa, você que já está pegando a sua canoa, você que já botou, colocou aí na canoa seus utensílios de pesca, aquela malhadeira, aquele, aquele caniço e a tarrafa e já tá saindo aí em

busca do pescado aí, deixando a cidade de Manaus e irá para os grandes lagos, rios, igapós, tentando pegar aí o seu pescado, tenha um bom dia! E uma boa sorte! (Programa transmitido em 05.04.10).

Nesse movimento de distanciamento e aproximação espaço-temporal, enquanto característica das transmissões das formas simbólicas via radiodifusão, outro dado pôde ser detectado nas mensagens do programa que é a associação dos elementos que caracterizam a vida na zona rural e a rotina de pessoas na cidade de Manaus como parte de uma mesma realidade.

E meu amigo ouvinte, meu amigo trabalhador, você que já acordou bem cedo, você que já está saindo para seu trabalho vamos se antecipar, não vamos deixar pra cima da hora, porque se você perder a condução e depender de outro transporte, o transporte coletivo aqui na cidade de Manaus, você vai chegar atrasado no seu trabalho então vamos antecipar sua saída, e você que está saindo também, você que estão saindo para pescaria, você que está saindo pra seu roçado, vamos verificar como é que o tempo pra hoje, na nossa cidade de Manaus. (Programa transmitido em 05.04.10).

Pela mensagem acima visualizamos elementos espaciais das condições locais, tendo em vista que as configurações de alguns bairros e os modos de vida de seus moradores na cidade de Manaus refletem aspectos da zona rural como parte do contexto urbano. Com base na pesquisa feita por Coelho (2006), pode-se citar, por exemplo, o Puraquequara, que fica também na zona Leste, e que apresenta características interioranas, inclusive com o uso da agricultura como modo de produção.

As mensagens também permitiram detectar a transmissão da realidade de locomoção das pessoas vindas do interior do Amazonas para a cidade de Manaus.

Meu amigo caboclo que já está aí pelo beiradão, que já está pelo porto da cidade de Manaus, quer Jaraqui, já vieram aí dos interiores, das comunidades ribeirinhas, que já estão com seus produtos aí pela feira, aquelas frutas, aqueles produtos bem regional, a fruta Amazônica que é o nosso tucumã, nosso tucumã bem gostoso que é apreciado no café da manhã, aquele café bem regional, aí vocês que vêm do interior, que se reúne com a sua família, sem contar com aquele jaraquizeiro bem frito, aquele jaraquizeiro fritinho aí no café da manhã! (Programa transmitido em 06.04.10).

Os elementos da mensagem expressam o contexto da cultura amazonense no que se refere a seus espaços públicos - “beiradão”, “porto da cidade de Manaus”, a alimentos - “tucumã”, “jaraquzinho fritinho” e a localidades da região - “comunidades ribeirinhas”, além da forma como esses elementos são organizados demonstra a fala espontânea e não técnica do apresentador.

Ao se observar os elementos contidos na mensagem e a forma como são transmitidos, concluí-se, efetivamente, a diferença entre a rádio comunitária e as rádios comerciais, pois, nessas últimas, não se pode dizer que a cultura não seja divulgada, no entanto, não há uma divulgação extensa e espontânea como no caso da rádio comunitária. Nas rádios comerciais, a preocupação técnica e a linguagem utilizada marcam um distanciamento ainda maior dos aspectos espaço-temporais na transmissão de elementos culturais, o que nos permite inferir que pela técnica se obscurece elementos regionais.

Pelo programa “Terra Cabocla”, a rádio comunitária transmite, com linguagem espontânea, as práticas culturais e, dessa forma, infere-se, mesmo sem o reconhecimento verbal do seu apresentador, o objetivo de aproximação entre os sujeitos, o que é uma marca do ideal comunitário.

Porém, contraditoriamente, observa-se um distanciamento entre os propósitos do programa (pela divulgação da cultura aproximar os sujeitos) e o limitado espaço de abrangência da rádio, inclusive, pela falta de maior participação dos comunitários.

De acordo com o apresentador, a rádio ainda precisa ser mais divulgada e valorizada, dado que foi destacado por todos os entrevistados durante a pesquisa, pois, apesar de ser importante para os comunitários, muitos deles não a conhecem e nunca ouviram uma transmissão da rádio. Dessa forma, é possível constatar que a divulgação da cultura, enquanto uma função social da rádio, apresenta-se como um dos seus fundamentos, ou seja, o seu lugar. Porém, a necessidade de expandir os espaços no que se refere ao conhecimento da existência da rádio por parte dos comunitários revela o lugar ainda não ocupado pelo programa.

No entanto, apesar de a rádio não ser conhecida e utilizada de forma abrangente pelos comunitários, o apresentador em suas falas revela representações positivas sobre a mesma. A rádio é definida por ele como conquista e realização: “A rádio surgiu de uma luta e não podemos abandonar ela, foi uma luta nossa, começamos a gostar viemos pra cá e não vamos assim desistir tão fácil”; “O nosso sonho, acho que o sonho de todas as comunidades era ter uma rádio comunitária aqui. E esse nosso sonho foi realizado”. (L. E, 52 anos, entrevista em 08.04.10).

Os sentidos de luta - conquista e sonho - realização podem ser definidos como, numa relação dialética, os dilemas permanentes da rádio “A Voz das Comunidades” e que fundamentam a sua condição de existência como um aparelho privado de hegemonia onde se constrói e se reproduz ideologias.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A investigação dos significados do trabalho não remunerado no mundo capitalista, em que o consumo parece ser a palavra chave, e o trabalho remunerado uma necessidade, pôde permitir, também, o entendimento do contexto onde se deu a pesquisa, considerando as complexidades socioeconômicas, bem como as dimensões cognitivas e afetivas dos sujeitos envolvidos e o modo como esses estabelecem suas relações, ou seja, o estudo pode revelar aspectos subjetivos permitidos pelo trabalho não remunerado em um espaço público.

É *mister* salientar que, no âmbito acadêmico, esta pesquisa se justificou por ter possibilitado explicitar as representações construídas no mundo do trabalho, através de um estudo que, pela análise qualitativa dos dados, demonstrou os sentidos da participação voluntária num espaço midiático.

O estudo levantou dados históricos sobre a origem das chamadas rádios comunitárias e dois momentos foram considerados: um que se configurou por iniciativas de diferentes grupos, num período em que estas emissoras não eram legalizadas, e outro depois da sua legalização.

A descrição da experiência desse tipo de emissora em Manaus, através da história de fundação da Rádio “A Voz das Comunidades”, permitiu o (re)conhecimento de elementos explicativos ao fato de que, num momento social marcado por novas tecnologias, pessoas aderem às manifestações coletivas, buscando realizar contatos e demandas de comunicação por meio da radiodifusão.

Diante do que foi apresentado e discutido a respeito dos sentidos do trabalho desenvolvido na referida rádio, podemos considerar que três dimensões estiveram intrinsecamente relacionadas: os participantes, as relações estabelecidas nos espaços internos e a representação do seu lugar na comunidade. Para o entendimento desses elementos foi indispensável a investigação referente aos dados históricos, que marcaram a fundação da emissora apresentando-a na realidade local e nacional.

Sendo assim, a organização de elementos etnográficos da rádio possibilitou a apresentação detalhada do *lócus* da pesquisa, viabilizando subsídios para entender os significados do trabalho voluntários neste contexto, considerando dialeticamente o sistema capitalista na forma da economia global, a implantação de novas tecnologias.

Tanto nos dados históricos concernentes ao cenário local como ao nacional, este estudo evidenciou a representação de “luta” para a manutenção dos espaços de inclusão social e liberdade de fala e como expressão de resistência ao monopólio de concessões dos meios de comunicação de massa, o que leva a concluir que tais representações são justificativas ideológicas presentes na gênese e na formação da emissora e que se mantêm nas falas dos participantes atuais.

A manutenção dessas representações indica o universo conceitual que vem sendo construído, reforçado e partilhado, porém com elementos ressignificados; hoje, a representação de “luta” está mais ligada à vontade dos participantes em se manter nas atividades da rádio para que esta continue em funcionamento e não só a uma “luta” política e antigovernista. Em outras palavras, este estudo evidenciou que manter a rádio “no ar” parece ser a prioridade em detrimento ao espaço político conquistado historicamente.

O trecho acima reforça um dos elementos que atrela os participantes e os vínculos estabelecidos neste contexto servem de motivação para que estes permaneçam em suas atividades. E, para além dos vínculos estabelecidos, o estudo revelou que a realização dessas atividades se concretizam por outros motivos, individuais ou coletivos (compromisso com doutrinas religiosas), mas todos remeteram a condição de “aparecimento” público, evidenciando o ser ouvido por muitos em diferentes lugares.

O “aparecimento” no sentido da visibilidade social se mostrou, então, como elemento não só motivador da realização das atividades na rádio comunitária, mas também como condição provocadora de mudanças nas relações sociais dos participantes, inclusive mudanças psicológicas, dando a alguns a oportunidade de se perceberem diferentes e obter satisfação com isso.

Portanto, as motivações para a realização das atividades na rádio “A Voz das Comunidades” não se revelaram, no primeiro momento, a partir de uma concepção político-ideológica e de transformação social, o que era esperado antes do início da pesquisa, mas pela busca do reconhecimento da condição de sujeito social.

Entretanto, as concepções políticas e ideológicas não estiveram ausentes, pois houve verbalizações quanto à percepção de que as atividades na rádio colocam os sujeitos como ativos e agentes provocadores de mudanças sociais, definindo-se como aqueles que abrem espaços para os outros através dos programas e das mensagens que transmitem.

Ficou evidente também que as atividades realizadas na rádio ocupam um espaço do que é parte do “tempo livre” dos seus participantes, pois, pela própria lógica imposta pelo sistema capitalista, a prioridade é dada ao trabalho remunerado (exceção feita aos participantes

aposentados). E isso marca a justificativa das frequentes entradas e saídas dos participantes, e leva a constatação de que o voluntariado deixa o funcionamento da rádio numa condição de vulnerabilidade.

Mas, dicotomicamente, é o voluntariado que dá à rádio a condição de comunitária e permite, pela decisão a adesão à participação, o encontro de pessoas com níveis diferentes de escolaridade, com diferentes profissões e concepções religiosas, ou seja, características heterogêneas e que se homogeneízam quando, pelo veículo de comunicação, há a divulgação de ideias representativas do ideal comunitário.

Considera-se, pelos dados apresentados, que as atividades desenvolvidas na rádio “A Voz das Comunidades”, une pessoas e constrói ou reproduz ideologias, podendo por isso ser considerada como um aparelho privado de hegemonia e, portanto, um projeto da sociedade civil que, mesmo com as suas limitações técnicas e de abrangência nas transmissões, pode ser considerada como um veículo de comunicação dotado de poder e influência na vida de uma comunidade e da sociedade.

O lugar social conquistado pela rádio representado através dos seus programas e conseqüentemente dos seus participantes, reforça os fundamentos da existência das rádios comunitárias, sendo esses: a orientação à ação política, a solidariedade social e a divulgação da cultura. Elementos que colocam esse tipo de emissora como um projeto social onde o cerne é a possibilidade de mudanças da realidade inadequada.

Porém, esses fundamentos se colocam numa relação dialética com os alcances e limites das atividades produzidas na rádio “A Voz das Comunidades”, ou seja, a representação do lugar social que essa emissora ocupa demonstra a realidade entre o que ela conseguiu ou não alcançar, portanto expressa seus dilemas.

E os dilemas apresentados estão sintetizados nas representações sociais da rádio a partir dos elementos luta-conquista e sonho-realização. Esses dilemas mostram que a existência da rádio no convívio dos comunitários é uma realidade, porém essa condição é permeada de utopia como representado no próprio slogan: “A Rádio a Voz das Comunidades - Um outro mundo é necessário e possível”.

Entretanto, a dimensão com que a rádio é colocada enquanto um projeto social não está ainda reconhecida pelos comunitários e precisa ser mais divulgada. Esse aspecto se mostra paradoxal, pois a rádio foi representada como um meio de divulgação e apoio dos comunitários, um meio pelo qual os sujeitos “aparecem” e são reconhecidos, ou seja, são revelados, mas ela mesma precisa ser revelada e reconhecida.

Para finalizar, pode-se afirmar que a busca dos sentidos do trabalho e o entendimento das representações partilhadas levou inevitavelmente à ampliação da leitura do lugar social ocupado pelos participantes, a partir das atividades desenvolvidas, para o lugar social ocupado pela emissora com base nas mensagens produzidas.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Domingos. **Dimensões do Público e do Privado na Adoção Internacional**. In BARREIRA, César (Org.). **Poder e Disciplina: dialogos com Hananh Arendet e Michel Foucoult**. Fortaleza: EUFC, 2000.

ALVES, Maria Aparecida e TAVARES, Maria Augusta. **A Dupla Face da Informalidade do Trabalho: “autonomia” ou precarização**. In RICARDO, Antunes (Org.). **Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.

AMARANTE, Maria Inês. **A Experiência da Rádios Comunitárias na América Latina**. Disponível em: <http://www.cibersociedad.net/congres2009>. Acesso em 22.11.09.

ARENDT, Hannah. **A Condição Humana**. 10 edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

ARRUDA, Angela. **Representando a Alteridade**. 2ª. edição. Petrópolis-RJ: Vozes, 2002.

BAHIA, Lima Mourão. **Rádios Comunitárias: mobilização social e cidadania na reconfiguração da esfera pública**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as conseqüências humanas**. Tradução de Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1999.

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Tradução Plínio Dentizien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003

BOBBIO, Norberto. **O Conceito de Sociedade Civil**. Tradução Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.

BOCAYUVA, Pedro Claudio Cunha e VEIGA, Sandra Mayrink. **Novo Vocabulário Político – hegemonia e pluralismo**. Petrópolis- RJ: Vozes, 1992.

BOGO, Ademar. **Identidade e Luta de Classes**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

COELHO, Roberta Ferreira. **Ribeirinhos Urbanos: Modos de Vida e Representações Sociais dos Moradores do Puraquequara**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazonia. UFAM, 2006

CORAZZA, Helena. **Comunicação e Relações de Gênero em Prática Radiofônicas**. São Paulo: Paulinas, 2000.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci**. Fontes do Pensamento Político Vol. 2. Porto Alegre: L & PM, 1981.

FERRARETTO, Luiz Artur. **Rádio, O Veículo, A História e a Técnica**. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzatto, 2001.

JODELET, Denise (org.). **As Representações Sociais**. Tradução Lilian Ulup. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

JOVCHELOVITCH, Sandra. **Representações Sociais e Esfera Pública: A Construção Simbólica dos Espaços Públicos no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

LESSA, Sergio. **Trabalho e Ser Social**. Maceió: EUFC/EDUFAL, 1997.

LIMA, Valmir Rodrigues. **Rádios Comunitárias nos Amazonas: Democracia e Participação**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazonia. UFAM, 2003

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**. Disponível em <http://www.mc.gov.br/radio-comunitaria>. Acesso em 22.11.09

OLIVEIRA, Márcia Gardênia Monteiro de. e QUINTANEIRO, Tânia. **Karl Marx**. In QUINTANEIRO, Tânia, BARBOSA, Maria Lígia de Oliveira e OLIVEIRA, Márcia Gardênia Monteiro de. **Um Toque de Clássicos – Marx, Durkheim, Weber**. 2ª edição. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

PAIVA, Raquel. **O Espírito Comum: Comunidade, Mídia e Globalismo**. 2ª. Edição. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003.

PERUZZO, Cicilia Maria Krohling. **Comunicação nos Movimentos Populares- a participação na construção da cidadania**. 2ª. Edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

PERUZZO, Cicilia Maria Krohling (org.). **Comunicação e Movimentos Populares: quais redes?** São Leopoldo-RS: Editora UNISINOS, 2002.

SANTOS, Milton. **O Espaço do Cidadão**. 7ª. edição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 17ª. edição. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SPURK, Jan. **A noção de trabalho em Karl Marx**. In: MERCURE, Daniel e SPURK, Jan (orgs.). **O trabalho na História do Pensamento Ocidental**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

THOMPSON, John B..**Ideologia e Cultura Moderna –Teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa**. Tradução do Grupo de Estudos sobre ideologia,

comunicação e representações sociais da pós-graduação do Instituto de Psicologia da PURCS. Petrópolis- RJ: Vozes, 1995.

WAGNER, Eugênia Sales. **Hannah Arendet & Karl Marx – O mundo do trabalho**. 2ª edição. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.

WITKOSKI. Antônio Carlos. **Da distinção entre Labor e Trabalho**. In BARREIRA, César (Org.). **Poder e Disciplina: dialogos com Hananh Arendet e Michel Foucoult**. Fortaleza: EUFC, 2000.

## **ANEXOS**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS**

Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia

## ANEXO I

### CARTA DE APRESENTAÇÃO

**Ao Conselho Diretório da Rádio Voz das Comunidades.**

Manaus, 31 de Março de 2009.

Considerando a necessidade de ampliarmos o conhecimento de profissionais e estimulá-los ao compromisso e engajamento com a realidade social, o Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia, propõe, em suas diretrizes curriculares, a realização de uma pesquisa. Para tanto faz-se necessário obtermos um espaço que possibilite esse exercício.

Nesse sentido, pedimos permissão para que a pesquisadora **Fernanda Lúcia Pereira Costa**, regularmente matriculada neste programa, possa realizar sua pesquisa para fins de elaboração de sua dissertação em nível de mestrado. A proposta da mestranda é de coletar os dados junto aos militantes e ex-militantes com a finalidade de investigar os diversos significados do trabalho voluntário em um espaço midiático. A pesquisadora está sob a minha orientação.

Desde já nos comprometemos ao final do trabalho realizarmos atividades que possibilitem a devolução dos resultados obtidos. Agradecemos a colaboração, colocamo-nos à disposição de V.<sup>a</sup> S.<sup>a</sup> para os esclarecimentos que sejam julgados necessários.

Atenciosamente,

Prof.º. Dr. Narciso Júlio Freire Lobo  
Doutor em Ciências da Comunicação  
**Fone: 9114-8335**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS**

Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia

## **ANEXO II**

### **CARTA DE RESPONSABILIDADE DO PESQUISADOR**

Eu, Fernanda Lúcia Pereira Costa, aluna do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia, assumo total responsabilidade pela elaboração e desenvolvimento da pesquisa para cumprimento do requisito para obtenção do título de Mestre em Sociedade e Cultura na Amazônia. Assumo o compromisso de resguardar todos os aspectos referentes a Resolução do CNS 196/96 que trata de pesquisas com seres humanos, tanto na sua execução quanto na divulgação dos resultados. A pesquisa a ser desenvolvida tem como título: OS SENTIDOS DO TRABALHO: as representações de uma rádio comunitária, tendo com objetivo geral investigar os sentidos do trabalho para os participantes de uma rádio comunitária em Manaus.

Manaus,                      de                      2009

---

Fernanda Lúcia Pereira Costa - Pesquisadora  
Mestranda pelo PPGSCA  
Telefone: [8837-7211](tel:8837-7211)/[fernandalpcosta@bol.com.br](mailto:fernandalpcosta@bol.com.br)



## UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia

### ANEXO III

#### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

A pesquisadora Fernanda Lúcia Pereira Costa, Solicita a sua colaboração para realizar as atividades do seu projeto de pesquisa como aluna do programa de pós-graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia da UFAM, sob o título: **OS SENTIDOS DO TRABALHO: as representações de uma rádio comunitária**. A pesquisa tem como orientador o Dr. Dr. Antônio Carlos Witkoski

Para isso é importante a sua participação respondendo a uma entrevista, na qual será questionada sobre aspectos referentes ao tema proposto e pode ser gravada caso seja dada a permissão. Com as informações a pesquisadora que investigar os sentidos do trabalho voluntário para os participantes de uma rádio comunitária em Manaus.

Trata-se de uma pesquisa de risco de nível mínimo. Quanto aos benefícios pretende-se que este estudo possa ser utilizado como um instrumento para entender os diversos aspectos que envolvem a relação comunidade e um dos seus veículos de comunicação. Nesse sentido, os participantes da pesquisa serão beneficiados, pois o resultado do estudo pode contribuir como reconhecimento de aspectos de subjetividades que o espaço da rádio tem permitido e, assim, tornada de consciência a respeito do papel desse veículo de comunicação no contexto atual.

Sua participação é voluntária e lhe é garantido obter esclarecimentos, antes e durante o curso da pesquisa, bem como a liberdade de recusar ou retirar o seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem penalização e sem prejuízo algum, sendo, também, garantido sigilo com relação a sua identidade. Os resultados obtidos na pesquisa serão divulgados apenas em trabalhos com objetivos científicos, no qual informações a respeito de sua identidade não aparecerão, ficando assim garantido o sigilo em relação a sua pessoa e participação na pesquisa.

#### CONSENTIMENTO PÓS-INFORMAÇÃO

Eu \_\_\_\_\_ entendi o que a pesquisa vai fazer e aceito participar de livre e espontânea vontade. Por isso dou meu consentimento para inclusão como participante da pesquisa e afirmo que me foi entregue uma cópia desse documento.

Manaus, de \_\_\_\_\_ de 2009.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Participante



Digital

Concordo com a gravação da entrevista. Fui informado que os dados da gravação só serão utilizados para fins acadêmicos e que após a análise dos dados essas poderão ser arquivadas por até cinco anos conforme a resolução 196/96.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Participante



Digital



## ANEXO IV

### ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

Pesquisa: **OS SENTIDOS DO TRABALHO: as representações de uma rádio comunitária.**

Local e Aplicação da Pesquisa: \_\_\_\_\_

#### 1. IDENTIFICAÇÃO

1.1 Nome:

1.2 Idade:

1.3 Naturalidade:

1.4 Sexo: ( ) M ( ) F

1.5 Bairro onde reside:

1.6 Religião: \_\_\_\_\_

1.7 Escolaridade:

<input type="checkbox"/> Ensino fundamental completo	<input type="checkbox"/> Superior completo _____
<input type="checkbox"/> Ensino fundamental incompleto –até _____ série	<input type="checkbox"/> Superior incompleto
<input type="checkbox"/> Cursando o ensino fundamental	<input type="checkbox"/> Superior em Curso _____
<input type="checkbox"/> Ensino médio completo	
<input type="checkbox"/> Ensino médio incompleto-até _____ série	<input type="checkbox"/> Pós- Graduado(a) _____
<input type="checkbox"/> Cursando o ensino médio _____	

1.8 Estado Civil:

( ) Solteiro(a)

( ) Casado(a) Tempo: \_\_\_\_\_

( ) União Consensual Tempo: \_\_\_\_\_.

( ) Separado(a)/desquitado(a)/divorciado(a) Tempo: \_\_\_\_\_ -

( ) Viúvo(a) Tempo: \_\_\_\_\_

( ) Outro. \_\_\_\_\_

1.9 Qual a renda familiar mensal?

( ) menos de R\$ 465,00 (1 salário)

( ) Entre R\$ 465,00 e R\$ 930,00 (até 2 salários)

( ) Entre R\$ 930,00 e 1.395,00(até 3 salários)

( ) Mais de 1.395,00 ( Mais de 3 salários)

( ) Não há outra renda além da minha

2. Quem são, o que fazem e como se percebem os participantes da Rádio “A Voz das Comunidades”

2.1 Qual é a sua profissão?

2.2 Quais foram suas três últimas ocupações [explorar o significado de cada uma delas]?

- 2.3 Qual delas é a mais importante para você? Por que?
- 2.4 Como se deu sua entrada na Rádio?
- 2.5 Qual (ou quais) atividade você desenvolve na Rádio? Há quanto tempo?
- 2.6 Qual a sua carga horária semanal de atividades na rádio?
- 2.7 Que importância tem essa atividade para você [**exigir descrição densa**]?
- 2.8 Como você percebe a (s) atividade (a) que desenvolve?

**3. As motivações para o trabalho na Rádio “A Voz das Comunidades”- (Explicitar as representações sociais/identidade social dos participantes)**

- 3.1 Por que escolheu realizar trabalho(s) na rádio? [**exigir descrição densa**]
- 3.2 O que mudou na sua vida depois da participação na rádio?
- 3.3 O que significa para você está trabalhando na rádio? [**exigir descrição densa**]
- 3.4 Qual a(s) satisfação(ões) que o trabalho na rádio lhe traz?
- 3.5 Como é a sua relação com os outros participantes da rádio?
- 3.6 Quais as suas expectativas para se manter trabalhando na rádio “A Voz das Comunidades”?

**4 O papel social da Rádio na comunidade -(Explicitar as representações sociais a partir das programações – pauta/programa/sujeitos que a fazem)**

- 4.1 Quando entrou no ar o programa pelo qual você é responsável?
- 4.2 Qual público o programa pretende atingir? Por que?
- 4.3 Como surgiu a idéia para elaboração do programa? [**exigir descrição densa**]
- 4.4 Como as pautas do seu programa são elaboradas? [**exigir descrição densa**]
- 4.5 Há participação dos ouvintes na hora que o programa está no ar? Como é essa participação?
- 4.6 Qual (is) a(s) dificuldade(s) para a realização do seu programa? Por que?
- 4.7 Que contribuições do seu programa tem dado para o desenvolvimento das pessoas? E da comunidade?
- 4.8 Como você percebe a importância dada pelos participantes da rádio ao seu programa?
- 4.9 Para você que importância tem o seu programa para o funcionamento da rádio?

**5 (Re) significando o mundo: dilemas e perspectivas da Rádio**

- 5.2 Como a rádio tem contribuído para mudanças na vida da comunidade?
- 5.3 Que avaliação você faz da participação da comunidade na rádio?
- 5.4 O que a rádio representa para a comunidade? [**exigir descrição densa**]
- 5.5 O que você acha que precisa mudar na programação da rádio? [**exigir descrição densa**]
- 5.6 Qual a sua perspectiva quanto ao funcionamento da rádio até 2011 (ano que a rádio renovará a sua concessão)? [**aprofundar diálogo**]